

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

MARIA DO CARMO DE MELO PINHEIRO

**Adolescência e violência: modos de agir no
contemporâneo**

Belo Horizonte

2012

MARIA DO CARMO DE MELO PINHEIRO

Adolescência e violência: modos de agir no contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e na Cultura

Orientador: Prof^a. Dra. Andréa Máris Campos Guerra

Belo Horizonte

2012

Ao Helcio, Maria Rita e Dudu, meus grandes amores.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, pela oportunidade.

À Professora Andrea Maris Campos Guerra, pelo acolhimento generoso do projeto e pela orientação.

Às professoras da banca de qualificação, Ângela Vorcaro e Fernanda Otoni de Barros, pela leitura atenta do projeto, que em muito contribuiu para seu desenvolvimento.

Aos meus professores, Tânia Ferreira, Sérgio Laia, Lúcia Grossi, Jeanne d'Arc de Carvalho Lúcia Mara Dias, Sonia Couto, Frederico Feu de Carvalho e Márcia Rosa pela transmissão da Psicanálise.

Ao colega e amigo Fábio Bispo, pela revisão precisa e cuidadosa.

Às queridas colegas e amigas do mestrado, Ana Paula Santos, Michelle Karina Silva e Débora Gomes, pelo apoio, carinho e companheirismo durante o percurso.

A Maria Helena Costa e Mônica Campos, pela amizade e incentivo.

Aos colegas da pesquisa e do grupo *Nome-do-Pai*: Aline, Ana Paula, Ângela, Camila, Cláudia, Joana, Luiz, Marcelo e Tatiane.

A Ângela Vorcaro, pela escuta e pela sustentação de uma experiência de análise, imprescindível para a produção dessa escrita.

A todos os meus familiares, em especial meu pai, minha mãe (in memoriam) e irmãos, pela presença preciosa em minha vida.

Aos amigos que estiveram a meu lado durante a elaboração deste trabalho, pelo apoio e estímulo.

Sobretudo, a Deus pela vida.

*Por que minha roupa desbotada
se agita como uma bandeira?
Sou um malvado alguma vez
ou todas as vezes sou bom?
É a bondade que se aprende
ou a máscara da bondade?
Não é branca a roseira do malvado
e negras as flores do bem?
Quem dá os nomes e os números
ao inocente inumerável?*

(Pablo Neruda - *O livro das perguntas*)

Esta é a lei. Mas se há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. (...) Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais.

(Clarice Lispector - *Para não esquecer*)

RESUMO

Pinheiro, M. C. M. (2012). *Adolescência e violência: modos de agir no contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Esse trabalho tem como objetivo abordar a violência e os atos agressivos pela via do sintoma, no campo da psicanálise freudiana e lacaniana, escutando o que os jovens tentam dizer precariamente através dessas manifestações. Interessou-nos fazer uma articulação entre os modos de agir na adolescência, e o contexto sociocultural contemporâneo, marcado pela sociedade de consumo, para entendermos de que modo ele interfere na subjetividade dos jovens, chegando a propor ou mesmo impor a eles um novo modo de laço social. Nessa perspectiva abordamos o *bullying*, nomeação que surge para tentar capturar o excedente estrutural que a violência institui no campo da alteridade. Verificamos que há uma tentativa contemporânea de nomear, classificar e medicalizar esse excedente apreendendo-o sob a forma do mal como exercício de controle sobre os corpos. Apostamos assim, numa ação de reescrita do gozo adolescente, que implique, por um lado, em sua resposta ao não-saber fazer com o real sexual, e por outro a civilização, diante dos recursos que dispõe para remendar sua trama simbólica enfraquecida. Procuramos evidenciar a importância do sujeito não se extraviar do seu desejo, mas que possa (re)inventar um novo modo de lidar com ele.

Palavras-chave: jovem, contemporâneo, violência, agressividade, desejo, consumo, bullying.

ABSTRACT

Pinheiro, M. C. M. (2012). *Adolescence and violence: ways of acting in the contemporary*.

Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

This dissertation has the propose to discuss violence and aggressive acts via the symptom, in the field Freudian and Lacanian psychoanalyses, listening to what young people try to say precariously through these manifestations. We've been interested to make an articulation between the ways of acting at the adolescence and the contemporary socio-cultural context, marked by the consumer society, to understand in which way it interferes with the subjectivity of the young, even proposing or yet imposing them a new way of social tie. From this perspective we discuss bullying, nomination that appears trying to capture the structural surplus established by the violence at the otherness field. We found that there is a contemporary attempt of nominate, classify and medicates this surplus, seizing it in the form of evil as an exercise of control over their bodies. We expect so, in an action of rewritten the teenager enjoyment, that implies, on one hand, in his response to not-know to do with the sexual real, and on the other hand the civilization, given the resources he has to repair his symbolic plot weakened. We seek to highlight the importance of the subject to does not go astray of his wish, but (re)invent a new way of dealing with it.

Keywords: young; contemporary; violence; aggressiveness; desire; consume; bullying.

LISTAS DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

ONGs - Organizações não governamentais

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DSM - *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	18
2.1 A pesquisa teórica.....	26
3 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E OS NOVOS MODOS DE SUJETIVAÇÃO.....	30
3.1 O Pacto edípico	32
3.2 A perspectiva freudiana do supereu, a violência e a agressividade	35
3.3 O contexto contemporâneo, o supereu e os novos ideais	44
4 A ADOLESCÊNCIA, UMA PASSAGEM, UM SINTOMA	50
4.1 A perspectiva freudiana	51
4.2 A perspectiva lacaniana	56
5 O SUJEITO ADOLESCENTE E O OUTRO CONTEMPORANEO.....	62
5.1 Lacan e o pai em dois momentos	63
5.2 Pai simbólico, pai real, pai imaginário	68
5.3 O lugar do consumo	77
5.4 Sintoma no contemporâneo	88
6 SOBRE OS NOVOS SIGNIFICANTES.....	94
7 CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

Assistimos hoje a uma exacerbação da violência juvenil em nossa sociedade, situação que vem se agravando a olhos vistos nos últimos anos. Não é difícil encontrar estatísticas alarmantes a esse respeito. Lançado em março de 2010, o *Mapa da Violência* elaborado pelo Instituto Sangari (Waiselfisz, 2010) atesta que, na última década, no Brasil, o número de homicídios entre jovens com idade entre 15 e 24 anos cresceu 11%, caminhando na contramão do valor geral, que caiu 7% no mesmo período. Segundo a pesquisa, os índices brasileiros de vitimização juvenil por homicídio são anormalmente elevados, em comparação com o contexto internacional.

Podemos mencionar também, além dos homicídios, algumas formas singulares de violência que tem os jovens como protagonistas, tais como: sequestros relâmpagos; ataques a professores nas escolas públicas, que, não raro, são obrigados a ministrar aulas para alunos que entram na sala portando armas e ameaçando a todos; espancamentos dirigidos a pessoas indefesas e minorias, praticados pelos temíveis e conhecidos *pit boys*, dentre outros. Os exemplos são fartos.

Outra manifestação não menos absurda, da qual tratamos nesta pesquisa, é conhecida como *bullying*, palavra originária do verbo *to bull*, em inglês, que significa maltratar. Trata-se de um fenômeno mundial, que pode ser a manifestação de uma violência aparentemente “sem explicação”, praticada, sobretudo, por jovens de classe média. Utilizamos aqui a expressão “trata-se”, formulando uma oração sem sujeito, justamente para demarcar a dificuldade para se atribuir uma autoria definida à conceituação desse fenômeno. O que sabemos é que está relacionado a atitudes agressivas intencionais – que, em alguns casos, podem aparecer de forma gratuita – que se repetem, causando dor e angústia nas vítimas. Pode ocorrer no ambiente escolar, onde a incidência é maior (em 2002, segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), 40,5% dos jovens de onze escolas municipais do Rio de Janeiro admitiram envolvimento com atos de *bullying*), e também fora dele, como no caso do índio Galdino, que dormia em um ponto de ônibus, quando cinco jovens atiraram fogo em seu corpo, em 1997. Galdino morreu e os advogados dos jovens alegaram ter se tratado apenas de uma brincadeira, embora eles tivessem

derramado um litro de álcool sobre o corpo do índio, e nem sequer prestaram socorro quando o fogo se alastrou.

Destacamos também, a título de ilustração, uma reportagem publicada no Jornal *O Globo*, em 03/07/2005, no caderno *Mundo*, que descreve uma nova modalidade de “diversão e entretenimento” adotada por jovens londrinos, denominada “*happyslapping*” (em português: bofetada feliz). Consiste em abordar desconhecidos na rua, agredi-los de modo sórdido e covarde e, ao mesmo tempo, filmar tudo através de uma câmera de telefone celular, para, em seguida, veicular as imagens pela internet. Os primeiros casos de *happyslapping*, segundo a reportagem, que usou como fonte a Agência Internacional de Notícias Reuters, surgiram seis meses antes da publicação da matéria, no sul da Inglaterra, e sua repetição tem provocado revolta e indignação na população. Devido aos recursos tecnológicos usados pelos jovens, tal fenômeno ganhou uma nomeação mais específica: *cyber bullying*. Uma pesquisa na internet, em sites de busca, oferece-nos hoje inúmeros exemplos desse fenômeno.

Observamos, inclusive, que, nos últimos três anos, as discussões em torno dos casos de *bullying*, principalmente, têm aumentado consideravelmente, ganhando não só a atenção dos especialistas (pedagogos, educadores e sociólogos), como também uma grande visibilidade na mídia. Recentemente, a psicóloga e psiquiatra Ana Beatriz B. Silva (2010) publicou um livro intitulado *Mentes perigosas nas escolas – Bullying*, no qual tece inúmeras considerações sobre o tema, e tem se tornado referência nas discussões sobre o assunto.

Vale lembrar que, em agosto de 2010, foi realizado em Brasília o 1º Congresso Internacional *Adolescência e Violência: Perspectivas Clínica, Educacional e Jurídica*, que contou com a participação não apenas de psicólogos e psicanalistas, mas também de advogados, sociólogos, assistentes sociais, professores, representantes de instituições públicas, privadas e de organizações não governamentais (ONGs), mobilizados e sensíveis à discussão dessa questão. Convém dizer ainda que, em 24 de junho de 2009, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou um projeto de lei que combate a prática do *bullying* nas escolas públicas de Educação básica.¹

¹DECRETO 51.290 12/2/2010 Regulamenta a Lei nº 14.957, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas da Educação Básica do Município de São Paulo.

Além disso, em outubro de 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão ligado ao Poder Judiciário, lançou uma cartilha sobre o *bullying* que traz orientações para pais e educadores sobre como tratar a questão. A elaboração dessa cartilha contou inclusive com a participação da psicóloga supracitada, Ana Beatriz, em sua elaboração. Isso atesta que o poder público tem demonstrado sensibilizar-se com o problema.

Todavia, pensamos ser importante uma interrogação sobre a eficácia e a operacionalidade desses dispositivos (leis, cartilhas, etc.). Isso porque acreditamos tratar-se de um fenômeno que pode revelar um caráter muito mais complexo, que vai além de um ato isolado, ocorrido em um dado momento, com características tais que permitam que ele seja nomeado e tratado quase que de modo descontextualizado. Questionamos a premissa de que, para resolver ou mesmo acabar com os casos de *bullying*, estreitamente vinculados à ordem sócio-simbólica, bastaria que ele fosse identificado, circunscrito e eliminado pela via da punição (ver discussão sobre esse aspecto no último capítulo, p. 107 et seq).

Em vista de tudo isso, entendemos que, investigar a violência e os atos agressivos, suas manifestações e efeitos na adolescência, no contexto contemporâneo, não deixa de ser de extrema relevância. Todavia, acreditamos na importância de abordá-los pela via do sintoma, o que nos parece mais esclarecedor das condições subjetivas nas quais esses fenômenos se exercem, podendo provocar uma discussão que levanta uma faceta fundamental para a compreensão da problemática. Escutar o que os jovens têm a dizer, ou mesmo o que tentam dizer precariamente através dessas manifestações, vai além de uma estratégia que tem a ingênua pretensão de extingui-las, como se isso de fato pudesse ocorrer.

Procurar compreender os modos de agir na adolescência, bem como a vulnerabilidade que afeta os jovens nesse período, constitui, sem dúvida, um passo importante para auxiliar na criação e na construção de subsídios para trabalhos de prevenção e intervenção nos mais diversos contextos sociais. Essa vertente também possibilita o fortalecimento do debate e contribui para o aprofundamento de ações mais pertinentes e eficazes no enfrentamento dessa problemática, que não fiquem restritas às punições.

É com esse intuito que se torna crucial trazer essa discussão para o âmbito acadêmico, pois entendemos que a Psicanálise é um dos saberes que pode aportar

reflexões extremamente profícuas sobre a questão, sobretudo para pensarmos as novas formas de subjetivação de que dispõem nossos jovens na contemporaneidade.

Nesse contexto, acreditamos ser importante ressaltar o cuidado que devemos adotar, para não tratarmos a violência simplesmente atrelando-a à pobreza, como se o binômio “pobreza-violência” pudesse ser elucidativo e conclusivo. Uma contribuição que visa desmitificar tal leitura nos é apresentada por Arreguy (2000), que traz uma reflexão sobre a violência à luz da Psicanálise, valendo-se do subsídio teórico da antropóloga Alba Zaluar. Ela recusa o determinismo sociológico do criminoso nato e um certo otimismo que queira reduzir a violência à produção imaginária de ricos assustados, e também que desconsidere a possibilidade de a violência ser um produto do sensacionalismo da mídia. Propomo-nos, a partir da Psicanálise, discutir a importância da responsabilização dos sujeitos pelos seus atos, investigando os recursos e artifícios de que a sociedade contemporânea dispõe para transformá-los cada vez mais em vítimas, desconsiderando-os como sujeitos de desejo e responsabilidades.

Logo, partindo da constatação de que a violência junto aos jovens vem se agravando nas últimas décadas, expomos a seguir nossa pesquisa acerca das manifestações desse fenômeno, recorrendo, sobretudo, aos textos de Freud, de Lacan e de alguns psicanalistas contemporâneos, sem deixar, contudo, de dialogar com outros campos de saber, tais como a Antropologia, a Sociologia e a Filosofia. Entendemos a importância de trabalhar essa questão no campo psicanalítico, mas também não negligenciamos a necessidade de considerar uma perspectiva interdisciplinar, o que foi feito por meio de uma abordagem teórico-conceitual, conforme será explicitado de forma mais aprofundada no capítulo referente à metodologia (ver p. 18 et seq).

Interessa-nos fazer uma articulação mais ampla entre a adolescência, a violência e a contemporaneidade, que deverá incluir os seguintes passos:

1. Pesquisar em que medida os contextos sociocultural e econômico interferem na subjetividade dos adolescentes, chegando a propor ou mesmo a impor-lhes um novo modo de laço social, que os leva, em alguns momentos, a não prescindir da violência.
2. Analisar o ideal ofertado pelo capitalismo e verificar em que medida ele seria responsável pelo estabelecimento de um novo pacto social, além das consequências que daí adviriam.

3. Discutir, a partir disso, as possibilidades de leitura das manifestações de violência protagonizadas pelos jovens nesse contexto.

Desde já é importante propor uma distinção entre as noções de violência, agressividade e ato agressivo na perspectiva psicanalítica. Embora o termo violência apresente um apelo popular muito forte, para a Psicanálise, é o termo agressividade que se usa, quando nos referimos às atitudes endereçadas ao outro, no campo do imaginário. Para Lacan (1948/1998) ela estaria na base constitutiva do eu. No contato com o semelhante, é esse outro que faz a oferta de uma imagem de completude, ao qual o sujeito se aliena, estabelecendo com ele uma relação especular. A agressividade é então a energia que se contrapõe à idealização da imagem do outro, instituindo assim um conflito fundamental na base da formação do eu. Ela é, portanto, constitutiva, ou seja, é preciso uma dose de agressividade para que nos façamos sujeito.

Logo, ela tem como fundamento a identificação narcísica e a estrutura do eu. Diz Lacan (1948/1998): “A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação a que chamamos narcísico e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo” (p. 112). Assim, a relação com o outro se inaugura com a agressividade, que, por sua vez, não pode prescindir da identificação, sendo ambas, portanto, correlatas e interdependentes. Por outro lado, Lacan também aponta no mesmo texto que “o diálogo em si parece constituir uma renúncia à agressividade” (p. 109).

No seminário sobre as formações do inconsciente, Lacan (1957-58/1999) também nos adverte em relação à ambiguidade à qual o termo agressividade pode estar sujeito, e explica que a “agressividade provocada na relação imaginária com o pequeno outro não pode ser confundida com a totalidade do poder agressivo” (p.471). Afirma então que a violência é o que se pode produzir numa relação inter-humana na ausência da fala, distinguindo-a, pois, tanto da fala em sua essência quanto da agressividade, por não poder ser articulada pela via do significante:

Se a violência distingue-se em sua essência da fala, pode colocar-se a questão de saber em que medida a violência como tal – para distingui-la do termo agressividade – pode ser recalcada, uma vez que postulamos como princípio que só pode ser recalcado, em princípio aquilo que revela ter ingressado na estrutura da fala, isto é a uma articulação significante. (p. 471)

Desse modo, podemos entender que a agressividade comporta uma interpretação, pois pode ser simbolizada e captada pela via do recalque. O ato agressivo, por sua vez, que pode ser definido como a agressividade levada ao extremo, como uma realização da potência agressiva, leva a agressividade à ação, com um endereçamento ao outro. A agressividade, bem como suas consequências, deve ainda levar em conta a articulação do sujeito com o Outro, tomado aqui numa perspectiva lacaniana, fundado nos registros da linguagem e do discurso, imprescindíveis como mediadores na constituição do sujeito. Nessa perspectiva, Lacan (1962-63/2005) apresenta o *acting out* como algo que se mostra na conduta do sujeito, onde sua orientação em direção ao Outro deve ser destacada:

O *acting out* é, em essência, a mostração, a mostragem, velada, sem dúvida, mas não velada em si. Ela só é velada para nós, como sujeito do *acting out*, na medida em que isso fala, na medida em que poderia ser verdade. Ao contrário, ela é, antes, visível ao máximo, e é justamente por isso que, num certo registro, é invisível, mostrando sua causa. O essencial do que é mostrado é esse resto, é sua queda, é o que sobra nessa hipótese. (p. 138)

Logo, o que não pode ser enunciado e inscrito é colocado em ato, como um modo de ser rememorado. Trata-se de uma ação plena de sentido, o que nos leva a pensar na aproximação com o conceito de transferência elaborado por Freud (1914/1996), em *Recordar, Repetir e Elaborar* ao dizer que “o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas o expressa pela atuação ou atua-o (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação: repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (p. 165). Acrescenta ainda que: “o instrumento principal para reprimir a compulsão do paciente à repetição e transformá-la num motivo para recordar reside no manejo da transferência.” (p. 169).

De acordo com Birman (2009), existiria “um isomorfismo entre o ato, a palavra e o sentido, entre os registros do ato e da cena, cara e coroa do mesmo processo, que se evidenciaria na experiência psicanalítica” (p. 91). Nesse contexto, cabe ao analista um trabalho de deciframento, buscando os rastros de sentido presentes no psiquismo do sujeito. Assim também, quanto à agressividade, podemos pensar que há um rastro de decifração a ser seguido.

Já a violência, por sua vez, pode ser entendida como o puro horror, anterior à agressividade, uma cota de afeto não representada que, quando extravasa é como se prescindisse do sujeito. Algo inapreensível permanece, dificultando a elucidação do que ocorreu. Há um enigma que se impõe, uma descontinuidade e uma ruptura se estabelecem. Está presente no que Lacan (1962-1963/2005) enuncia como passagem ao ato:

A passagem ao ato está do lado do sujeito na medida em que este aparece apagado ao máximo pela barra. O momento da passagem ao ato e o do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito – ele se precipita e se despenca fora da cena. (p. 129)

Segundo Ferrari (2006), na violência, portanto, algo parece ter escapado a uma simbolização, e surge com um formato próprio, no qual, infelizmente, o que importa:

... é reduzi-la à objetividade de sua constatação, contabilizando-a, demonstrando-a por meio de estatísticas. O sentido que ela porta pouco importa. (...) Na psicanálise a violência é vista sempre em um referencial que mostra que o encontro com a linguagem não é sem consequências para o humano. Compreender a violência supõe adentrar-se na constituição do laço social, considerar os discursos que imperam em dado contexto histórico, e não perder de vista as formas como os sujeitos são capazes de responder aos mesmos, já que a pulsão está presente também em momentos pacíficos. (Ferrari 2006, p.51)

Justificamos, assim, a importância que pretendemos dar ao contexto sociopolítico e cultural contemporâneo, na leitura da conduta dos jovens, para entendermos suas formas inéditas de manifestação. Isso nos leva a indagar a respeito do modo como a subjetividade inscreve-se de fato no campo da experiência contemporânea da violência. Indagamos também, nas palavras de Birman (2009) “quais as modalidades de subjetivação que se materializam nesse campo imantado pela crueldade” e “quais são as formas de vida que construímos efetivamente na atualidade, tendo a violência como uma das referências cruciais de nossa experiência” (p. 62).

É nessa perspectiva, portanto, que pretendemos fazer uso dessas duas noções, de violência e de agressividade, para nos referirmos às manifestações hostis dos

adolescentes. Na maioria das vezes, constatamos que tais manifestações parecem vir mais na forma de uma agressividade do que de uma violência, ainda que aparentemente gratuita. É possível perceber que seus atos visam a atingir um alvo e endereçam-se, sobretudo, às minorias: homossexuais, índios, prostitutas, pobres, mendigos, ou outras pessoas que portam socialmente algo de “um a menos”. Parecem revelar assim o caráter precário da capacidade que possuem para lidar com a alteridade.

Levantamos a hipótese de que, imersos numa sociedade eminentemente narcísica, os jovens, cada vez mais capturados pelo imaginário, conseguem cada vez menos lidar com o outro pela via do simbólico, como veremos mais adiante no capítulo sobre o contexto contemporâneo (ver p. 30 et seq.).

Propomo-nos, então, fazer uma articulação que leve em conta todas essas dimensões. Usaremos o termo agressividade quando nos referirmos especificamente às manifestações endereçadas a outrem, que portam e comportam uma significação, e o termo violência para falar de um modo geral, englobando tanto as manifestações agressivas quanto as violentas, e também como um adjetivo, quando quisermos enfatizar e acentuar a crueldade e a brutalidade do ato.

Após a introdução, apresentaremos um capítulo sobre a metodologia. No capítulo seguinte abordaremos o contexto contemporâneo articulando-o às novas formas de subjetivação por que passam os jovens. O capítulo 4 abre um espaço para pensar a adolescência na perspectiva psicanalítica. O capítulo 5 tem como proposta analisar como se dá a relação dos jovens com o Outro social. E, no último capítulo trazemos uma reflexão sobre os novos significantes, destacando o “*bullying*”, para então concluir.

2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Para pensar uma metodologia psicanalítica, faz-se interessante considerar o modo como a Psicanálise surge e se estabelece na virada do século XIX para o século XX. Destacando-se como nota dissonante no cenário sociocultural, inaugura uma nova forma de saber, provocando inquietações em estudiosos dos diversos campos da ciência, visto que sua rede conceitual comporta singularidades, evidenciadas pela elaboração de cada conceito, bem como pelas mudanças que eles operam no saber, o que não é sem consequências no campo metodológico.

Freud (1985[1950]/1996) inclusive, almejava dar à Psicanálise um estatuto científico, como se pode ver em seu conhecido texto *Projeto para uma psicologia científica*. Apesar de todas as vicissitudes, ele parece nunca haver abandonado totalmente essa ideia. A partir do momento em que se depara com uma de suas históricas, no entanto, começa a interrogar-se sobre o fenômeno da histeria, descobre um modo diferente de tratá-las, valendo-se essencialmente da escuta, e projeta então a Psicanálise a um lugar diferenciado no campo científico. Percebe que o sujeito não é dono de sua razão, que o aparelho psíquico não se compõe de uma estrutura simplesmente mecânica, e que o psiquismo não pode ser pensado à luz do orgânico. Formula dessa forma o conceito de inconsciente, que se torna o pilar da teoria psicanalítica. Assim, “o que parecia absurdo, como sintomas, sonhos, atos falhos, ganhou inteligibilidade e coerência a partir do conceito de inconsciente” (Pinto, 2009, p. 2).

Ao lidar com a noção de inconsciente, o discurso psicanalítico adquire, portanto, um estatuto particular e distinto do discurso científico da época – que buscava critérios positivos de verdade – embora continue relacionando-se com ele. Podemos dizer que a Psicanálise se constitui como “uma prática apoiada em princípios éticos, que demonstra o modo como cada sujeito dissolve o aparente paradoxo contido na relação entre a estrutura de um saber definido a priori, (...) e a solução contingente encontrada como saída para os seus impasses” (Pinto, 2009, p. 3).

Freud, nesse sentido, excetuou-se ao campo da ciência, que postulava a possibilidade de um saber excludente do sujeito, ao inaugurar a clínica apostando na

escuta, para então desenterrar um saber sobre a verdade do desejo. Através das históricas, percebeu que existia algo sobre o qual elas precisavam silenciar-se: o saber sobre o sexo. Assim, essas mulheres vítimas do silenciamento eram as mesmas que “berravam” pela via do sintoma, através de uma simbolização do corpo, com uma tessitura que ultrapassava o empírico e o visível.

Lidando com essas questões e descobertas, Freud (1900/1996) inicia a elaboração do conceito de transferência, de grande relevância e imprescindível para viabilizar e sustentar a clínica analítica. Ângela Vorcaro (2010) esclarece que se trata de “uma modalidade de laço artificial que exige objeção a duas noções caras às práticas psicológicas: a intersubjetividade e a terapêutica” (p. 18). Isso porque a primeira constitui um obstáculo à transferência, que tem como eixo a noção de sujeito suposto saber, ou seja, um saber suposto que o psicanalista atribui ao analista. Este, por sua vez, precisa diferenciar sua pessoa desse lugar que ocupa na transferência, para não exercer poder de sugestão e coação, inviabilizando a ocorrência de uma psicanálise. Logo, a relação transferencial não é intersubjetiva, isto é, não ocorre entre dois sujeitos, mas entre um sujeito e o analista, que se coloca para o primeiro como um objeto de amor diferenciado dos outros justamente por não rejeitar sua posição de objeto. A segunda noção, a terapêutica, implicaria num retorno ao estado anterior, incompatível com o propósito de uma análise, que não pretende racionalizar nem controlar previamente seus efeitos, mas incidir no regime da economia pulsional do sujeito, transformando-a. Torna-se oportuno lembrar o que Foucault (1981/2010) disse certa vez em uma entrevista sobre Lacan, a respeito da função do analista: “Lacan não exercia nenhum poder institucional. Os que o escutavam queriam exatamente escutá-lo. Ele não aterrorizava senão aqueles que tinham medo. A influência que exercemos não pode nunca ser um poder que impomos” (p.330) Isso elucida também a postura do psicanalista, que precisa estar atento e recusar o poder a ele conferido e mesmo demandado pelo paciente.

Nesse contexto não deixa também de ser pertinente a reflexão trazida por Marilena Chauí (1980), em um texto sobre a ideologia. Ela constata que a ideologia promove a passagem do “discurso de” ao “discurso sobre”, cuja distinção permite-nos diferenciar o pensamento e o conhecimento. Esse último estaria relacionado à apropriação intelectual em forma de dados, e o outro, o pensamento, não se apropriaria de nada, por ser um trabalho de reflexão com o intuito de elevar uma experiência (não

importa qual seja) à inteligibilidade, acolhendo-a como experiência indeterminada, como não saber (e não como ignorância).

Avançando, Jeferson Pinto (2009) acrescenta ainda que a ética da psicanálise visa à singularidade do sujeito, contra qualquer pretensão universalizante de outros discursos, denunciando a dessimetria entre o regime de exceção do sujeito e a mestria que define o que seria melhor para todos. Portanto, impor soluções universais seria uma arbitrariedade avessa ao discurso da Psicanálise.

A esse respeito, cabe abriremos um parêntesis e lembrarmos do filósofo Alain Badiou (1995), que propõe uma concepção de ética desconcertante, mas, por isso mesmo merece ser considerada. De maneira eloquente, apresenta o que define como ética das verdades, referida às situações concretas, que incita à reflexão e ao debate, onde a verdade é concebida como um processo real de fidelidade a um acontecimento. Delineia-se aí o que seria a “ética de”, ou seja, a ética do amor, da política, da ciência e da arte. Para Badiou (1995), o retorno à ética atualmente se aproxima mais da concepção kantiana da ética do juízo, designando o princípio de relação com o que se passa. A partir dessa constatação, ele vai propor duas coisas. Primeiro, investigar a natureza desse fenômeno e, segundo, vincular a ética não a categorias abstratas como o homem, o direito, o outro, a mídia, etc., mas a situações. Para tanto, interroga inicialmente a existência do homem, recuperando a noção trazida por Foucault que desconsidera o homem como uma evidência atemporal. Lacan é também citado por Badiou, pela distinção que faz entre o eu e o sujeito, sendo o primeiro considerado como uma figura da unidade imaginária, e o segundo como dependente tanto das leis contingentes da linguagem quanto da história. De acordo com Lacan (1965-66/1998) “não há ciência do homem porque o homem da ciência não existe, mas apenas seu sujeito” (p.873).

Célio Garcia (1997) percebe aí uma tensão entre o humano e o desumano, pois entende que os princípios éticos que inspiram a “defesa do cidadão” são capazes de discernir o que é desumano, mas não definem o que seria o humano: “se assim é, o mal acaba sendo a grande preocupação da Ética; o imperativo ético se exerceria cada vez que o mal despontasse no horizonte da experiência humana” (p.25). Nesse sentido, entende a importância de um rompimento com a concepção que se tem na atualidade do homem como vítima, desamparado, infeliz, humilhado, que acabaria por reduzi-lo a sua condição animal. Ressalta assim que “nem a mortalidade nem a crueldade definem a

singularidade humana” (p. 25). Daí a importância da subjetivação, como ele esclarece no fragmento a seguir:

É imperativo contar com uma subjetivação sempre possível. A Ética deve avaliar o que pode um sujeito e o que desse poder ele é capaz de querer. Necessário se faz não ceder em nome da impotência da vontade sobre a possibilidade do possível... lidar com alguém inapto à subjetivação seria sustentar até o último instante, em condições desfavoráveis, a possibilidade de que algo aconteça, de que ínfimo movimento faça surgir o sujeito, raro, pontual, marcado pela imortalidade, capaz de denunciar qualquer tentativa de referência única a um grande outro tirânico e unificador. (p. 26)

Dessa forma, Badiou (1995) contesta a identidade natural ou espiritual do homem e, por consequência, o próprio fundamento da doutrina ética entendida como um consenso. Afirma, portanto, que não pode haver ética em geral, porque falta o sujeito abstrato que deveria possuí-la, defendendo a concepção de que os sujeitos são ocorrências locais do processo de verdade. Não há um único sujeito, “mas tantos sujeitos quantas verdades haja, e tantos tipos subjetivos quantos procedimentos da verdade” (p. 42). Assim, para ele, a ética dita consensual que predomina nos dias de hoje designa, antes de tudo, a incapacidade característica do nosso mundo de nomear e querer um bem. Ela é serva da necessidade e da economia, aceita o jogo do necessário como base objetiva de todos os juízos de valor. Recusa-se também a pensar a singularidade das situações, princípio obrigatório de toda a ação humana. Diz Badiou (1995): “É preciso rejeitar o dispositivo ideológico da ética, não fazer concessões à definição negativa e vitimada do homem. Tal dispositivo identifica o homem com um simples animal mortal, e impede de pensar a singularidade das situações” (p. 27).

Nesse sentido, podemos dizer que a Psicanálise lida justamente com o não saber, com o que não é dado aprioristicamente. Embora derive da ciência, não se reduz a ela, mas opera um corte, um rompimento discursivo que pode ser entendido pelo viés do sujeito. Ela não coaduna com o discurso da ciência, que se impõe sobre o discurso do sujeito, não sendo solidária com ele, na medida em que a pretensa objetividade do cientista exclui a subjetividade. Considera ser impossível recobrir o real com o saber que teria por finalidade alienar o sujeito: o saber científico. De acordo com Luciano Elia (2000) a ciência constitui-se como um saber que supõe um sujeito, mas não opera sobre

ele, não o coloca em cena, mas se funda em sua exclusão do campo de sua incidência operatória.

Sônia Alberti (2008) também esclarece a esse propósito que:

As determinações científicas criadas por Descartes dizem respeito à existência de um pensável e um impensável, um dizível e um indizível, conceituável e um impossível de conceituar. Dessa forma, pode-se dizer que a ciência testemunha o fato de que há um impossível em jogo de dar conta, ainda que se debruce sobre o estudo do pensável, dizível e conceituável, ou seja, daquilo que pode se apreender pelo simbólico. A psicanálise tem como referência as mesmas determinações da ciência, no entanto, diferente desta, ocupa-se também do impensável, indizível, que diz respeito ao lado real do sujeito.(p.58)

A psicanálise só pôde ser construída quando se tornou evidente que o discurso da ciência implicava a eliminação do sujeito. Ela trabalha, portanto, a partir da inclusão do sujeito no campo de sua experiência, mas de um sujeito que não é empírico, dotado de atributos psicológicos, sociais, políticos, ideológicos ou afetivos. Em outros termos, trata-se de um sujeito sem atributos, que se constitui em sua relação com a alteridade, podendo mostrar-se excluído em relação ao pensar e, de acordo com Teixeira (2000) deslocado de uma essência em favor de uma absoluta contingência.. O sujeito mascara a certeza quando algo da ordem do inconsciente faz sua aparição. Nas palavras de Farias (1996) “o cogito cartesiano tomado como sujeito da consciência é subvertido pela psicanálise, uma vez que o sujeito da psicanálise é formulado a partir de um outro lugar: o inconsciente.” (p. 24).

Sendo assim, podemos dizer que há um modo de conceber e fazer pesquisa em Psicanálise, desde que o sujeito seja incluído em toda a extensão. Mas, como dissemos e enfatizamos, um sujeito sem qualidades, distinto de toda e qualquer forma de individualidade empírica. Trata-se então do sujeito do inconsciente, logo, de acordo com Elia(2000), o saber do inconsciente não pode ser apreendido por uma mera aplicação do saber acumulado pelo analista-cientista, mas se recoloca a cada vez, inédito, único e singular. A psicanálise deve ser lida com a provisoriade e com a observação, e trabalha no “campo da contingência que parasita a função universal do saber, isto é, a função pela qual se estabelece que os eventos descritos devem ocorrer necessariamente do modo previsto pela literalização” (Pinto, 2007, p. 33). A singularidade do sujeito denuncia a inconsistência dos enunciados disponíveis em um campo de saber para prevê-la, mostrando-se então como exceção ao saber totalizante.

Assim, a preocupação do analista-pesquisador deve recair tanto ou mais no processo que no produto, numa lógica que prioriza o “como” e não o “por que”, sob pena de cair numa lógica explicativa e, por conseguinte, conclusiva e reducionista, com pouco espaço para que o sujeito se manifeste. Luciano Elia (2000) explica então que toda pesquisa em Psicanálise não deixa de ser também uma pesquisa clínica, já que o saber produzido está relacionado à lógica do saber inconsciente, implicando a transferência, conforme explicita o trecho seguinte:

E será elaborado a partir da instalação do dispositivo, interditando, por exemplo, que uma hipótese conceitual prévia à escuta venha a ser colocada à prova experimental, no que Thomas Khun denomina o “contexto da verificação”, em oposição ao “contexto da descoberta”, e na qual ela seria verificada ou refutada. Na psicanálise, em decorrência das exigências estruturais do dispositivo através do qual ela opera, o contexto da descoberta coincide com o da verificação. (Elia, 2000, p. 24)

Desse modo, podemos afirmar que, em Psicanálise, tratamento e investigação são indissociáveis, de maneira que a práxis impõe a dimensão da pesquisa. O lugar do pesquisador seria, assim, correspondente ao do analista. (Freud 1913/2006)

Freud, com a psicanálise, marca assim uma diferença em relação aos objetos de estudo dos outros campos de saber, na medida em que constrói um campo de saber sustentado exclusivamente pela verdade do sujeito, impossível de ser generalizada e tomada no campo da certeza. Nas palavras de Farias (1996):

O percurso freudiano vai se realizar por uma modalidade de pesquisa que não é marcada pelas determinações positivistas de sua época, as quais pretendiam circunscrever e delimitar o discurso científico e a ciência. É por essa razão que a pesquisa em psicanálise se assenta na indicação de um processo que supera a concepção consciencialista acerca de uma teoria do psiquismo. (p. 25)

Logo, é preciso superar o discurso produzido pela consciência. Em *O seminário, livro 11*, Lacan (1964/1998) cita uma frase de Picasso que afirma “Eu não procuro, acho!” (p. 205) e explica que “isso quer dizer que, no campo de Freud, basta a gente se abaixar para colher o que há para achar” (p.205). Segundo Voltolini (2000), trata-se de uma frase instigante e não menos oportuna para pensarmos a pesquisa em Psicanálise a

partir da dicotomia entre procurar e achar. Poderíamos dizer que o procurar carrega consigo a ideia de que há algo suposto previamente que precisa ser encontrado, e só se encontra o que se procura. Por outro lado, podemos pensar que é possível achar sem procurar, e é essa possibilidade que instiga e conduz ao inédito, ao inesperado, ao inusitado, enfim, ao contingencial. Podemos dizer que temos aí um modo de fazer pesquisa não desconectado da perspectiva analítica, um método que recusa a ideia de uma simples aplicação de um conhecimento teórico a um determinado objeto.

Faz-se, pois, necessária a interrogação a respeito de

... quanto de saber e quanto de conhecimento estarão em exercício na pesquisa, porque o que tiver de conhecimento de exercício será da ordem de uma aplicação, e o que estiver na ordem do saber em exercício estará na ordem da ignorância, da interrogação e do inconclusivo [...], ou quanto de eficácia de um saber em exercício, ou seja, uma ignorância que interroga. (Jerusalinsky, 2000, p. 80)

Visando entender melhor a diferenciação proposta por Jerusalinsky (2000) entre saber e conhecimento, esclarecemos que o conhecimento é de ordem cognitiva e corresponde a um acervo de conceitos, postulados e representações que possibilitariam uma apreensão objetiva da realidade. Todos, em princípio, podem ter acesso a ele, que pode ser transmitido pelos livros, computadores, ou verbalmente, de modo explícito. Valemo-nos dele para regular ou não nossa vida, de acordo com nossas escolhas. Já o saber é da ordem do inconsciente, está relacionado à subjetividade e advém de uma elaboração construída pelo sujeito via linguagem. Nesse sentido, o saber é *não-todo*, incompleto e comporta as vicissitudes da linguagem.

Nessa perspectiva, evitamos então uma posição dogmática, introduzindo a Psicanálise no campo da ciência, sem renunciar, contudo, à sua essência, o que, sem dúvida, demanda trabalho e constitui uma tarefa árdua, embora de não pouca relevância. Entendemos, portanto, que o objeto da Psicanálise exige uma teorização conceitual distinta, que, num certo sentido, desvincula-se do modelo acadêmico-científico, na medida em que o conceito tomado *a priori*, delimita, define e pré-determina. Vale lembrar que, para Lacan (1964/1998), existem apenas quatro conceitos fundamentais em Psicanálise: repetição, pulsão, inconsciente e transferência. Isso não deixa de ser interessante, na medida em que se trata de conceitos que nada definem do sujeito *a priori*,

não estabelecem postulados que permitam uma apreensão total de sua realidade. São conceitos que se dão pela experiência com a linguagem, pela via da contingência. É o significante que governa o sujeito, diz algo sobre ele, predetermina-o, ainda que ele não o saiba. Quando nascemos, somos capturados pelo universo do significante, a linguagem já está presente, de maneira que se pode dizer que o Outro, que constitui o tesouro dos significantes no qual somos imersos, antecede-nos.

Logo, para a Psicanálise, os significantes é que vão ocupar o lugar dos conceitos, justamente porque “só podem ser validados em sua função principal se forem experienciados por um sujeito particular, e seus efeitos de verdade devem ser verificados por um a um dos sujeitos que os pronunciam” (Pinto, 2009, p. 8).

Safatle sugere ainda que Lacan faz uma aposta na formalização em vez de conceitualização. “Lacan se vê na necessidade de sustentar uma aposta de *formalização*, em vez de uma aposta de *conceitualização* com suas pretensas estratégias de submissão do diverso da experiência à atribuição predicativa de traços de identificação positiva” (Safatle, 2006, p. 36). O matema é uma estratégia que pretende oferecer apenas um contorno à experiência de gozo que é refratária à conceitualização, já que o real resiste à simbolização.

A relação entre saber e verdade também é um ponto importante, que Freud, inclusive, já destacava em seus textos. Roudinesco (2000) explica a esse respeito que, para a psicanálise:

Pouco importa, portanto, que uma cena seja inventada ou não, uma vez que ela anuncia a verdade de uma estrutura original que coloca o homem frente a seu destino e à tragédia de seu desejo. Vamos mais longe: essa cena extrai sua força significante do fato de ser construída. Ora, é precisamente essa disjunção, apesar de verificável nos relatos de análise e nos depoimentos dos pacientes, que é inadmissível para os adeptos do cientificismo, que fazem sempre o intelecto coincidir com a coisa e o conhecimento com a verdade (...). Com efeito tomam a experimentação como prova única de uma verdade objetiva.(p. 93)

Avançando um pouco em Lacan (1959-1960/1980), encontramos a afirmação de que a “verdade tem estrutura de ficção” (p.22). Ele compara a verdade e a estrutura de ficção, querendo destacar que, assim como o arranjo dos fatos que se estabelece entre os elementos da fábula é o fundamento da ficção, também, para a

Psicanálise, é a conjugação dos pontos da história do sujeito que podem levar à sua verdade.

A partir de todas essas constatações, não é difícil perceber que fazer pesquisa em Psicanálise envolve um série de questões que tentamos mostrar e que não devem ser negligenciadas, se quisermos fazer uma investigação coerente com os princípios teóricos propostos por ela. Trata-se, sobretudo, de interrogar a concepção predominante no contemporâneo, de que a ciência detém o privilégio e o poder de responder a todas as questões humanas fundamentais.

Observamos, com o avanço das neurociências, o delineamento de uma tendência totalizadora, cuja pretensão consiste em localizar uma causa orgânica, ou especificamente genética, para praticamente todos os problemas vivenciais e emocionais do ser humano. Com a Psicanálise, enfatizamos a necessidade de fazer frente a essa tendência, ampliando o campo do debate. Pois, como lembra Milner (1996), “já que não há ideal da ciência em relação à psicanálise, tampouco há para ela ciência ideal. A psicanálise encontrará em si mesma os fundamentos de seus princípios e métodos” (p. 31). Evidentemente, considerando-se sempre a singularidade do sujeito.

2.1 A pesquisa teórica

No caso específico desta pesquisa, apesar do fato de ser eminentemente teórica, os procedimentos não parecem menos delicados. A intenção de investigar as manifestações agressivas que envolvem os adolescentes nos dias atuais aponta também para o desejo do pesquisador. É nesse sentido que é preciso que ele se situe como um analisante, participando como alguém que produz um saber a partir de um enigma. Jeferson Pinto (2009) diz que “o tema da pesquisa ou o texto teórico é que estão no lugar da causa de seu desejo, movendo-o de modo análogo ao que se passa com um analisante” (p. 15). Logo, a transferência pode ser tomada como instrumento e método, não se restringindo exclusivamente ao *setting* analítico, já que, como afirma Debieux Rosa (2004), “o inconsciente está presente e determina as mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo o enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (p. 343)

Para pesquisar e desvendar a relação entre o sujeito e os fenômenos socioculturais e políticos, levantamos a questão da Psicanálise aplicada, prática que tem suscitado controvérsias e discussões. Debieux Rosa (2004) aponta dois tipos de problema nessa prática. O primeiro refere-se à prática da aplicação de concepções teóricas e metodológicas a objetos externos ao campo das descobertas freudianas. O segundo advém do próprio método, já que a psicanálise freudiana não propõe um único método a ser aplicado em todos os casos. A dificuldade maior reside na generalização, que escamotearia a singularidade do sujeito. A autora continua e adverte que

A psicanálise tem como premissa a superação do discurso produzido pela consciência, que é um campo de saber sustentado pela verdade do sujeito, o que não gera certezas ou generalizações; e que considera que, no campo de investigação, o pesquisador sofre também os efeitos das descobertas. (Debieux Rosa, 2004, p. 332)

Ainda com relação ao método, poderíamos dizer que a interpretação do material de investigação, que não provém do inconsciente, pode ficar comprometida, podendo, inclusive, ser considerada como “selvagem”. Além disso, também é preciso destacar que, como não provocam necessariamente efeitos que possam incidir sobre a subjetividade dos envolvidos na pesquisa, ela não deveria ser considerada como prática da Psicanálise. Não obstante, Freud não deixou de analisar fenômenos coletivos, para, a partir daí, procurar entender o que se passava com o sujeito. Em *Psicologia de grupo e a Análise do Ego* Freud (1921/1996) chega inclusive a afirmar que a psicologia individual é também social, observando a influência exercida pelas instituições no psiquismo dos indivíduos. De acordo com Debieux Rosa (2004), nesse texto, Freud destaca que a “identificação, um fenômeno habitualmente trabalhado como individual, é tomado de forma integrada à formação do ideal do eu e ao funcionamento do sujeito nos grupos e instituições” (p. 334).

Em *O Mal estar na civilização*, Freud (1930 [1929]/1996) também considera o peso da sociedade na constituição psíquica do sujeito. A perspectiva social se faz presente nas diversas maneiras que cada um encontra para efetivar laços sociais, imprescindíveis para viabilizar sua existência. Logo, vemos que ele não apenas considerou, como também se preocupou em investigar o sujeito e sua relação com a sociedade, estudando fenômenos socioculturais e políticos.

Lacan (1967/2003), por sua vez, não se furta ao debate, propondo o que nomeia como Psicanálise em *intensão*, em contraposição à Psicanálise em *extensão*. Ele as define da seguinte forma: “psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (p. 251). A Psicanálise em extensão relaciona-se, pois, aos efeitos da análise pessoal nos laços que se estabelece com o social. Trata-se então dos efeitos do discurso analítico no mundo, uma interlocução que a Psicanálise estabelece com outros campos de saber: antropologia, sociologia, história filosofia, literatura, etc.

Assim, tanto Freud quanto Lacan não deixam de articular o sujeito com os contextos socioeconômico e político nos quais está inserido. Birman (1994) considera que temas como o poder, a crença, a ética, a cientificidade, a agressividade e a violência, que pretendemos investigar nesta pesquisa, adquirem singularidade quando tomados pela ótica da Psicanálise, “que retoma estes temas a partir do lugar da função do sujeito em psicanálise” (p. 10).

Debieux (2004) acrescenta que:

Em Lacan, os laços sociais são laços discursivos, as relações de linguagem entre as pessoas definem as maneiras diferentes de distribuição de gozo. O discurso, um discurso sem palavras, mas não sem linguagem, dá conta das relações intersubjetivas. Essas relações constituem-se a partir da circulação de certos elementos que, ao transitarem por diferentes lugares, produzem laços sociais específicos e promovem diferentes efeitos ou sintomas. (p. 334)

Nesse sentido, a escrita e a linguagem carregam uma outra dimensão, e não se prestam a descrever a realidade, mas a criá-la. O inconsciente é uma linguagem que só aparece quando o sujeito não consegue acessá-la, quando ele comete atos falhos, chistes, lapsos. Assim, de acordo com Jeferson Pinto (2009), uma tese só é descoberta posteriormente, devido à presença e ao envolvimento de um sujeito, e não apenas de um técnico forcluído pelo discurso, que só pode pesquisar um problema exigido pela teoria.

Assim, a investigação a respeito da agressividade e da violência entre jovens no mundo contemporâneo pode levar a outras questões, produzindo resultados que escapam e ultrapassam a suposta intenção do pesquisador. Isso porque, como dissemos, a postura adotada não deve ser a de “procurar”, mas a de “achar”. Jeferson Pinto (2009) indica que

o “esforço da pesquisa deve se centrar no questionamento do poder significante em cristalizar realidades e identidades aparentemente inabaláveis” (p. 16).

A proposta é, então, partir da escuta dos discursos produzidos pela sociedade, com a construção de novos significantes que têm surgido na atualidade, especialmente o *bullying*, que visa conferir uma identidade às manifestações agressivas e violentas dos jovens, e tentar perceber de que modo eles podem denunciar a própria precariedade para lidar com o real em jogo no laço social contemporâneo. Em outros termos, questiona-se sobre a maneira pela qual escamoteiam ou tamponam algo que exporia o que a sociedade tenderia a ocultar. Evidenciamos aí a queda dos ideais, a falta de um referente sociossimbólico que poderia favorecer o tratamento do real por uma via civilizatória menos devastadora.

O percurso metodológico, portanto, quanto aos seus procedimentos, partiu de uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma análise e revisão, articulando os textos clássicos da Psicanálise com publicações acadêmicas mais recentes e artigos científicos. Intentamos explorar, a título de evidência empírica dos fenômenos, reportagens que abordaram o tema em questão e que suscitaram debates relevantes, priorizando o que foi “achado”. Em *O seminário, livro 11*, Lacan (1964) nos diz que Freud, no que se refere ao inconsciente, era legitimamente o sujeito a quem se poderia supor saber: “ele sabia, e nos deu esse saber em termos que se podem dizer indestrutíveis, uma vez que, depois que foram emitidos, suportam uma interrogação que até o presente jamais foi esgotada” (p. 20). Entendemos, com a psicanálise, que do saber não se sabe tudo, daí a possibilidade do inconsciente.

Queremos, com isso, dizer que o intuito deste trabalho foi propiciar avanços, provocar discussões e produzir um saber não totalizador, que insistiu em construir-se sem a pretensão de esgotar-se.

3 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO E OS NOVOS MODOS DE SUJETIVAÇÃO

Prosseguindo na nossa investigação, entendemos que é de suma importância buscar conhecer e também compreender as novas formas de subjetivação pelas quais passam nossos jovens na contemporaneidade. Vale lembrar que Lacan (1953/1988) sugere que deva desistir de praticar a psicanálise “quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas, quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico (p. 322). Logo, não há como desconsiderar o fato de que o sujeito reflete, por meio de sintomas e demais formações do inconsciente, as forças do campo simbólico que o atravessa.

Consideramos a subjetividade como algo a ser produzido e que, portanto, não está na origem. É preciso então articular os modos de subjetivação contemporâneos com as novas formas sintomáticas que se apresentam. Vivemos numa época caracterizada por alguns fenômenos típicos e relevantes, como por exemplo, a globalização, a revolução tecnológica, os avanços absurdos e espetaculares no campo da genética e das neurociências, além da exacerbação do consumismo. Vende-se hoje a ideia de que praticamente “tudo é possível” ou, pelo menos, está prestes a ser. As possibilidades da clonagem humana, bem como as pesquisas com células-tronco dão testemunho disso. Moreira, Rosário e Costa (2008) explicam que é “nesse contexto e nessas circunstâncias que se dão os processos de subjetivação do sujeito pós-moderno, que, imerso num vácuo narcísico, cada vez menos respeita os limites que o distanciam do outro e sustentam a sociedade” (p. 1038).

Assim, precisamos considerar o peso e as repercussões desses fenômenos ou mesmo arranjos contemporâneos que, ao acenarem falaciosamente com a possibilidade de uma plena realização narcísica, onde o eu pode tudo, veiculam a promessa de que temos praticamente tudo ao alcance das mãos. As consequências que daí decorrem são graves e não menos desastrosas.

As formas sintomáticas que se manifestam na contemporaneidade, bem como os tipos de laços que se estabelecem, não deixam, portanto, de padecer dos efeitos do

sistema capitalista, que também repercutem na subjetividade. Trata-se de um modelo político-econômico cujo ordenamento baseia-se no convite ao consumo contínuo, incitado pelo excesso de ofertas num mercado que, para se fortalecer em um ritmo permanente de oferta e de procura, forja ou mesmo impõe as necessidades mais diversas, ao mesmo tempo em que oferece produtos supostamente capazes de saciá-las. Essa saciedade de tantas “necessidades”, provocada pela aquisição do produto almejado, faz-se, no entanto, sempre fugaz e imediatista. A tecnologia e as inovações científicas colocam novas necessidades no lugar das antigas, bem como novos produtos prontos para atendê-las. O ritmo se perpetua e o sistema capitalista eleva os infundáveis e descartáveis objetos ao estatuto de “sonhos de consumo”, de “objetos do desejo”.

Nesse sentido, essas engrenagens promovidas pela força simbólica do sistema econômico vigente acarretam inúmeros efeitos subjetivos que marcam e modulam conformações psíquicas, criando novas roupagens para os sintomas. Isso, por sua vez, repercute e promove construções e desconstruções na esfera cultural – os modos de relação, os tipos de laços sociais estabelecidos, valores que se elevam e que caem como obsoletos. Dessa forma, retomando a noção lacaniana de sujeito como ser de linguagem, vemos que há, qualquer que seja o tempo, trocas mútuas entre o contexto social em que se vive e a constituição psíquica dos sujeitos.

Como o sujeito surge em resposta à demanda invertida do Outro – do simbólico, compreendido como o tesouro dos significantes –, faz-se necessário articular o contexto contemporâneo e a formação dos sintomas, inclusive das novas formas de sintoma, que serão retomadas posteriormente com mais profundidade (ver p. 88 et seq.) Temos aí uma conexão do sujeito com a cultura através do Outro, na medida em que o inconsciente se constitui a partir da inscrição do sujeito no campo do Outro. Nesse movimento, ele perde uma parte de seu próprio ser e, simultaneamente, uma parte do ser do Outro que lhe resta opaca, alojando-se, assim, nesse espaço perdido que é efeito de uma dupla perda. Há, portanto, uma relação estreita entre a cultura, no modo como ela se escreve com seus significantes atuais, e a constituição do sujeito. Ou seja, na constituição do sujeito, há uma determinação da cultura, uma interferência na forma como se lhe afigura o grande Outro, ou, melhor dizendo, na forma como o sujeito o constitui. Lacan (1960/1998) observa que:

O Outro, como sítio prévio do puro sujeito do significante ocupa a posição mestra de dominação, antes mesmo de ter acesso à existência, para dizê-lo com Hegel e contra ele, como absoluto senhor/mestre. Pois o que é omitido na mediocridade da moderna teoria da informação, é que só se pode sequer falar de código, quando este já é o código do Outro; ora é de algo bem diferente que se trará na mensagem, uma vez que é por ela que o sujeito se constitui, uma vez que é do Outro que o sujeito recebe a própria mensagem que emite. (p. 822)

Desse modo podemos entender que a constituição dos laços sociais expressa uma estrutura de dominação. Ou seja, a relação que o sujeito estabelece com o outro, caracteriza-se, em sua origem por uma relação entre dominador, o mestre, e o dominado, o escravo, na qual está presente alguma forma de gozo.

3.1 O Pacto edípico

Uma contribuição que pode ser interessante para enriquecer nossa discussão é a do psicanalista Hélio Pellegrino (1987). Em seu texto *Pacto edípico e pacto social*, ele observa a relação entre a queda do pacto edípico, firmado na infância, diante da necessidade de aceitação da interdição do incesto pela criança, em favor de sua integridade corporal. Destaca também o desvio em relação à satisfação direta e o respeito à autoridade. Logo, é através do consentimento claro da interdição que decorre a potência ordenadora das pulsões. Numa sociedade organizada segundo o discurso do mestre, proposto por Lacan (1969-70/1991), no qual a linguagem exerce um domínio através do poder do conhecimento e das leis positivas, a criança que internaliza a proibição de gozar do corpo da mãe, submetendo-se ao “não do pai” e renunciando à onipotência do seu desejo para adequar-se às exigências do princípio de realidade, cumpre a etapa que lhe fará apta a fazer parte da sociedade humana e a inserir-se na cultura. A submissão à lei é estruturante na medida em que organiza o sujeito diante da renúncia ao gozo mortífero, inserindo-o na lógica simbólica da castração e integrando-o no circuito de intercâmbio social.

Todavia, ao mesmo tempo em que o incesto é proibido, abre-se a possibilidade para outras escolhas. O pacto edipiano tem, portanto, mão dupla: a criança perde por um lado, mas ganha por outro. Em troca da renúncia que lhe é imposta, e mesmo exigida, tem o direito de receber nome, filiação, lugar na estrutura de parentesco, acesso à ordem

simbólica, enfim, o que se faz necessário para se inserir e participar da cultura. Assim, segundo Pellegrino, o pacto edípico garante e sustenta o pacto social, mas este, por retroação, confirma e afirma o primeiro.

Sabendo-se castrado, o sujeito pode sustentar o seu desejo, sem, no entanto, buscar a anulação de sua falta primordial. Por outro lado,

A ruptura com o pacto social (...) pode implicar a ruptura, ao nível do inconsciente, com o pacto edípico. Não nos esqueçamos que o pai é o primeiro e fundamental representante, junto à criança, da lei da cultura. Se ocorre por retroação, uma tal ruptura, fica destituído, no mundo interno, o significante paterno, o Nome-do-Pai, e em consequência, o lugar da Lei. Um tal desastre psíquico vai implicar o rompimento da barreira, que impedia, em nome da lei – a emergência dos impulsos delinquentes pré-edípicos, predatórios, parricidas, homicidas e incestuosos. Assistimos a uma verdadeira volta do recalcado. Tudo aquilo que ficou reprimido – ou suprimido – em nome do pacto com o pai vem à tona, sob forma de conduta delinquente e antissocial. (Pellegrino, 1987, p. 203)

Assim, para Pellegrino, o pacto social precisa promover, criar e sustentar direitos que favoreçam a inscrição social do sujeito. Se há desvirtuamento de valores, a consolidação social será espúria e injusta. O pacto, nesse caso, teria mão única, podendo romper-se mais facilmente, o que implicaria em graves consequências. A esse respeito, Moreira et al (2008) observa que “não havendo um poder capaz de submeter os homens, em risco estará o pacto social devido à inclinação natural do ser humano à mútua agressão” (p. 1028). A violência adviria então dessa ruptura no mundo interno com o significante paterno, o Nome-do-Pai, o lugar da lei, de acordo com Pellegrino.

Entretanto cabe aqui uma ressalva, porque sabemos que nem toda violência é partidária de uma ruptura ou de um deslocamento do significante Nome-do-Pai, pois existem violências reguladas pela lei. À quebra do pacto, um sujeito pode responder sem nenhuma ruptura em seu mundo interno. Pode, pelo contrário, agir totalmente determinado pelo significante Nome-do-Pai, buscando restaurar o pacto, ou retribuir a violência sofrida. Há uma violência necessária ao estabelecimento e à manutenção da lei e que, portanto, trabalha para a manutenção do pacto social e não somente em sua ruptura.

Nesse sentido entendemos que Pellegrino nos traz uma leitura interessante, mas há que se ter cuidado com o termo ruptura proposto por ele, pois uma ruptura de fato levaria ao desencadeamento de uma psicose, o que não parece ser o caso. Talvez

possamos dizer que o significante paterno, o Nome-do-Pai, está lá, só que não opera da mesma maneira. Assim, não se trata do marco estrutural que condiciona a entrada do sujeito na linguagem, tal como Lacan (1955-56/1985) apresenta em *O seminário, livro 3*, ao falar da psicose, ou seja, da posição que o sujeito ocupa frente à castração.

É preciso destacar, recorrendo-se a um momento posterior do ensino de Lacan, que o pai produz efeitos múltiplos, posto que o Nome-do-Pai se desdobra. De acordo com Zenoni (2007),

Por contraste com a noção do pai do momento inicial de seu ensino, a noção de pai que Lacan acaba enfatizando, notadamente nos últimos seminários, é completamente disjunta da noção de sustentação da ordem simbólica e do portador da interdição. Há um deslocamento duplo, de algum modo. Por um lado, o Nome-do-Pai multiplica-se em tantos nomes quantos forem os suportes à sua função, tornando-se, ao mesmo tempo, por causa de sua própria multiplicidade, um artifício, algo que ninguém pode usar sem tomá-lo por aquilo que ele não é, sem tomá-lo por um elemento de coesão da ordem simbólica que não existe. Por outro lado, no prolongamento do que foi exposto no seminário *As Formações do inconsciente*, a respeito do pai real, a noção de pai será, a partir de então, e definitivamente, abordada não sob o ângulo do parentesco, mas sob o da aliança homem-mulher, sob o ângulo, portanto, do efeito ‘colateral’ da posição de desejo do pai sobre a constituição subjetiva da criança. (p.24)

Logo, se a mulher não se divide entre o filho e o homem (pai), e não traz, portanto, a marca da divisão mulher/mãe, duas consequências daí podem advir. A primeira seria a condição na qual o filho ficaria atrelado ao desejo da mãe, como quem realizasse sua falta na figura do falo. Ocorreria, portanto, a forclusão do Nome-do-Pai, responsável pela constituição da psicose. Numa outra situação, observaríamos a mesma relação da criança com a mãe, entretanto, tendo sido efetivada a inscrição do Nome-do-Pai. Ou seja, o filho permaneceria atrelado ao desejo da mãe, mas não como psicótico. Nesse caso haveria interdição, mas não a nomeação que garantiria a orientação do desejo, pois a mulher não se apresentaria como castrada, nessa divisão entre o homem e o filho. Teríamos, então, como efeito, a traição e a impostura, fazendo com que o filho descredite da lei.

Nesse sentido, reiteramos aqui que não se trata, na violência, do efeito de constituição da psicose, com a forclusão do Nome-do-Pai, mas de uma inscrição que gera efeitos quanto ao desejo, como veremos adiante no capítulo sobre os jovens no laço social contemporâneo (ver pp. 62et seq.).

3.2 A perspectiva freudiana do supereu, a violência e a agressividade

A fim de elucidarmos as questões que a violência e a agressividade suscitam, partiremos de uma discussão acerca do pai. Pretendemos localizar a sua incidência na civilização contemporânea, bem como as consequências que daí advém para a banalização tanto da violência quanto da agressividade.

No que se refere ao pai, em Freud (1913[1912]/1996), destacamos o texto *Totem e Tabu*. Ele se vale do mito da horda primeva, a fim de ilustrar a vontade arbitrária e irrestrita do pai do clã, que, dentre outras coisas, reivindicaria para si a posse de todas as mulheres. Diante da situação assim estabelecida, os filhos, num sentimento que mesclaria, na mesma proporção, amor e ódio, resolvem matá-lo para se livrarem da tirania, que se colocava como a própria origem do mal que acometia a todos. Todavia, depois do assassinato, sentindo remorso, renegaram sua má ação e inventaram uma nova ordem social, que inaugurou e instaurou a exogamia (que significava a renúncia às mulheres do próprio clã feita pelos homens) e o totemismo (que simbolizava o lugar sagrado do pai, posto como fundamento da nova lei). Podemos encontrar aí, de acordo com Freud, os primórdios da religião monoteísta e da moralidade.

Através desse mito, ele nos mostra que a violência dos filhos levou à morte do pai. Mas, podemos pensar que o pai também era, de certo modo, violento, tirânico, arbitrário e autoritário. Mais ainda, é importante destacar que, através desse assassinato, foi possível que um movimento de acesso à lei se inaugurasse. O remorso experimentado fez com que os filhos, ao se unirem, criassem normas e leis que norteariam suas condutas daquele momento em diante. Nesse sentido, a violência parece cumprir uma função e configurar o próprio remédio à sua contenção, mas, de todo modo, precisa ser controlada. Sim, é preciso um passo a mais: aquele que ousar desobedecer à lei será castigado e punido, de modo que contra ele se voltará toda a comunidade, talvez até com a mesma violência praticada por ele, mas, agora, coletivizada e normatizada. O que acontece apenas é que uma violência torna-se preferível à outra. Ou seja, a violência da comunidade reunida contra um de seus membros se faz preferir à violência de todos contra todos, nesse sentido tratar-se-ia de uma guerra interna ao grupo e não ao indivíduo.

De acordo com Birman (1994),

Depreende-se disso então como outra violência foi capaz de impor um limite à violência real, produzindo em contrapartida, não apenas um código ético centrado na culpa, mas também uma sociedade fraternal fundada no interdito da morte. Foi a violência simbólica, portanto, o que colocou um limite à força pura, sendo aquela ainda o corolário dos laços sociais estabelecidos pelos irmãos. Além disso, teria sido a ordem da justiça o que funcionara como imperativo para o assassinato do pai pelos filhos, de forma que a violência seria fundante da violência sagrada. (p. 67)

Esse mito trazido por Freud, bem como o do Édipo, que versa acerca dos desejos amorosos e hostis que uma criança experimenta em relação aos seus pais, ilustram e enfatizam a presença dos sentimentos de remorso, angústia e culpa na humanidade. Além disso, esboça um contorno que visa esclarecer o modo pelo qual eles contribuíram – ou mesmo foram os responsáveis – com a instauração da ordem simbólica e dos interditos universais do homicídio e do incesto, mandamentos caros em todas as crenças. O que se observa, entretanto, e parece relevante, é o modo como a violência é contornada, já que não há como extingui-la. Freud vale-se dos mitos para explicar essa verdade, embora eles esclareçam muito além: apresentam soluções, ainda que precárias, que são eficazes pelas consequências e efeitos que promovem no recalque e no cerceamento do livre curso das pulsões.

A fim de discutirmos o cerceamento do livre curso das pulsões, para além do recalque, retomamos a seguir a discussão que Freud (1930[19129]/1996) faz sobre o embaraço entre o indivíduo e a civilização. Partimos das considerações a respeito do supereu e das restrições que ele impõe, pela via do sentimento de culpa e do remorso. Em seguida discutimos de modo mais amplo a relação do sujeito com a civilização, bem como as restrições que esta lhe impõe e que, no contexto contemporâneo, parece sofrer alterações significativas.

É preciso lembrar que Freud (1930[1929]/1996) explica o sentimento de culpa como decorrente da tensão entre o severo supereu e o eu que a ele se acha sujeito. A culpa se expressa então através de uma necessidade de punição: “o superego atormenta o ego pecador com o mesmo sentimento de ansiedade e fica à espera de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo externo” (p. 129). Moreira et al (2008) explica que o sentimento de culpa surge então como um modo de o sujeito se relacionar com a alteridade, daí ser entendido como fator estruturante na cultura.

Quanto ao remorso, Freud (1930[1929]/1996) o define como o sentimento de culpa que perdura depois de se ter praticado uma má ação: “Este se refere apenas a um

ato que foi cometido, e, naturalmente pressupõe que uma consciência – a presteza em se sentir culpado – já existia antes que o ato fosse praticado” (p. 134). No caso do assassinato do pai primevo, Freud (1913[1912]/1996) observa que deveria tratar-se de remorso, já que haveria um sentimento ambivalente de amor e ódio dos filhos em relação ao pai. Tendo o ódio sido satisfeito através da agressão, sobreviera o amor, que engendrou assim o remorso.

Nos anos 30, em *Por que a guerra?* Freud (1933[1932]/1996) também aborda o tema da violência. Trata-se de uma resposta a uma carta de Einstein² que, expressando intensa inquietação, pergunta se haveria alguma forma de livrar a humanidade da ameaça iminente da guerra. Solicita a Freud que apresente o problema da paz mundial sob o enfoque de seus estudos psicanalíticos, acreditando, com isso, na possibilidade de que novos caminhos para novos e frutíferos métodos de ação pudessem surgir. Freud responde dizendo que, sem dúvida, grande parte dos conflitos de interesses entre os homens se resolve com o uso da violência, mas que há também conflitos de opinião que podem ser resolvidos por outros meios. Acreditava que “a violência poderia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava agora a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. (...) a lei é a força de uma continuidade” (Freud, (1933[1932]/1996, p.199). Só que as leis, sendo feitas por e para os governantes, acabam por limitar o espaço dos que devem sujeitar-se a elas. Decorrem então dificuldades que podem conduzir a explosões violentas, dificilmente contornáveis pelas leis em vigor.

A troca de cartas entre Freud e Einstein sobre a paz e a guerra não deixa de ser uma aposta. Ao contrapor vínculos emocionais entre iguais, ela aposta na política. Joel Birman (2009) sugere que Freud reconheceu que:

A história humana seria marcada pela oposição entre paz e guerra, que, com variações, atravessam a nossa história e a modulam. Portanto, o ideário da paz perpétua enunciado por Kant no contexto do Iluminismo e signo maior da maioria darazão não teria sustentação. Nesse sentido, Freud não é um pacifista, já que apesar de pretender que a paz exista, reconhece que a guerra é uma possibilidade sempre presente no horizonte social e histórico. Enfim, Freud não é ingênuo do ponto de vista político – como Einstein aliás – ele se aproxima de uma leitura realista das relações entre guerra e paz. (p. 68)

² A correspondência entre Freud e Einstein fazia parte de um programa criado pela Liga das Nações, após a primeira guerra mundial, chamado Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICT)

Freud (1930[1929]/1996) constata ainda que a civilização constitui um processo a serviço de Eros, que tem como fim aglutinar indivíduos em famílias, raças, povos e nações, numa única grande unidade: a humanidade. Entretanto, reconhece que:

O natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros, e com quem este divide o domínio do mundo. (p. 126)

Desse modo, ele deixa entrever a presença do dualismo pulsional, já enunciado em *Mais além do Princípio do Prazer* (Freud, 1920/1996) sempre em ação no psiquismo, tanto em tempos de guerra quanto de paz, em proporções diferenciadas que, segundo Birman (2009), configuram os diferentes cenários da guerra e da paz.

Para além das especificidades de cada cultura, que só viriam a intensificar os conflitos, Freud (1930[1929]/1996) entendia que os sofrimentos psíquicos seriam decorrentes da não satisfação dos impulsos primordiais, bem como da repressão imposta pela sociedade. Os sujeitos sentir-se-iam culpados pelos seus desejos e fantasias e logo os recalçariam, o que geraria, em muitos casos, sintomas neuróticos, em função da intolerância às frustrações impostas pela sociedade à sexualidade e à agressividade. Ou seja, a agressividade, ao ser internalizada, volta-se de forma punitiva contra o próprio ego do sujeito, sendo assumida pelo superego. Como vimos, Freud (1930[1929]/1996) chama essa tensão entre o ego e o superego de sentimento de culpa, que é o preço que pagamos pelo progresso civilizatório. Dessa maneira, podemos dizer que o homem civilizado é, sobretudo, um homem de conflitos, em função das pressões da civilização e de suas próprias pressões internas.

Em *A dissecação da personalidade psíquica*, Freud (1933[1932]/1996) avança em sua teorização e explica que o eu se constitui como um prolongamento do isso, que é a sede das pulsões: “caldeirão cheio de agitação fervilhante” (p. 78). Ao receber os estímulos externos, ele cria uma camada protetora contra eles e também contra os que vêm de dentro. Mas o ego, ao se constituir e separar-se do id, também cria um prolongamento que orienta o seu desenvolvimento, que é o prolongamento do ideal: “o ego afinal, é apenas uma parte do id, uma parte que foi adequadamente modificada pela proximidade com o mundo externo, com sua ameaça de perigo” (p. 81). Ele representa

as exigências do mundo externo e se esforça para ser um servo leal do id, embora sofra pressões do superego e lute sempre para dar conta da incumbência que lhe é atribuída: instaurar a harmonia entre as forças e as influências que se exercem nele e sobre ele.

Num primeiro momento, o eu ideal, que corresponde ao narcisismo perdido dos pais, vai orientar o ego, em seu funcionamento, para uma realização daquilo que os pais gostariam que esse ego fosse. A criança então se identifica com essa projeção dos pais até ocorrer uma insuficiência nessa realização, que é a marca da castração, capaz de gerar uma separação da criança em relação ao ideal do outro, ou seja, em relação à criança do ideal imaginada pelos pais.

O ego depara-se com uma exigência de ter que ser algo para atender a esse ponto inalcançável. Constitui-se, então, nesse momento, o superego. Daí ele ser o herdeiro do complexo de Édipo. Como declara o próprio Freud, nesse texto (1933[1932]/1996) : “O superego, que assim assume o poder, a função e até mesmo os métodos da instância parental, é, portanto, não simplesmente seu sucessor, mas também, realmente seu legítimo herdeiro” (p. 68). Ainda acrescenta mais adiante e mais precisamente que “a instalação do superego pode ser classificada como exemplo bem sucedido de identificação com a instância parental” (p. 69).

O superego marca a origem de um novo investimento energético, ou mesmo de uma nova figura psíquica, também efeito de um prolongamento, assim como o ego em relação ao id, que vai articular o campo dos ideais. Podemos situá-lo entre aquilo que eu gostaria de ser, o eu ideal que permanece e não cai, e aquilo que eu tenho que ser, isto é, o ideal do eu. O superego tem, portanto, uma dimensão arcaica que, de certa forma, remete ao vínculo com a transmissão social das proibições que sustentam os ideais culturais:

O superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo de seus pais, mas do superego de seus pais: os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitem de geração em geração. (Freud, 1933[1932]/1996 p. 72)

A constituição do aparelho psíquico é, então, processual e, no campo dos ideais e das exigências, é articulada à figura do superego. A esse respeito, Freud (1933[1932]/1996) esclarece o seguinte:

O superego é também o veículo do ideal do ego, pelo qual o ego se avalia, que o estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir. Não há dúvida que esse ideal do ego é o precipitado da antiga imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuía. (p. 70)

E mais adiante expressa de forma ainda mais direta e precisa o vínculo do superego com a transmissão da lei e da cultura vigente em determinado momento do laço social, destacando não apenas sua origem, mas inclusive, a sua tendência a manter-se e repetir-se nas gerações posteriores, confrontando-se com as possibilidades de mudanças e inovações culturais:

O passado, a tradição da raça e do povo, vive nas ideologias do superego e só lentamente cede às influências do presente, no sentido de mudanças novas: e, enquanto opera através do superego, desempenha um poderoso papel na vida do homem, independentemente de condições econômicas. (p. 72)

Vemos assim que existe uma regulação interna ao sujeito e uma pressão externa, oriunda da sociedade, que faz com que a felicidade plena seja praticamente um bem inalcançável e que o mal-estar resultante do conflito seja, portanto, estrutural. O homem civilizado é, sobretudo, um homem de conflito, às voltas com as pressões da civilização e suas próprias pressões internas. Pode-se dizer resumidamente que Freud (1933[1932]/1996) entende que o sujeito, para fazer frente às pressões e impulsos internos, oferecendo uma contenção ao livre escoamento das pulsões, desenvolve alguns recursos internos, como o recalque, o superego e as próprias exigências do eu, que são construídos com base nas pressões advindas do laço social.

Nesse sentido, Freud não defendia a total supressão das interdições sociais, porém, advogava em favor de um abrandamento da rigidez e do puritanismo moral que impregnavam a sociedade da época, ainda submetidas às influências da era vitoriana. No caso do pequeno Hans, Freud (1909/1910) chega a dizer que, até aquele momento

... a educação só estabeleceu para si a tarefa de controlar, ou seria muitas vezes mais próprio dizer, de suprimir os instintos. Os resultados não têm sido de modo algum gratificantes, e onde o processo foi bem sucedido, foi somente para o benefício de um pequeno número de indivíduos favorecidos, a quem não se exigiu que suprimissem seus instintos. Ninguém também inquiriu por que meios e a que custo a supressão dos instintos inconvenientes foi conseguida. Suponha-se agora

que substituamos outra tarefa por essa e que visemos, em vez disso, fazer o indivíduo capaz de se tornar um membro civilizado e útil à sociedade com o mínimo de sacrifício possível da sua própria atividade. (p. 130)

Talvez aí possamos pensar, com Freud, que a agressividade não deixa de ser uma forma que o sujeito tem para lidar com o conflito entre as pressões internas e os impedimentos externos, ou seja, um modo de fazer frente às exigências civilizatórias e pulsionais. Uma cota de agressividade, portanto, faz-se necessária para que o sujeito possa contrariar a civilização e obter alguma cota de satisfação das pulsões. A agressividade é, nesse sentido, uma espécie de deslocamento pulsional. Na medida em que advém da relação entre pulsão de vida e pulsão de morte, ela é o efeito da forma como o sujeito organiza a pulsão e se posiciona frente à civilização.

Todavia, Freud (1930[1929]/1996) diz também que “a inclinação para a agressão constitui no homem uma disposição instintiva original e autossubsistente (...) ela é o maior impedimento à civilização” (p. 125). Assim, ele supõe a necessidade humana de ceder em prol de uma vida comunitária, sustentada em um pacto consensual que exigiria de todos a renúncia parcial de suas pulsões como única garantia de sobrevivência da espécie. Logo, o que se evidencia é um antagonismo marcante e de difícil solução entre as exigências pulsionais individuais e as restrições da civilização, que, para se constituir, deve não apenas criar leis, mas também garantir que elas não sejam violadas em favor de um ou outro indivíduo.

Não há como negar as consequências advindas dessa renúncia. Como a vida em comunidade pressupõe repressão, ou seja, restrição social³, há claramente um aspecto coercitivo na cultura. O homem não pode ser totalmente feliz nela, mas, por outro lado, não é capaz de sobreviver sem ela. Freud (1930[1929]/1996) reconhece assim a impossibilidade de se extinguir o mal-estar, ou mesmo de o sujeito abster-se de enfrentá-lo, visto que advém da própria condição estabelecida por esse pacto. Entende, por outro lado, que é papel da cultura, por meio das instituições que a materializam – o Estado ou a família, por exemplo – remediá-lo.

³ Nesse ponto, é importante destacar que não se trata do recalque, que é uma operação psíquica inconsciente que funda o sujeito, mas das próprias pressões que o laço social dirige contra a satisfação pulsional.

Entretanto, podemos observar que “na medida em que os remédios propostos pela cultura são coercitivos e se afiguram outros tantos limites à busca do prazer, ela logo se evidencia como uma nova fonte de sofrimento” (Roudinesco, 1998, p. 491). Desde o início da vida, convivemos com a frustração. Primeiro, a natureza não cede e, depois, a sociedade impõe novas restrições. Freud (1930[1929]/1996) observa inclusive que “a tarefa de evitar o sofrimento coloca a de obter prazer em segundo plano” (p. 85).

Vê-se ressaltada, portanto, a importância do sentimento de culpa, já apresentado anteriormente, pois é somente a partir dele que a civilização consegue inibir o desejo de agressão nos indivíduos. A resolução do conflito edipiano implica a introjeção da agressividade, das proibições e da ordem, que se voltam contra o ego do indivíduo, formando o superego. A partir de seu estabelecimento, qualquer desejo de satisfação pulsional é punido com a mesma intensidade com que ele gostaria de satisfazer-se contra o mundo exterior, o que pode gerar um intenso mal-estar, pois nada se esconde do superego.

As saídas são apontadas por Freud (1930[1929]/1996) para suportarmos melhor a vida:

A vida, tal como a encontramos é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas [...]. Existem talvez três medidas desse tipo: derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela. (p. 83)

Assim, podemos derivar outros elementos a partir do desejo, valer-nos de um prazer substituto ou fugir da castração. Derivar do desejo seria o objetivo proposto por algumas religiões; um prazer substituto poderia ser encontrado nas ciências ou na realização artística; e a fuga se daria através da loucura, do delírio coletivo, representado também por algumas religiões que acabam por criar um outro mundo, e pelo uso das drogas. De acordo com Freud (1930/1996), todos usam algumas dessas soluções ao longo da vida. Ele cita o amor como o modo mais eficiente de realização dos nossos desejos. Observa também que as pessoas buscam modos diferentes de superar o sofrimento: as narcísicas voltam-se para a autorrealização, enquanto as outras buscam a realização através de seus relacionamentos. Entretanto, admite que não há

como desconsiderar as consequências negativas presentes nas soluções. O amor pode transformar-se em dor com a perda do parceiro; a realização artística depende de um talento natural, não se trata de uma opção; e as drogas produzem efeitos colaterais, não raro devastadores.

Quanto à religião, Freud (1930[1929]/1996) esclarece que ela oferece ou mesmo impõe um caminho que visa garantir a felicidade e a proteção contra o sofrimento. E que “sua técnica consiste em depreciar o valor da vida e deformar o quadro do mundo real de maneira delirante – maneira que pressupõe uma intimidação da inteligência” (p.92). Logo, as escolhas têm um preço, e os homens não podem se furtar a pagá-lo. Essas soluções, portanto, não são suficientes para suprimir o mal-estar, daí a agressividade como uma saída menos feliz.

Podemos considerar a moral e a ética como as dimensões no interior das quais se dão as escolhas subjetivas. A moral, vinculando-se às regras, comportaria então todo o conjunto de valores e proibições que a cultura nos oferta para conter nossos impulsos e ordenar as possibilidades de satisfação. A dimensão ética, porém, é onde a Psicanálise visa introduzir a questão do desejo no ponto em que cada um pode interrogar-se quanto aos seus atos. As motivações, não apenas conscientes, mas, sobretudo as mais insondáveis, não podem ser discerníveis, a não ser contadas no um a um, na dimensão da fala subjetiva. É por aí que a Psicanálise pode sondar qual a implicação e responsabilidade de cada um nas consequências que advêm de cada ato, sobretudo do ato agressivo, que vem patentear de forma contundente as limitações de todos esses artifícios produzidos pela cultura para o controle das pulsões. Isso vai além de um mandamento e pressupõe uma subjetividade. Assim para a psicanálise, o que está em jogo é não recuar diante do desejo. Sua ética é, portanto do bem dizer sobre esse desejo assumido com responsabilidade.

Diante de tudo isso, porém, ainda precisamos nos interrogar a respeito das condições culturais de nossa época. Em que medida os dias atuais se aproximam ou se afastam daquilo que Freud pode constatar na moral sexual civilizada de sua época? Será que as possibilidades de ordenação das pulsões e de busca subjetiva de satisfação sofreram modificações consideráveis desde então? É essa questão que será desdobrada em nosso próximo tópico, que discorrerá sobre a questão do contexto contemporâneo.

3.3 O contexto contemporâneo, o supereu e os novos ideais

Trazendo nossa discussão para o contexto contemporâneo, é preciso lembrar que praticamente 80 anos se passaram após a publicação do primoroso texto de Freud sobre o mal-estar na civilização. Cabe-nos, então, investigar e analisar a sua pertinência para nos guiar numa leitura do que ocorre na contemporaneidade. Não podemos negar as grandes transformações sociais, tanto no que se refere aos costumes quanto ao controle social, à expectativa de vida, aos modos de produção e a tudo o que a economia, com a revolução industrial introduziu em nosso modo de viver.

Isso nos instiga a procurar entender que tipo de pacto social estaria em vigor hoje, já que aquele proposto por Pellegrino (1987), que ao mesmo tempo sustenta é sustentado pelo pacto edípico, parece não mais ser suficiente para esclarecer os fenômenos contemporâneos. Assim, ao invés da ruptura do pacto de que nos fala o autor (ver p. 32 et seq.), que viria a ser causadora de uma ruptura psíquica responsável pela proliferação da violência, talvez devêssemos pensar na multiplicidade de pactos localizados. Tratar-se-ia, nesse sentido, menos na ausência completa de referências, do que da emergência de ideais novos e plurais.

Partimos do pressuposto de que, na atualidade, são as leis do mercado que tendem a ocupar o lugar antes reservado à lei do pai, sendo o interdito pulsional substituído pelo seu exato oposto: um imperativo de transgressão, de superação dos limites, culminando numa permissividade inconsequente. A referência da contemporaneidade poderia ser pensada sob o imperativo do gozo, tornado urgente pelo capitalismo, na esfera permanente do consumo.

Referimo-nos aqui a um gozo como algo que está para além do prazer, atrelado ao sintoma, proporcionando um benefício indireto, ou mesmo secundário, que se traduz numa satisfação obtida através da fruição da pulsão de morte. Está ligado à busca de um prazer imediato e incessante, colocando-se praticamente como uma palavra de ordem, como veremos desenvolvido nos capítulos posteriores.

Precisamos considerar então que, se é a culpabilização do gozo que, em Freud, aparece como resultado da ação do superego, isso talvez hoje não seja mais inteiramente sustentável. Não há como negar os impactos na configuração do superego decorrentes

dos processos de socialização contemporâneos. Nessa perspectiva, Zizek (2003) recorre a Lacan e entende que a teoria lacaniana

(...) pode dar conta do paradoxo fundamental de nosso universo simbólico nessa época que chamamos permissiva, pós-ideológica, etc. A maneira lacaniana de definir o supereu funciona perfeitamente para explicar como, nessa época permissiva, temos injunções superegóicas cada vez mais fortes. Não estamos mais diante da velha situação psicanalítica descrita por Freud por meio da ideia do supereu. Situação que articulava civilização e repressão, ao insistir que não podemos gozar porque internalizamos proibições sexuais e uma autoridade paterna que culpabiliza o prazer sexual (p. 5).

A obrigação é a felicidade, a realização. Daí, o superego, ao exigí-las, faz com que o sujeito goze. Assim, na contemporaneidade, não se trata mais da repressão das moções pulsionais, mas da felicidade como uma obrigação, na medida em que cada um deve encontrar sua forma de gozo. A produção da subjetividade estaria menos ligada à obediência ao que é permitido fazer do que ao que é obrigatório fazer, com uma desconsideração de limites e uma promoção do agir desconectado da regulação social e da conformidade com a lei. Logo, a hipótese defendida por nós é a de que o pacto social funda-se agora em outras bases, alicerçado pela lógica do consumo e do gozo, refém de um superego tirânico e gozador, em consonância com as mudanças decorrentes da nova configuração político-social pós-moderna.

A esse respeito, a contribuição de Safatle (2007) merece ser considerada. Ele observa que:

Se é fato que a incidência social da figura do supereu estaria vinculada a uma certa dinâmica libidinal da sociedade de produção, através da entificação da ética do trabalho, então devemos pensar as consequências advindas do esgotamento da sociedade de produção, ao menos tal como ela aparecia no início do século para Freud e Weber. Podemos seguir aqui aqueles que insistem na temática do declínio da sociedade do trabalho e na obsolescência do paradigma da produção. Assim, ao invés da sociedade de produção devemos compreender a contemporaneidade e seus traços a partir da temática da sociedade de consumo (p. 22).

Nesse contexto, o consumo, bem como tudo que ele engendra, passa a orientar todas as formas de interação social e de desenvolvimento subjetivo. A mudança de paradigma da sociedade industrial da produção para a sociedade pós-industrial do

consumo traz consequências, sobretudo pelo fato de que os modos de alienação necessários para entrarmos no mundo do trabalho não são inteiramente simétricos aos modos de alienação presentes no mundo do consumo. Enquanto o mundo capitalista do trabalho é sustentado pela ética do ascetismo e da acumulação, o mundo capitalista do consumo rende-se à ética do direito ao gozo já que precisa da busca pelo gozo para provocar uma incessante produção das possibilidades de escolha no universo do consumo.

Esse aspecto será importante para compreendermos posteriormente a violência contemporânea que aparece na adolescência, justamente porque, como explicam Moreira, et al (2008), nesse processo de transição de um modelo ao outro, “emergem novos parâmetros da existência humana, marcados pelo enfraquecimento objetivo e subjetivo da lei, da Ordem simbólica que permeava as relações interpessoais, possibilitando a coesão dos laços sociais” (p.1027), devido ao declínio dos valores e das instituições que antes sustentavam a construção de subjetividades e sociedades.

A condição do homem pós-moderno é, portanto, a de um consumidor e não mais a de produtor. Bauman (2001) destaca que, enquanto a vida que se organiza em torno do papel do produtor tende a ser normativamente regulada, a vida organizada em torno do consumo “deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e querer voláteis – não mais por regulação normativa” (p. 90) A ênfase na competência produtiva substitui-se então pela proeminência da liberdade consumista.

Gilles Lipovetsky (2007) diz que, na era do que nomeia como “hiperconsumo”, o apelo ao consumismo está entranhado no cotidiano de todos os segmentos e classes sociais, sendo o responsável por moldar formas inéditas de relacionamento entre os indivíduos.

Kehl (2008) também observa que o mundo industrializado começou inclusive a produzir um adulto mais voltado para o prazer do que para o dever. Essa perspectiva que ela qualifica de mais “infantil” é interpretada como efeito colateral da cultura do narcisismo. O capitalismo encontra, nesse âmbito, um terreno fértil e torna-se imbatível, pois, segundo ela, mais do que qualquer outro sistema, é capaz de fazer com que as pulsões infantis trabalhem a seu favor. A criança que nos habita passa a manifestar-se pelos meios que a cultura “consente”, tendo sido promulgado o direito ao gozo.

Vemos sem grandes dificuldades que, aparentemente, as mudanças caminham no sentido de mostrar que atingimos um grau maior de qualidade de vida, porque hoje, no

mercado, podemos comprar e obter praticamente tudo, ou quase tudo. Para ilustrar, podemos tomar a saúde como exemplo. Os avanços da medicina, sobretudo no campo das neurociências, acenam inclusive com a possibilidade de se controlar e moldar comportamentos, bem como de eliminar sofrimentos psíquicos por meio do uso de medicamentos. Na busca pela performance ideal, os limites parecem não existir e os aditivos narcísicos, como a droga, o álcool e os medicamentos (Viagra, por exemplo) estão disponíveis no mercado. Existem remédios para tudo. Tudo pode, num certo sentido, ser remediado. A respeito da psicofarmacologia, Roudinesco (2000) alerta-nos que, apesar dos avanços, ou justamente por causa deles, “ela encerrou o sujeito numa nova alienação ao pretender curá-lo da própria essência da condição humana. Por isso através de suas ilusões, alimentou um novo irracionalismo” (p. 27).

Por outro lado, parece ainda haver uma exigência dos pacientes de que seus sintomas eminentemente psíquicos tenham uma causalidade orgânica. Todavia, sabemos que, por mais que se criem medicamentos, há que se levar em conta que os registros pulsional e simbólico do sujeito ultrapassam a ordem estritamente biológica. Constatamos, sem grandes esforços, o quanto o discurso médico científico expandiu suas relações de saber e poder nos últimos anos. Retomaremos esse ponto quando considerarmos as novas formas sintomáticas presentes no contemporâneo e suas relações com a violência (ver p. 88 et seq.).

Não é tarefa difícil perceber que a contemporaneidade traz como marca a exclusão de tudo o que não proporciona prazer. Num certo sentido, difunde-se a ideia de que é possível alcançar o “desejável” de modo imediato, através de procedimentos que garantam afastar o desagradável. Trata-se de um paradigma que está impregnado nos laços sociais e que nos condena paradoxalmente à felicidade. Sentimo-nos hoje obrigados a sermos felizes, de maneira que quase acreditamos que o podemos ser plenamente e, assim, consumimo-nos diante dessa obrigação. A ideia que prevalece é a de que, para sermos totalmente felizes, basta que realizemos nossas vontades. Consentir com a tristeza, com a melancolia e até mesmo com a depressão equivale a ser considerado incompetente e incapaz de fazer uso das oportunidades e vantagens que o mundo oferece por intermédio do mercado. Essas oportunidades são veiculadas tanto por objetos (Iphones, Blue-ray, carros, grifes, etc) quanto por opções de lazer e até mesmo pela possibilidade de se dar uma “repaginada geral no visual”, frequentando academias ou submetendo-se a cirurgias plásticas.

No universo contemporâneo, portanto, as formas de subjetivação são outras e essas diferenças refletem-se no modo pelo qual o sujeito lida com o sofrimento, com a dor e, principalmente, com a alteridade, o que ajuda a explicar a fragilidade dos laços sociais. Segundo Isabel Fortes (2004):

A deterioração dos laços sociais e o imperativo do gozo que marcam a subjetividade contemporânea formam uma das vias pelas quais nos deparamos com o enorme desamparo em que se encontra o sujeito na atualidade. É nesse contexto de vulnerabilidade que assola o homem de nossos dias que podemos também compreender o circuito consumista. (p. 72)

Parece que, de fato, não há lugar para a insatisfação. No entanto, nada disso fez com que o mal-estar desaparecesse e a angústia fosse extinta. Todos esses artifícios estão aí justamente para denunciar o quanto ainda está presente, no nosso cotidiano, o mal-estar constitutivo, pois não haveria necessidade de se combater o que não existisse, nem muito menos remediar um mal que não se apresentasse. Na medida em que não se medem mais esforços para se erradicar sentimentos indesejáveis, pode-se constatar mais do que nunca que eles estão por toda parte. A negação da dor e do sofrimento não é suficiente para erradicá-los, pelo contrário, isso acarreta um esforço maior, um dispêndio maior de energia, que resulta num acréscimo, e não numa diminuição dos males.

Como vimos, Freud (1930 [1929]/1996) entendia existir algo intrínseco ao humano que faz obstáculo à felicidade plena. Trata-se de um conflito interno, que sempre permanece, de balde os esforços da civilização para tentar capturá-lo ou mesmo liquidá-lo. A estrutura está posta e o mal-estar é estrutural:

Às vezes, somos levados a pensar que não se trata da pressão da civilização, mas de algo da natureza da própria função que nos nega satisfação completa e nos incita a outros caminhos, isso pode estar errado; é difícil decidir. (p. 111)

Enfim, como temos observado, seja no tempo da modernidade freudiana, seja na pós-modernidade atual, por mais que as ferramentas de tratamento do mal-estar se

tenham modificado, ele permanece irreduzível ao controle, à extirpação, ou à higienização. Discutiremos adiante a respeito do modo como isso pode relacionar-se com a adolescência, apresentando-se como mais ou menos determinante do fenômeno da violência nessa fase. Haveria alguma especificidade nessa faixa de idade que propiciaria um aumento da violência? Ou isso seria antes uma marca própria do contexto social contemporâneo? Ou, ainda, ambos os aspectos estariam implicados, ou seja, o recrudescimento da violência poderia ser compreendido como uma experiência da adolescência no mundo contemporâneo? O que a sociedade oferece ao adolescente para que ele consiga lidar com real pulsional que irrompe nesse período? Prosseguiremos, nos próximos capítulos, bordejando essas inquietações e questionamentos, buscando extrair deles algum esclarecimento para nosso problema.

4 A ADOLESCÊNCIA, UMA PASSAGEM, UM SINTOMA ...

A palavra adolescência tem sua origem etimológica no latim: “*ad*” (para) + “*olescere*” (crescer), portanto, de uma perspectiva etimológica, adolescência significa “crescer para” (Ferreira, 1999, p. 39). Também comporta o significado de “*adolescere*”, no sentido de ficar doente, enfermar. O vocábulo aparece na modernidade em decorrência dos movimentos históricos e sociais (Cunha, 1982, p. 16).

Philippe Ariès (1981) observa que, até o século XVIII, a adolescência confundia-se com a infância. O primeiro adolescente moderno teria sido Siegfried, personagem da ópera de Wagner (1856) dotado de características tais como pureza, força física, espontaneidade e alegria de viver, em perfeita sintonia com os ideais do romantismo. Ariès diz também que foi com a ampliação da educação no século XIX que um novo grupo se instituiu dentro da sociedade, sucedendo a infância, caracterizado por mudanças biológicas e fisiológicas conhecidas como puberdade, que assinalam o início do que conhecemos por adolescência. Ela surge então como uma invenção social e, segundo Ariès, é o século XX que vai fazer do adolescente seu herói, depositário de valores novos que reavivariam uma sociedade velha e esclerosada.

Foi a partir de 1904 que o termo adolescente passou a ser usado na Psicologia, introduzido por Stanley Hall, psicólogo e educador norte-americano. Ele entendia a adolescência como uma das fases do desenvolvimento humano, comparável à evolução da história da humanidade. Podemos dizer que foi ele quem forjou a imagem do adolescente como perigoso, antissocial e vagabundo, que a literatura vem ratificar, sobretudo com Rimbaud, Joyce, dentre outros.

Lacadée (2011) explica, entretanto, que essa imagem já teria vigorado bem antes:

No começo do século XIX o adolescente é descrito como um vagabundo nato – na maior parte do tempo tido como um rapaz – apaixonado por viagens, deslocamentos, fugitivo ou errante, como um ser perigoso que a burguesia se dedicava a enquadrar e disciplinar em numerosos internatos, concebidos como solução. (p.29)

Podemos dizer, também, que o sujeito adolescente que vai aparecer posteriormente no discurso psicopedagógico é o resultado desse paradoxo, que o concebe ao mesmo tempo como herói e como baderneiro, fazendo, da tarefa de educá-lo, um trabalho árduo e tenso, pautado, sobretudo, pela vigilância e pela punição.

Calligaris (2000), por sua vez, enfatiza que a adolescência se inicia pela puberdade, com o amadurecimento dos órgãos genitais e consequentes mudanças hormonais. Entretanto, esclarece que “tais mudanças só acabam constituindo um problema chamado adolescência, na medida em que o olhar do adulto não reconhece nela os sinais da passagem para a vida adulta” (p. 18). Logo, não é difícil perceber que o conflito decorre em parte pelo fato de o adolescente não ser reconhecido pelo adulto, já que, por um longo tempo, ainda permanecerá sob sua tutela. Vive-se então um paradoxo: o adolescente “é frustrado pela moratória que lhe é imposta e, ao mesmo tempo, a idealização social da adolescência lhe ordena que seja feliz” (p. 18). Em outros termos, os adultos pedem-lhes que sejam autônomos, embora lhe recusem tal autonomia. Cabe então aos adolescentes a tarefa de interpretar o desejo dos adultos, obnubilado por suas demandas, buscando ser amados e reconhecidos por eles. Para Lacadée (2011), trata-se de um tempo lógico, no qual o sentimento da vida manifesta-se de forma mais ativa, fazendo com que o sujeito caminhe em busca da essência da vida.

Em síntese, esse período turbulento, que ganha o nome de adolescência, traz, em sua construção histórica, marcas de intensas contradições. Esse aspecto não deixa de ser interessante e pertinente, na medida em que traduz muito bem o conflito que os sujeitos vivenciam nesse momento da vida.

4.1 A perspectiva freudiana

Considerando o que é específico da adolescência, na perspectiva da Psicanálise, reiteramos que essa denominação não nasceu como um conceito psicanalítico. Como expusemos, o estabelecimento cultural dessa faixa etária diz respeito antes a uma operação psíquica que a contemporaneidade tornou necessária. Segundo Ruffino (2011) esse trabalho psíquico é fundamental para que o jovem consiga para si uma paternidade outra, que não a edípica. Ele esclarece tratar-se de “um trabalho psíquico cuja

emergência responde a uma necessidade de estrutura, e em cuja eficácia, estará implicada, não sem que aí deixasse de se apresentar um real a se dar conta, uma operação simbólica” (s/p).

O real da puberdade corresponde a uma irrupção da libido e, como não há saber a priori sobre isso, cada jovem tem a responsabilidade de inventar sua resposta singular sobre o que fazer. Segundo Lacadée (2003), isso traz repercussões para o sujeito que se fazem notar nos três níveis: imaginário, simbólico e real. No imaginário, pela discordância entre a imagem corporal e a identificação simbólica que antes o sustentava. No simbólico, na medida em que o sujeito é tomado por um real que não tem nome e que modifica sua imagem identificatória. E no real, pela confrontação com a não-relação sexual e com o gozo. O jovem dispõe de algo, o falo, que sempre ansiou, mas, paradoxalmente, não sabe lidar com o que possui.

Investigando o tratamento que Freud deu à adolescência em sua obra, verificamos que ele não a aborda com essa denominação e que, inclusive, esse termo era mesmo pouco frequente em sua época. Isso não quer dizer que ele não tenha abordado a questão. Ele se propõe a compreender essa faixa etária menos como uma etapa cronológica do que como uma consequência do desenvolvimento e da maturação fisiológica. Nesse sentido, o termo puberdade lhe é mais usual, coincidindo com a fase que possibilitaria o desenvolvimento da sexualidade genital. Freud (1940[1938]/1996) concebe a puberdade como último tempo da organização sexual ao afirmar que:

A organização completa só se conclui na puberdade, numa quarta fase, a genital. Estabelece-se então um estado de coisas em que algumas catexias libidinais são retidas, outras são incorporadas à função sexual, como atos preparatórios, cuja satisfação produz o que é conhecido como pré-prazer, e outros impulsos são excluídos da organização e são ou suprimidos (reprimidos) ou empregados no ego de outra maneira, formando traços de caráter ou experimentando a sublimação, com deslocamentos de seus objetivos. (p. 168)

Assim, na puberdade, com as transformações do corpo infantil em corpo adulto, o jovem experimenta um momento delicado e não menos traumático. Ele agora convive com a possibilidade de realização do ato sexual e com um não-saber fazer com o corpo sexualizado. Reaparece a falha de saber no real. Lacadée (2011) enfatiza que, nesse momento, opera-se, para o sujeito, uma desconexão entre seu ser de criança e seu ser de

homem ou de mulher, ou seja, “surge, de forma inédita, a dimensão do ato na relação do sujeito com o seu corpo” (p. 64).

Desse modo, para a Psicanálise, o que está em jogo não é somente uma maturação biológica, mas também uma “maturação psíquica”, que implica na apropriação e no uso de um novo corpo, sem que se tenha um saber prévio sobre isso. Podemos dizer que o insuportável da puberdade vincula-se menos às mudanças corporais do que a um não-saber sobre esse corpo, diante do encontro com o outro sexo. É nesse tempo que o jovem terá que reorganizar sua libido.

Lacadée (2011) diz ainda que o jovem, nesse período, em busca tanto de tutela quanto de autonomia, experimenta sua autonomia subjetiva:

[O adolescente] experimenta, no melhor e no pior, seu status de sujeito. Ele testa a fronteira entre o fora e o dentro, joga com as proibições sociais, estuda seu lugar num mundo em que ainda não se reconhece por completo. Incompreensível para si e para os outros, inscreve sua experiência, indizível, na maior parte das vezes, na ambivalência ou na provocação. Os limites simbólicos da relação com os outros e com o mundo se desenham justo onde ele experimenta a carência do símbolo para dizer tudo de seu ser. (p. 55)

É nesse momento também que ele precisa lidar com as exigências do despertar da primavera do desejo sexual, juntamente com as exigências do mundo externo, para se separar das figuras parentais e estabelecer novos laços sociais. Trata-se, portanto, de um delicado trabalho psíquico para dar conta tanto da demanda libidinal quanto da social.

Nesse período, deparamo-nos então com uma variedade de respostas sintomáticas, na medida em que aparecem cifradas e compõem um arranjo em face de um conflito surgido do encontro do sujeito com o real da puberdade. Daí o termo crise ser frequentemente usado para se referir a esse período, ou seja, é como se a crise da adolescência pudesse ser normatizada. Todavia, é preciso dizer que, para a Psicanálise, o que importa é, antes de tudo, o sujeito e os modos como ele sustenta seu desejo e se relaciona com ele.

Os conflitos, sofrimentos e angústias estão sempre presentes em todos os momentos da vida, é importante que isso seja considerado. Não há como privilegiar ou mesmo eleger um período como o mais conturbado e logo partir para uma generalização. Não podemos nos esquecer de que estamos no campo da contingência e lidamos com o sujeito, considerando sempre sua singularidade. Ao privilegiarmos a

adolescência não desconsideramos outros momentos da vida, apenas fazemos um recorte. Nossa intenção é compreender as especificidades encontradas nessa passagem da infância para a vida adulta, que, sem dúvida, serão vividas por cada adolescente a seu modo. Assim, podemos dizer que a maneira como cada jovem adolece é singular, embora a adolescência seja compartilhada por todos. Interessa-nos, portanto, o sujeito, seja ele qualificado como jovem, púbere ou adolescente.

Stevens (1998) propõe pensar a adolescência como um sintoma da puberdade, tentando precisá-la, por um lado, como a idade de todos os possíveis e, por outro, como o encontro com um impossível. Ele o explica da seguinte forma:

Todos os possíveis é a vertente das respostas ao encontro com um impossível. Que tudo seja possível do lado das respostas é, sem dúvida, exagerado, mas é verdadeiro que certos possíveis são, no momento da adolescência, abertos ou reabertos quanto à escolha da resposta. (p. 28)

Sabemos também que é nesse período que o sujeito refaz suas escolhas, recolocando em jogo a pulsão. Ou seja, escolher outras vias de satisfação, bem como eleger novos objetos, faz parte da configuração desse tempo lógico da adolescência.

Quanto à identificação sexual, ele vai então confirmar uma posição feminina ou masculina, independente da presença/ausência do pênis, a partir dos processos identificatórios. Como esclarece Costa e Poli (ano 2010), “afirmar-se homem ou mulher, sem que esses significantes possam tirar sua consistência nem da anatomia, nem da escolha do objeto sexual e amoroso, é um dos principais desafios com o qual o jovem se depara” (143)

No que se refere ao objeto, o narcisismo é abandonado quando a criança, na impossibilidade de se manter como seu próprio objeto de amor, elege um objeto exterior, desenvolvendo assim o amor objetal. Na puberdade, como vimos, as exigências pulsionais se intensificam e o adolescente é levado a (re)fazer uma escolha objetal, já que, como diz Freud (1916-1917[1915-1917]/1996), “a escolha objetal infantil era apenas uma escolha débil, mas já era um começo que indicava a direção para a escolha objetal na puberdade” (p. 340). Desse modo, a escolha objetal, de acordo com Freud (1916-1917[1915-1917]/1996) ocorre em dois tempos. A primeira, entre dois e cinco anos, retrocede ou é detida pelo período de latência e a segunda, na puberdade, é que vai

configurar definitivamente a vida sexual, com a subordinação das pulsões parciais ao primado da zona genital.

Decorrem daí processos emocionais intensos, que podem ou não seguir as diretivas do complexo de Édipo. Uma desvinculação em relação aos pais torna-se necessária. No caso do menino, e também da menina,

essa tarefa consiste em desligar seus desejos libidinais de sua mãe e empregá-los na escolha de um objeto amoroso real externo e em reconciliar-se com o pai, se permaneceu em oposição a este, ou em liberar-se da pressão deste, se, como reação à sua rebeldia infantil tornou-se subserviente a ele. Essas tarefas são propostas a todas as pessoas; e é de causar espécie quão raramente essas pessoas enfrentam tal tarefa de maneira ideal (...). Os neuróticos, porém, não chegam absolutamente a nenhuma solução: o filho permanece por toda vida subjugado à autoridade do pai e é incapaz de transferir sua libido a um objeto sexual externo. Com o relacionamento modificado, o mesmo destino pode esperar a filha. Nesse sentido, o complexo de Édipo justificadamente pode ser considerado como o núcleo das neuroses. (Freud, 1916-1917[1915-1917]/1996, p. 340)

Freud (1914/1996) esclarece ainda que a escolha objetal pode ter como referência os objetos sexuais infantis, decorrentes das satisfações autoeróticas vivenciadas juntamente com as funções de autopreservação, ou seja, “os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que se preocupam com sua alimentação cuidados e proteção” (p. 94). Nesse caso, trata-se do que ele chamou de escolha objetal “anaclítica” heterossexual. Entretanto, Freud (1914/1996) observa também a existência de outro tipo de escolha, realizada por pessoas que teriam sofrido algum tipo de perturbação em seu desenvolvimento libidinal, como nos casos dos pervertidos e homossexuais, que “procuram inequivocamente a si mesmos como um objeto amoroso, e exibem um tipo de escolha objetal que deve ser denominado *narcisista*” (p. 94).

Desse modo, Freud (1914/1996) compreende e articula a coexistência de duas formas de escolha de objeto abertas a cada sujeito, resumidas por ele da seguinte forma:

Uma pessoa pode amar:

- (1) Em conformidade com o tipo narcisista ama-se:
 - a) O que ela própria é (isto é, ela mesma)
 - b) O que ela própria foi
 - c) O que ela própria gostaria de ser
 - d) Alguém que foi uma vez parte dela mesma

2) Em conformidade com o tipo anaclítico (de ligação) ama-se:

e) a mulher que a alimenta

f) o homem que a protege.

e a sucessão de substitutos que tomam seu lugar (p. 104).

Assim, a questão da sexualidade está posta e o jovem tem que se haver com isso. Não há como retroceder. Alguns desarranjos se processam para que outros possam emergir.

4.2 A perspectiva lacaniana

Para Lacan, o que ocorre com o jovem púbere é um encontro com o real, com um impossível diante do qual ele é convocado a se posicionar, sem que para isso disponha de artifícios capazes de oferecer-lhe um saber que sirva de orientação na construção de respostas e referências.

Em *O Seminário, livro 5*, Lacan (1957-58/1998), ao falar da puberdade, deixa claro que o declínio do complexo de Édipo não garante a posse de todos os atributos sexuais, nem a forma de exercer a sexualidade. Sugere, porém, que, se o que Freud articulou faz sentido, a criança tem como servir-se desses atributos no futuro. Isso porque, segundo ele:

A metáfora paterna desempenha nisso um papel que é exatamente o que poderíamos esperar de uma metáfora – leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde. (p. 201)

Entende-se, dessa forma, que, no tempo da genitalização, há a possibilidade de se fazer uso do que foi instituído no Édipo. Mas é preciso ressaltar que este se trata de um recurso precário, do qual o sujeito dispõe para que consiga lidar com a inexistência da relação sexual, com a dificuldade de saber o que fazer quanto ao sexo e com a

ausência de um saber constituído a priori que o oriente. Logo, como esclarece Lacadée (2011):

Privado da solução animal do instinto, mas embaraçado com a pulsão, em razão de sua inserção na linguagem, o sujeito, por razões de estrutura, encontra esse buraco, esse vazio entre um homem e uma mulher [...]. Nenhuma palavra convém ao que se modifica no corpo do adolescente e no encontro com o Outro sexo. O sujeito não dispõe de nenhuma palavra diante do turbilhão pulsional (p. 75)

Lacan (1957-58/1998), através da metáfora paterna, propõe uma concepção do pai no complexo de Édipo, ressaltando sua função como instaurador da lei simbólica. Mas, embora afirme seu papel preponderante no psiquismo, como sendo responsável pela inscrição do sujeito na ordem simbólica, na sexuação e determinando fortemente sua escolha objetual, constata que a metáfora não é capaz de tudo recobrir. Ou seja, deixa sempre um resto enigmático – que pode ser entendido como o real do pai – que fica sem tratamento e que acaba por retornar como um não saber-fazer com o corpo púbere. É aí então que o adolescente vai poder trabalhar esse real, dando agora a sua versão desse resto. É ele quem vai agir e decidir o que fará com esse real do pai, para definir uma posição no mundo, articulando a fantasia fundamental com uma forma estruturada de sintoma que organize seu gozo e seu desejo. A fantasia fundamental é, assim, uma resposta ao desejo do Outro e relaciona-se também com a falta no campo significante. Ou seja, é ela que assegura a representação do sujeito em sua relação ao desejo do Outro, fixando a interdição da relação sexual e situando-o na partilha dos sexos. Daí Miller (1987) explicar que a fantasia fundamental é “aquilo que se apresenta na experiência como não tocado, não atingido diretamente pelo significante” (p.111).

Para Lacadée (2011), nesse tempo, o jovem, “ao ser tomado por um sentimento de estranheza, em face de sua metamorfose, se depara com algo intraduzível na língua do Outro e se confronta com um impasse, com um vazio matizado de vergonha” (p. 28). Assim, além de padecer das transformações corporais, que extrapolam a imagem previamente concebida que tinha de si mesmo, o jovem precisa lidar também com a ausência da completude no campo da sexuação, de uma proporção sexual, já que não há uma resolução definitiva e um resto sempre se impõe. De acordo com Stevens (2004) é,

... no lugar dessa ausência da relação sexual, que o sujeito elabora um sintoma que vem, então, para ele, como uma resposta possível a esse real impossível de circunscrever, que é a ausência da relação sexual. (...) A puberdade seria um dos nomes da inexistência de relação sexual. (p. 32)

Assim, podemos nos perguntar se não seria a violência um tratamento ou, mais exatamente, o reflexo de uma dificuldade que o adolescente tem para encontrar uma solução apaziguadora para a vivência do gozo. Nesse período, a promessa do Édipo, que sustentava a criança, viabilizando suas construções imaginárias e trocas simbólicas, revela-se enganadora. Ou seja, há, sem dúvida, nessa fase, uma revivescência do complexo de Édipo, com uma atualização da escolha de objeto, em contraposição ao autoerotismo da infância. Freud (1920/1996) observou que as crianças, quando brincam, repetem experiências que lhes teriam causado grande impacto na vida real. Afirma também que parece óbvio que “todas as suas brincadeiras são influenciadas por um desejo que as domina o tempo todo: o desejo de crescer e poder fazer o que as pessoas crescidas fazem” (p.27), como se houvesse, nesse futuro almejado, a garantia de uma realização plena. Todavia, infelizmente, quando crescem, têm que lidar com a triste constatação de que não é isso o que de fato ocorre.

A promessa de ter acesso ao gozo, de que, na hora certa, ao crescer, ela possuiria os atributos necessários para lidar com ele, não se cumpre e decai. O adolescente, assim, vê-se diante desse engodo: embora tenha acesso à genitalidade, percebe que o gozo genital é também parcial. Como esclarece Gutierrez (2003):

No ato sexual, goza-se da parte do corpo do outro, regido pelo movimento pulsional de retorno sobre si mesmo, beija-se a própria boca. Busca-se o reencontro com o objeto numa tentativa de fazer Um, mas o resultado é a impossibilidade disso. (p. 59)

Lacan (1972-1973/2008) em *O seminário, livro 20*, diz que o gozo sexual é fálico, logo, não se relaciona o Outro como tal. O que chamamos de gozo sexual, segundo ele, traz sempre a marca da impossibilidade de se estabelecer o Um da relação sexual: “O gozo fálico é o obstáculo pelo qual o homem não chega, eu diria, a gozar do corpo da mulher, precisamente porque o que ele goza é do gozo do órgão” (p.14).

Assim, de acordo com Rassial (1999), o real que se apresenta na adolescência é o da puberdade fisiológica. O adolescente, nesse momento, carece de recursos para lidar

com isso, com esse inédito – palavra interessante, que se refere a algo nunca visto, incomum, que não fora impresso e, por isso mesmo, encontra-se fora da linguagem. Além disso, o real incide também na encarnação imaginária referida à figura dos pais, exigindo um trabalho de deslocamento e revisão das identificações.

Na adolescência, ocorre um trabalho intenso de separação em relação aos pais, aos ideais por eles veiculados, que faz abalar os traços identificatórios que até então sustentavam o jovem. Por esse motivo, é comum surgirem sentimentos que apontam para uma dificuldade ou mesmo uma “dor de existir”. O jovem empreende uma busca de outros traços identificatórios, não mais regidos por uma verticalidade paterna, mas espelhada numa horizontalidade fraterna, ou seja, tomada de empréstimo à imagem de seus semelhantes. Uma nova modalidade de laço que advém daí será responsável pela constituição do grupo, a partir da escolha de alguns significantes mestres que terão como função ordená-lo. Com o desligamento em relação à autoridade dos pais, o campo social passa a configurar um cenário privilegiado onde o jovem deverá buscar sua inscrição.

Vale lembrar o que nos diz Freud, (1914/1996), em seu texto *Algumas Reflexões sobre a Psicologia escolar*:

De seu quarto de criança, o menino começa a vislumbrar o mundo exterior e não pode deixar de fazer descobertas que solapam a alta opinião original que tinha sobre o pai e que apressam o desligamento de seu primeiro ideal. Descobre que o pai não é o mais poderoso, sábio e rico dos seres; fica insatisfeito com ele, aprende a criticá-lo, a avaliar o seu lugar na sociedade; e então, em regra, faz com que ele pague pesadamente pelo desapontamento que lhe causou. Tudo o que há de admirável, e de indesejável na nova geração é determinado por esse desligamento do pai. (p. 249)

O jovem experimenta assim o exílio de seu corpo infantil, de sua infância e de seus pais. Experimenta, paradoxalmente, “o exílio de seu próprio gozo que, em vez de se relacionar com o Outro, exila-o ainda mais, numa solidão que não pode traduzir em palavras” (Lacadée, 2011, p. 75). Nesse sentido, Rassial (1999) entende que, para que o jovem possa lidar com esse real, “é preciso que ocorra então um novo desenvolvimento imaginário, que sustente tanto a imagem do corpo quanto a consistência do Outro, por meio da redistribuição do mundo objetual” (p. 204).

No registro do Imaginário, referido aqui principalmente à imagem do corpo, o adolescente vê-se confrontado com a perda do corpo infantil e com uma dificuldade

para elaborar esse luto. Isso pode inclusive gerar problemas dismorfofóbicos, ou seja, perturbações e distorções da percepção e da valorização da imagem corporal. A genitalidade aflora e o outro ganha a consistência imaginária do Outro sexo. Para Rassial (1999), isso se dá através de múltiplos avatares, dentre os quais destaca o fato de o adolescente voltar-se para o outro do outro, os pais dos pais; dar outra dimensão a Deus, diferente daquela que garantiria algo fora da realidade decepcionante (o que explica os arrebatamentos místicos e religiosos); e a percepção ambígua da sociedade como atraente e ameaçadora, visada e rechaçada.

Assim, entendemos a adolescência como um conjunto de mudanças e escolhas sintomáticas diante desse impossível encontrado na puberdade. Situamos aí também as identificações simbólicas ou imaginárias que fundam os grupos de adolescentes e constituem modos de tratar o real pelo laço com o outro, ou, ainda, fazendo com que o laço social seja posto em causa. Ao sair do mundo aconchegante e restrito da família, o jovem sente o mundo externo como ameaçador, o que o leva a refugiar-se no grupo, nas tribos ou nas gangues. Mas, convém dizer também, a busca pelo grupo pode ser entendida como uma busca ativa de prazer, na medida em que o grupo oferece ao jovem um status narcísico inédito, um lugar no mundo. Assim, podemos pensar que ele abandona o lugar aconchegante da família porque encontra em outros grupos, outros tipos de prazer que, mesmo não sendo aconchegantes, mostram-se muito mais excitantes.

Logo, para concluir, podemos concordar com Pacheco (2004) quando ela diz que:

Por caminhos distintos, o que Freud e Lacan demonstram é que o real em jogo na puberdade apresenta-se a partir da pergunta que fica em aberto para o púbere como um enigma que não cessa de não se inscrever e de gerar culpabilidade frente a desejos contraditórios diante dos quais o jovem é pressionado a fazer escolhas, numa espécie de suspensão temporal entre a criança que ele foi outrora e o sujeito responsável que deverá advir imediatamente. Desse modo, a teoria psicanalítica permite-nos situar a encruzilhada universal a ser atravessada pelo sujeito, no paradoxo revelado em um ponto crucial: a maturação torna possível a realização de um ato inédito, o ato sexual, no momento mesmo em que o sujeito desperta para o impossível da relação sexual. (p. 64)

Em linhas gerais, podemos então pensar a adolescência como um período conturbado, caracterizado pelo luto do corpo infantil; pela destituição do Outro parental;

pelo não saber lidar com o corpo sexuado; pelo encontro com o outro sexo; pela impossibilidade de realizar a almejada plenitude prometida na infância. Características importantes, mas não menos embaraçosas e desconcertantes – dois adjetivos que bem ilustram esse período.

Tudo isso precisa ser trabalhado, visto que há aí um tempo de encontro com algo novo, que vai exigir uma (re)elaboração, a construção de um saber-fazer, com a fixação da fantasia para sustentar uma organização sintomática. A fantasia pode ser aqui compreendida, nas palavras de Roudinesco (1998), como uma “parada na imagem, maneira de impedir o surgimento de um episódio traumático. Imagem cristalizada, modo de defesa contra a castração, é inscrita no âmbito de uma estrutura significativa, não pode ser reduzida ao registro do imaginário” (p. 225).

Ademais, precisamos também considerar a importância dos operadores sociais e políticos que, indubitavelmente, incidem sobre o psiquismo dos jovens, ou seja, “as múltiplas e diferentes dimensões do outro que se fazem presentes na produção e reprodução do psiquismo” (Birman, 2006 p.31). É nesse sentido que nos propomos a tentar localizar de que modo o contexto contemporâneo interfere, seja para obstaculizar ou mesmo para facilitar essa passagem da infância para a vida adulta. Sendo assim, é preciso articulá-lo às especificidades características da adolescência. Faz-se interessante observar o modo como os jovens captam os anseios de sua época, bem como o espírito de seus problemas. É o que pretendemos investigar no próximo capítulo.

5 O SUJEITO ADOLESCENTE E O OUTRO CONTEMPORÂNEO

A partir das considerações sobre a adolescência na perspectiva psicanalítica, nossa intenção agora é investigar a relação estrutural do sujeito adolescente com o Outro social, bem como suas estratégias para lidar com as demandas culturais, ou seja, pretendemos colocar em evidência o modo como se inserem nos discursos e lidam com a incompletude e a inconsistência do grande Outro. Isso num tempo em que, como observamos, a imago paterna mostra-se em declínio, com a queda dos ideais tradicionais, levando a sociedade contemporânea a sofrer de uma certa precariedade, ou mesmo de uma veloz alternância de referências, descartáveis segundo um ritmo ditado pela dinâmica do consumo.

Souto (2005) explica que Lacan propôs que passássemos da referência ao Nome-do-Pai à referência aos Nomes-do-Pai, num trajeto que designaria exatamente a transição entre dois modos distintos que a cultura dispõe para responder ao vazio de referências que se instala historicamente no pós-guerra. Esse momento de virada na cultura constitui modos de vida diferentes: um orientado pelo ideal, outro pelo objeto *a*. No primeiro caso, temos o domínio do simbólico, do significante mestre e do gozo obtido por meio da renúncia pulsional. No segundo, não se exige mais a renúncia ao gozo, de modo que é o objeto *a* que comanda a vida do jovem, convidando-o a ultrapassar suas inibições. Na época de Freud, o Ideal era dominante em relação à pulsão. Hoje ocorre justamente o contrário: há uma prevalência do objeto pulsional em relação ao Ideal.

Lacan (1970/2003), em *Radiofonia*, usa a expressão “ascensão ao zênite social do objeto *a*” (p. 411), para falar do efeito de angústia provocado pelo esvaziamento com que o nosso discurso o produz. Explica que, como consequência, o significante recai no signo, o que poderia ser aferido pela visível desorientação experimentada pelo sujeito. Dessa forma, diante da falta de um significante, passa-se a comprar qualquer coisa “um carro, em especial, com o qual se dá sinal [*faire signe*] de inteligência, digamos, do próprio tédio, ou seja, do afeto do desejo de Outra-coisa (com maiúscula)” (p. 412). Laurent (2007) esclarece essa passagem da seguinte maneira:

Lacan faz referência a uma construção elaborada em seu seminário do mesmo ano, no qual descreve um efeito particular do discurso do mestre contemporâneo, isto é, do discurso capitalista. Esse discurso produz o objeto *a*, cavando a falta da mais-valia. A mais-valia forcluída é um significante e, como tal, retorna no real como gozo. (p.163)

Desse modo, a queda dos ideais, com a ascensão do objeto *a* ao zênite social, conduz a um modo de gozo que prescindido do Outro social, ou melhor, que não passa por sua sanção. De acordo com Pimenta (2004), trata-se de “um gozo autossuficiente, masturbatório, autoerótico, ligado à produção de algo conectado diretamente ao próprio sujeito, sem circular pelo campo do Outro – dizemos então que o gozo não tem circularidade social” (p.4)

Nessa perspectiva, podemos dizer que, enquanto a função paterna parece não vacilar numa sociedade tradicional, o mesmo não pode ser observado na atualidade. Isso porque, nos tempos atuais, o Nome-do-Pai, essencial à função paterna, torna-se mais um conector ao lado de outros do que um operador cultural universalmente válido.

5.1 Lacan e o pai em dois momentos

Para uma melhor compreensão dessa torção que viria ocorrendo no mundo contemporâneo, precisamos considerar aqui duas diferentes perspectivas presentes na obra de Lacan a respeito da referência paterna. Pode-se destacar primeiramente uma perspectiva funcionalista (durkheimiana) da qual Lacan (1938/2003) se serve inicialmente, que o faz considerar que a presença ou não do pai, bem como a configuração familiar, no que se refere ao predomínio social do fundamento da autoridade familiar, trariam consequências para a constituição do sujeito. Essa perspectiva diferencia-se fundamentalmente do paradigma estruturalista (levi-straussiano) adotado posteriormente, a partir dos anos 50.

No primeiro tempo, em seu texto *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, Lacan (1938/2003) afirma que:

Um grande número de efeitos psicológicos decorre de um declínio social da imago paterna. Um declínio condicionado por se voltarem contra o indivíduo alguns efeitos extremos do progresso social; um declínio que marca, sobretudo, em nossos dias, nas coletividades mais desgastadas por esses efeitos: a concentração econômica, as catástrofes políticas. (...) Seja qual for seu futuro, esse declínio constitui uma crise psicológica. (p. 67)

Zafirooulos (2009) explica que, nesse momento, para Lacan, o declínio da imago paterna estaria ligado à contração da família. Em outros termos, o declínio sócio-histórico do pai de família escorava-se numa modificação da família ocidental, que acaba por concentrar-se em torno de um núcleo mais reduzido. Essa ideia alicerçava-se na perspectiva social apresentada por Émile Durkheim. De acordo com Zafirooulos (2009), a lei durkheimiana da contração familiar supõe explicar:

- 1 - O declínio da família ocidental e do valor social de seu chefe;
- 2 - a degradação da imago paterna e da sua fecundidade subjetiva e social;
- 3 - a evolução das neuroses para o Lacan de 1938 a 1950; ou ainda – para nossos modernos – a proliferação dos casos limites perdeu todo fundamento científico. (p. 36)

Entretanto, nos anos 50, observamos uma mudança importante na consideração da figura do pai. Este deixa de ser um objeto real, para adquirir um valor simbólico e estrutural. Há, pois, um deslocamento do registro da família para o das leis da fala e da linguagem. Pode-se notar aí, sem dúvida, a clara influência de Lévi-Strauss, além das consequências do engajamento lacaniano por um retorno a Freud:

Que retomemos a obra de Freud na *Traumdeutung*, para ali nos lembrarmos que o sonho tem a estrutura de uma frase, ou melhor, atendo-nos à sua letra, de um rébus, isto é, de uma escrita da qual o sonho da criança representaria a ideografia primordial, e que reproduz no adulto o emprego fonético e simbólico, simultaneamente, dos elementos significantes que tanto encontramos nos hieróglifos do Egito antigo, quanto nos caracteres cujo uso a China conserva. (Lacan, ano 1998/1953 p.268)

Assim, priorizando a função simbólica, com a invenção do Nome-do-Pai, cuja eficácia ordenadora permanece, de certo modo, até o final de sua obra, ainda que sofra algumas modificações no decorrer de suas reflexões, Lacan (1998/1953) deixa claro que:

De fato, mesmo representada por uma única pessoa, a função paterna concentra em si relações imaginárias e reais, sempre mais ou menos inadequadas à relação simbólica, que a constitui essencialmente. É no *nome do pai* que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei. (p. 279)

Em outro texto posterior, *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*, Lacan (1960/1998) retoma a questão e explica que o Nome-do-Pai é o responsável pela introdução do sujeito na cadeia significante. Ele inaugura a cadeia significante, ao introduzir uma barra, um corte em relação ao desejo da mãe. O que marca esse início é um ponto de perda original na linguagem, o S(A). Lacan (1960/1998) reconhece então a importância de partirmos do que a sigla S(A) articula,

... por ser antes de tudo um significante. Nossa definição de significante (não existe outra) é: Um significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito; ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo. (Lacan, 1960/1998, p. 833)

Nesse sentido, podemos dizer que o que operacionaliza esse ponto zero é o significante Nome-do-Pai, que pode ou não ser veiculado pelo personagem do pai, pois, referindo-se a uma tribo australiana, Lacan (1957-58/1998) sugere que:

Se o contexto simbólico a exige, nem por isso a paternidade deixa de ser atribuída ao encontro, pela mulher, de um espírito nesta ou naquela fonte, ou num dado monólito em que ele supostamente habite. É justamente isso que demonstra que a atribuição da procriação ao pai só pode ser efeito de um significante puro, de um reconhecimento não do pai real, mas daquilo que a religião nos ensinou a evocar como o Nome-do-Pai. Não há necessidade alguma de um significante para ser pai, não mais que para estar morto, porém, sem significante, ninguém jamais saberá nada sobre um ou sobre o outro desses estados de ser. (Lacan, 1957-58, p.562)

Assim, não se trata de dizer que o pai não tem mais importância, mas que ele pode deslocar-se, de forma que esse deslocamento histórico, contingente, não altera seu valor estrutural. Ou seja, não importa mais se o pai está lá ou não de corpo presente, desde que se introduza um ponto de basta na relação que a mãe estabelece com o filho, já que, ao fazer essa introdução, ela presentifica o pai.

Desse modo, não postulamos que o declínio social da imago paterna seja equivalente à forclusão do Nome-do-Pai na constituição da psicose como estruturação clínica universal. A esse respeito, Ruffino (2011) diz que:

O que se diagnostica como sendo um declínio social da função paterna deve ser pensado, dentro dos marcos de bordas indefinidas do momento presente da modernidade, como algo que não atinge de modo específico os membros de uma coletividade senão após a constituição do sujeito infantil. Para este, ao menos até o limite da puberdade, os dispositivos do social, mudados ou não, continuam funcionando como funcionavam para algumas gerações imediatamente anteriores, no que se refere aos efeitos fundamentais que a clínica psicanalítica reconhece. (s/p)

Todavia, pode-se afirmar que, no contemporâneo, verificamos o declínio da função social da paternidade, articulada ao pai real mais do que à função paterna, como veremos adiante. Ou seja, não se trata do declínio do pai da metáfora paterna ou do Nome-do-Pai, embora essa função social também se articule a eles. Não são os dispositivos sociais que inscrevem o Nome-do-Pai e garantem a constituição do sujeito, mas, como dissemos (ver p. 65), a introdução de um ponto de basta na relação mãe-filho, para que ocorra a transmissão e inscrição da função paterna. Dessa maneira, o declínio ao qual nos referimos não está relacionado ao momento de constituição do sujeito, condicionado pela sua entrada na linguagem, mas à efetividade social da organização do gozo.

Há um desarranjo na ordem da cultura, responsável pela produção de novas formas sintomáticas, que pode inclusive interferir na constituição do sujeito, embora não a determine. Nesse sentido, trata-se de uma condição diferente de um desarranjo na singularidade do sujeito. É esse outro plano que pretendemos interrogar, ou seja, o plano da cultura. É nessa dimensão que o adolescente tem que tratar o real do pai, pelo pai real, ou seja, o que deseja a mãe.

Lacan (1973-74), em *O seminário, livro 21*, observa que, nesse ponto, há uma diferença histórica, pois, atualmente, o Nome-do-pai teria sido substituído pelo *nomear-para* (*nommer-à*), que é uma conjunção articulada pela mãe. Trata-se de uma nova função social da mãe, que passa a definir o destino do sujeito.

Partimos assim da hipótese de que a queda dos ideais tradicionais, com suas tendências universalistas, evidenciada pela carência ou mesmo pela insuficiência do simbólico, como vimos (ver p. 44 et seq.), leva-nos a supor a existência de outros ideais,

marcados pelas particularidades e idiossincrasias dos laços localizados. Então, não se trata mais de propor um declínio do Nome-do-Pai, alicerçado pela função paterna, mas de sua substituição por outra coisa que faria a sua função, por algo que entraria em seu lugar para fazer “as vezes de”. No lugar do pai como portador de uma interdição, surge outra coisa. Lacan (1973-74) diz que:

“O desfiladeiro do significante pelo qual passa ao exercício esse algo que é o amor é muito precisamente esse Nome-do-Pai, esse Nome-do-Pai que só é não (n,o,n,) ao nível do dizer e que se cunha pela voz da mãe no dizer-não de um certo número de interdições, isto nesse caso, no caso feliz, aquele onde a mãe quer muito, em sua cabecinha, enfim proferir algumas vacilações. Há alguma coisa que eu gostaria de designar a existência. Porque é o viés de um momento que vivemos na história. Há uma história, ainda que não seja forçosamente aquela em que se crê, o que vivemos é muito precisamente isto: que curiosamente., a perda, a perda do que se suportaria da dimensão do amor, não que eu diga que seja isso., não posso dizê-la, a esse nome do pai se substitui uma função que não é outra senão a de nomear para. Ser nomeado como alguma coisa, eis o que coloca numa ordem que se encontra efetivamente para se substituir o Nome-do-Pai. A parte disso, basta a mãe, geralmente, só a ela, designar aí o projeto, fazer aí o traço, indicar o caminho.”(p.44)

Nesse caso, a lei muda seu estatuto e seu alicerce, dada essa substituição do Nome-do-Pai. O destino parece encontrar-se mais propenso a ser traçado pelo social, e parece também que essa nova função não articula mais o desejo à lei. A questão é, portanto, saber a quem caberia a função de promover essa articulação.

Também nesse sentido podemos entender a afirmação de Lesourd (2005) de que pai é sempre prematuro. Ele explica que o pai:

“... institui-se como rival para o sujeito, no tempo em que este é ainda completamente dependente de seu objeto de amor e de cuidado, aparecendo nessa relação cedo demais, e com poder e presença um tanto excessivos. O pai, nesse primeiro tempo da criação da subjetividade, é o elo que sobra, o que rompe a completude, o intruso.” (p. 35)

Para a Psicanálise, esse primeiro pai não equivale necessariamente ao pai da realidade. Trata-se, antes, de uma operação lógica responsável por instaurar a função da falta do falo⁴, nas quais o pai pode servir de suporte para essa função simbólica.

Lesourd (2005) diz também que o pai, nomeado pelo Outro materno, conserva, da antiga concepção da geração, seu poder de nomear, de reconhecer a criança. Seu amor pela criança ocorre num segundo tempo, inscreve-se e superpõe-se ao laço de

⁴ A função da falta é instaurada pela mãe, o pai vem recobrir essa função com uma proibição

amor pré-existente entre o homem e a mulher, do qual a criança é testemunha. Assim, o amor do pai pela criança inscreve-se como traço do amor do homem pela mulher, que se tornou mãe. É esse pai, amante da mãe, que, na adolescência, inscreve-se como pai real na constituição psíquica do sujeito. “Esse pai real, amante da mãe, que vem fazer barra às jogadas edipianas, é assim o traço do real do pai necessário à procriação da criança” (Lesourd 2005, p.36).

Há uma especificidade a ser considerada, na medida em que se faz necessário investigar, no contemporâneo, como esse pai real se apresenta na cultura, para além da apresentação concreta de cada pai. A procriação artificial é um claro exemplo que ilustra muito bem o quanto o pai não é mais imprescindível. Nessa situação, quando o jovem vai resgatar, na sua história singular, o homem que deseja a mulher, o pai real, com o que ele se depara? Portanto, percebemos, nesse momento, a instauração de uma nova lógica, que terá como consequência a produção de novos sintomas.

O que queremos ressaltar aqui é o modo como isso repercute junto aos adolescentes, bem como o modo como os efeitos dessa situação são sentidos e incidem na organização subjetiva. Ruffino (2011) entende que:

“O declínio social da função paterna vem a alterar a função de borda das estruturas subjetivas, por um lado abrindo seus flancos, para a intrusão do real da pulsionalidade e do real do trauma e, por outro, dificultando a eficácia reorganizadora das instabilidades narcísicas (...). O declínio do social é algo que veio ao menos mudar significativamente o litoral entre o real e o simbólico, tal como o conhecíamos, dando lugar ao que se tem chamado de *as novas formas do sintoma* [itálicos nossos].”(s/p)

No caso dos jovens, esses efeitos podem tornar-se ainda mais proeminentes, dadas as especificidades do momento em que se encontram. Mais adiante retomaremos a discussão sobre esses pontos, tanto no que se refere ao declínio social da função paterna quanto às novas formas de sintoma.

5.2 Pai simbólico, pai real, pai imaginário

Torna-se oportuno diferenciar as noções de pai real, pai simbólico e pai imaginário, trazidas por Lacan, para que possamos situar e identificar, em nosso

trabalho, de qual dimensão do pai se trata quando nos referirmos ao declínio de sua função social

Entendemos que o pai simbólico é o pai estrutural, (Lacan, 1957-580. O pai imaginário está vinculado às roupagens que cada civilização lhe dá (Lacan, idem). O pai real) seria, então, o que estaria em jogo nessa discussão. Trata-se do pai imanente, (Lacan, 1974), encarnado no homem, castrado, que deseja uma mulher, que não está localizado, e que é buscado pelo adolescente.

Philippe Julien (2008) explica essas três dimensões, das quais Lacan se vale para designar o que é um pai:

”Primeiramente o simbólico, em segundo lugar o imaginário e, em terceiro, o real. O pai, no plano simbólico, se refere à paternidade como uma terceira posição entre a mãe e o filho. É uma posição instituída pela mãe enquanto mulher, cujo objeto de desejo é o pai. Então, esse é o pai no sentido simbólico, instituído pela mãe que deseja um homem. Este, por sua vez, existe graças à palavra da mãe. Ela transmite ao filho que é a mulher daquele homem, que ela chama de pai, na linguagem. A segunda dimensão da paternidade é o pai no plano imaginário. Ele vem do filho ou da filha, da criança. Refere-se ao pai como imagem, imagem forte, grandiosa, majestosa, que tem uma força de sedução e de atração. Este é o pai como imagem, imagem de homem. Ele existe no imaginário graças a esta atração da criança pelo seu pai. Não estamos falando do pai biológico, mas da imagem que o pai mostra em sua vida, privada e social. Lacan, então, inventou o pai no plano real. Este vem de um homem que, em geral, é o pai das crianças na família. O pai, no sentido real, é um homem na condição de desejante, desejando uma mulher, em geral a mãe. Então, temos três dimensões: na dimensão do simbólico, o pai vem da mãe; na dimensão do imaginário, o pai vem da criança; e, na dimensão do real, o pai vem de um homem, que tem por objeto de desejo uma mulher.”(s/p)

Assim, num primeiro tempo o pai intervém de forma velada, através do falo; num segundo afirma-se como uma presença privadora, como o suporte da lei, de forma mediada pelo discurso da mãe, e por último se revela como aquele que tem o falo e que pode doá-lo à mãe, como alguém com quem vale a pena identificar-se.

Portanto, o pai simbólico é aquele que representa a lei vinda de outro lugar, que se funda na triangulação mãe, pai e filho, referida a um quarto elemento: o falo, que vai permitir ao pai real assumir sua representação simbólica. Lacan (1957-58/1998) nomeia tal operação de Metáfora Paterna, pois, por meio dela, o pai adquire o estatuto de um significante que substitui o desejo da mãe.

$$\frac{\text{Nome do Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o Sujeito}} \rightarrow \text{Nome do Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

O pai imaginário é aquele que está presente na nossa imaginação e com o qual lidamos o tempo todo através das identificações, idealizações e rivalidades. Lacan (1956-57/1995) relaciona esse pai com aquele que, imaginariamente, privaria a criança do acesso à mãe e que, por isso mesmo, colocar-se-ia, ora como um rival nessa luta pela posse da mãe, ora como um ideal, por parecer alguém que domina o seu desejo. É, no final das contas, “o pai assustador que conhecemos no fundo de tantas experiências neuróticas, e que não tem de forma alguma, obrigatoriamente, relação com o pai real da criança” (p. 225).

O pai real, ou seja, o efeito psíquico realmente provocado pelo personagem do pai, é de difícil apreensão. Para Iglesias (2001) isso se deve a um fator bem específico:

“... à interposição das fantasias da criança junto à necessidade da relação simbólica. Saber com que realmente estamos lidando é uma dificuldade presente no desenvolvimento psíquico de todos os seres humanos. O pai real é o personagem do meio ambiente da criança e a ele é dada a função de destaque no complexo de castração. Há um elo entre pai real e castração. Para isso ele precisa assumir a função sexual viril para se tornar o pai castrador. (...) O acesso à posição paterna é uma busca difícil e penosa. O pai real se reveste das insígnias do homem real que, para ser pai, deve ser investido a se fazer reconhecer como pai simbólico.” (s/p)

Convém dizer que o falo imaginário vai precisar ser esvaziado de sua significação pela operação da castração. Apenas dessa forma ele poderá aparecer como falo simbólico, que é o significante da falta no campo do Outro. Isso implica que é ao se mostrar castrado, ao surgir como desejante, que o pai pode transmitir algo.

Como os contextos históricos são diferentes na sociedade de produção e na sociedade de consumo, como vimos com Safatle (2009) (ver p. 45 et seq.), podemos perceber, sem grandes dificuldades, o quanto o pai simbólico mostra-se multirreferenciado, diluído, para nortear as condutas dos jovens na atualidade. É isso que nos leva a investigar o que estaria orientando ou mesmo desorientando os jovens.

Desse modo, a passagem da infância para o mundo adulto tem se tornando cada vez mais problemática. Como vimos no capítulo sobre a adolescência (ver p. 50 et seq.), com o fim da infância, o jovem tem que se haver com a morte simbólica dos pais, suporte dos ideais infantis, o que os deixa numa posição de desamparo e estranhamento. Diante disso, precisa desenvolver novos recursos. Sabemos que, para qualquer sujeito, sempre faltará, no campo do Outro, um significante que o represente de modo exato e

completo. No caso do adolescente de hoje, porém, o que observamos é que falta, além desse significativo impossível, o lugar onde ele descansaria a sua falta.

A constituição subjetiva do adolescente é influenciada por alguns agentes de subjetivação tais como o grupo, a turma, a tribo, os amigos ou os pares, com os quais se identifica. Além desses agentes, na contemporaneidade, o que aparece de modo mais significativo são os recursos tecnológicos. Eles oferecem possibilidades infinitas, que podem inclusive, num tempo extremamente curto, quase imediato, fazer do adolescente uma celebridade instantânea. Isso não deixa de ser curioso, pois potencializa ao máximo sua colocação como ideais uns para os outros.

Recuperando o que Freud (1921) diz a respeito das identificações verticais, articuladas a um ideal ou a um líder, e das identificações horizontais, entre pares iguais, vemos que a figura do líder, bem como os próprios ideais, de modo geral, tem sido abalada pela busca do prazer provisório, descartável e imediato. O que está em jogo é ser reconhecido, num mundo que carece de nomeações consistentes, para que os jovens possam localizar-se a si mesmos numa esfera de mutações constantes e velozes. Para o adolescente, torna-se urgente “fazer-se valer”. Talvez seja por isso que se arriscam tanto, experimentando extremos, pois, desse modo, segundo Kehl (2008) conseguem achar o próprio rosto e o suposto nome verdadeiro. Gozar seria um sinônimo dessa busca, e o gozo é o que pede para ir além dos limites do prazer, daí seu vínculo com a pulsão de morte.

Defrontamo-nos, então, na atualidade, com uma diluição cada vez mais evidente dos pontos de basta, capazes de frear o adolescente em seu gozo, incessante, tomado como imperativo e, portanto, inadiável. O que observamos é uma busca pela satisfação pulsional sem mediações (como se isso fosse possível), ao lado da promessa capitalista de que o prazer máximo pode e deve ser atingido através daquilo que se consome. Isso, sem dúvida, traz ainda mais complexidade ao já tão conturbado período da adolescência. Diante de um mundo em fragmentação, observamos que o jovem não acredita em grandes coisas, ou, por outro lado, acredita em tudo, sob o reino da pulverização dos significantes mestres e dos objetos ofertados pelo mercado e pela ciência.

O que sustenta o contexto socioeconômico atual, engendrado pelo capitalismo, é o convite ao consumo desregrado. As forças do capital passaram a aglutinar os jovens

em torno da chamada lógica de mercado. Maria Rita Kehl (2008) constata, inclusive, que:

Na passagem dos anos 1970 para a década de 1980, ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer uma certa elite atualizada e vitoriosa. Ao mesmo tempo, a juventude se revelava um poderosíssimo exército de consumidores, livres dos freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres e desligados de qualquer discurso tradicional que pudesse fornecer critérios quanto ao valor e à consistência, digamos, existencial, de uma enxurrada de mercadorias tornadas, da noite para o dia, essenciais para a felicidade. (Maria Rita Kehl 2008, p.10)

Não é difícil perceber que, de uns anos para cá, o interesse do mercado pelos adolescentes tem crescido a olhos vistos. Várias são as publicações destinadas a eles, que vão desde revistas (*Atrevida*, *Hit*) a jornais de circulação nacional que dedicam semanalmente cadernos específicos a esse público *teen*. A indústria têxtil também tem aí um papel importante. As grifes possibilitam aos jovens a ilusão de se diferenciarem uns dos outros, situando-os em algum lugar. Vende-se ao jovem um ideal que faz com que ele acredite ser possível localizar-se a partir do momento que possui um objeto de determinada marca.

Mesmo referindo-se à realidade de países de primeiro mundo, vale ressaltar a observação de Bauman (2011), no que se refere aos gastos dos adolescentes. Isso porque, com a ascensão econômica dos países emergentes, como é o caso do Brasil, e também devido ao fenômeno da globalização, as particularidades regionais tendem a se enfraquecer. Ele observa que, na década de 70, as engenhocas eletrônicas (videogames, rádios e sons portáteis, dentre outros) seduziam e fascinavam os adolescentes, entretanto, eram vistas mais como objetos supérfluos. Possuí-los seria como realizar um sonho, acessível a muito poucos. Hoje, porém, segundo Bauman (2011) o cenário é outro:

Agora esses objetos de desejo são mais baratos, seus preços caem para níveis tentadores e eles são sedutoramente acessíveis, adquiri-los passou a fazer parte da existência ‘normal’ de ‘quem quer ser alguém na vida’: não é mais um acontecimento único, extraordinário. (...) A consequência inesperada e inescapável disso é o desaparecimento dos laços afetivos com os objetos adquiridos: o que conta de fato é o *momento da aquisição* – não a *amizade duradoura*. (...) Os objetos saem de moda com tanta rapidez quanto se popularizam. Importante é sempre guardar o *estilo*, não a

parafernália de acessórios que o compõe e esse estilo exige que os acessórios se sucedam uns aos outros em velocidade cada vez mais acelerada. (Bauman, 2011, p.54)

A solução está em consumir. O grande ideal passa então a ser o consumismo. É preciso sempre adquirir o último modelo de telefone celular, o último tênis de marca, etc. Com isso, os fenômenos da delinquência aumentam, influenciados, entre outros motivos, pela tentativa de apropriação de objetos inacessíveis, que logo se tornam mais cobiçados ainda pelos jovens. Essa busca constitui também o fruto da fragilidade da lei simbólica, ou, ainda, de algo que a alicerce. A lei do pai que interdita parece ser substituída pela lei do mercado, que, num certo sentido, faz com que o sujeito do inconsciente – efeito da palavra e da linguagem, responsáveis pelas proibições, frustrações, interdições, e que, por isso mesmo, sustentam a capacidade de desejar – encontre dificuldades em sustentar sua relação com o desejo, diante de uma oferta de tantos objetos para satisfazer a demanda. Em outros termos, a oferta de *gadgets* provoca uma sensação de saturação, fazendo com que o desejo permaneça obstaculizado.

De acordo com Cristina Drummond (2005)

As ofertas de identificação imaginárias aliviam o sujeito moderno de se haver com a falta, que se vê suturada pelos objetos. Essa busca desenfreada pelos objetos a serem consumidos se coloca no lugar dos ideais para o sujeito, ideais que se mostram como solução para o conflito edipiano e que orientam o gozo do sujeito. O Outro da contemporaneidade não é um Outro do desejo, mas um Outro da demanda, que se apresenta muitas vezes de forma resistente e imperativa. (p. 81)

É como se o consumo respondesse pela ordenação do gozo na civilização contemporânea, ou pelo menos como se fosse capaz de fazê-lo.

Vale aqui um pequeno parêntese para dizer que não deixa de ser curioso constatar que a palavra “consumismo” só aparece nas edições mais recentes dos dicionários. A definição no *Novo Dicionário Aurélio* é a seguinte: “consumir + ismo – sistema que favorece o consumo exagerado, tendência a comprar exageradamente”. Do latim, tem-se “*consumere*: gastar ou corroer até a destruição, anular, extinguir” (Ferreira, 1999, p. 372). Isso nos deixa uma pista para constatar que o consumismo, como fenômeno de

massa, é um produto não pouco relevante da contemporaneidade. Segundo Bauman (2011):

O consumismo é um produto social, e não o veredicto inegociável da evolução biológica, Não basta consumir para continuar vivo se você quiser viver e agir de acordo com as regras do consumismo. Ele é mais, muito mais que o mero consumo. Serve a muitos propósitos; é um fenômeno polivalente e multifuncional, uma espécie de chave-mestra que abre todas as fechaduras, um dispositivo verdadeiramente universal. Acima de tudo, o consumismo tem o significado de transformar seres humanos em consumidores e rebaixar todos os outros aspectos a um plano inferior, secundário, derivado. Ele também promove a reutilização da necessidade biológica como capital comercial. Às vezes inclusive, como capital político. (Bauman, 2011, p.83)

O consumo é entendido aqui também em seu sentido mais abrangente. Não se trata apenas do consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas, sobretudo, o consumo de signos – pretendemos retomar esse ponto mais adiante (ver p. 78 et seq.). Baudrillard (1995) afirma que “há uma transferência simbólica de uma carência para toda uma cadeia de significantes/objetos” (p. 196). Ou seja, na lógica que alicerça o consumismo, interessa menos o produto do que a marca, vale menos seu conteúdo que sua aparência.

Nesse panorama, notamos que, tanto a agressividade quanto a violência, aparecem na juventude sob um novo paradigma. Se nas décadas de 50 e 60 portavam um caráter político e ideológico, hoje aparece mais numa vertente marcada pela falta de reconhecimento social, diante de uma trama simbólica enfraquecida pela ausência de instituições ou referenciais fortes e consistentes.

Não deixa de ser oportuno ressaltar o que nos diz Jean Pierre Lebrun (2004), ao introduzir a ideia de um “simbólico virtual”, que só existe em potência e não em ato, e que se diferencia do simbólico propriamente dito por ser secretado pelo discurso da ciência e por promover um laço social às avessas do trabalho de simbolização. Nas palavras de Lebrun (2004):

Quando a conjuntura social deixa crer na realização plenamente satisfatória do desejo torna-se muito difícil, para o sujeito, ter uma referência do que constitui os paradigmas do que pode levá-lo no caminho de seu desejo. Sem mesmo perceber, o sujeito abandona assim uma economia psíquica por outra. Ele se encontra em um mundo em que o sofrimento é intolerável, já que o que lhe é abusivamente prometido é a adequação da palavra à coisa, é o acesso simples e imediato ao verdadeiro objeto. O simbólico virtual (...), ao deixar em suspenso as especificidades do simbólico, autoriza que se desenvolva um mundo no qual a assunção da castração poderia ser evitada. Colocar em paralelo a pulsão de morte e a tendência incestuosa nos faz pressentir que lugar é então

deixado à essa dita pulsão numa sociedade organizada por esse simbólico virtual. A congruência assim evidenciada só os pode tornar sensíveis a essa nova organização da aliança em que a colusão das forças destrutivas se vê por isso reforçada. (p. 126)

É preciso, diante disso, esclarecer nossa hipótese. Não se trata apenas de uma colusão das forças destrutivas. Ainda que falte contenção e regulação; e ainda que isso engendre uma explosão pulsional que aparece na violência e na agressividade; na adolescência, verificamos que há um novo arranjo que tem como efeito uma nova forma de captura do excedente estrutural. Trata-se de uma nova ordem a partir da qual novos sintomas são produzidos.

O que ocorre no contexto contemporâneo é, por um lado, a queda dos referentes tradicionais e, por outro, a emergência de novos ideais que exigem o gozo, ao mesmo tempo em que tentam controlá-lo e contê-lo, condicionando-o às ofertas de mercado. Há, portanto, um paradoxo. Ou seja, havia uma regulação uniforme que não existe mais. Em seu lugar, surgem novos ideais, fugazes e transitórios, orientados pelo consumo. Essa exigência de satisfação que o consumo engendra produz a necessidade imperativa de ser feliz. Há uma super exigência de gozo, convivendo paradoxalmente com a tentativa de nomeá-lo e regulá-lo.

Convém dizer, quanto a isso, que a figura do paradoxo é diferente da figura da contradição, na medida em que essa última prevê uma possibilidade de síntese, o que não ocorre no caso do paradoxo. Logo, não se trata de contradições a serem superadas e vencidas, mas de injunções paradoxais que convivem numa realidade multifacetada. Vale lembrar o que diz Zizek (2001) a esse respeito:

O paradoxo é o seguinte: de um lado temos a permissividade capitalista, e de outro, uma sociedade mais regulada do que nunca. Ou seja, em princípio não há regras rígidas a serem seguidas, mas ao mesmo tempo, tudo o que você disser ou fizer pode ser apontado como ofensa ou ameaça. (Zizek, 2001, p.8.)

É curioso notar que o controle exercido não deixa espaço para que possamos decifrar nossos incômodos e angústias. Presume-se que a aquisição e o consumo de remédios constituem os meios mais eficazes e rápidos para aplacarmos dores e desconfortos, mesmo que estas não sejam de ordem biológica. É como se promovêssem

uma expropriação de tudo o que é próprio ao sujeito: experiência, escolha, desejo, etc. Num certo sentido, podemos dizer que ele é programado para desejar o que não deseja, comprar o que não necessita e viver como não escolheu. O choro deve ser adiado e a tristeza eliminada.

Observamos assim que, no universo contemporâneo, as formas simbólicas de regulação são precárias, daí um excesso que se produz e que tem como corolários a agressividade e a violência, que, embora sejam estruturais, adquirem formas contingentes. Ou seja, não negamos, com isso, a existência de novas formas de sintoma. Nesse contexto, a violência e a agressividade podem ser consideradas, no campo social e cultural, como respostas a um efeito de estrutura, a algo que excede e que ganha hoje uma nova vestimenta. Se, então, é de um elemento estrutural que se trata, isso significa que é algo que sempre esteve presente, independente da época. Contudo, esse resíduo cultural ineliminável adquire atualmente novas e múltiplas faces, podendo, pois, referir-se a novos sintomas. A violência é um excedente que sempre se coloca, mas há ainda uma situação que é contingente, que depende e se vincula ao contexto contemporâneo. Propomos, desse modo, tentar articular o estrutural ao contingente.

Pode-se afirmar então que há uma dimensão estrutural. A violência, por estrutura, está presente no encontro da linguagem com o corpo, na medida em que ela sempre procura domesticar o excesso pulsional. É como se a entrada da palavra fosse forçada, onde ela própria escapa, uma vez que a pulsão não é regulada e sua regulação nunca se realiza plenamente. Ela sempre excede a palavra, já que, por estrutura, há sempre um excedente. Hoje, na contemporaneidade, esse excedente vai ser tratado de uma forma específica. Parece haver uma tentativa de controle pelo significante e uma certa sintomatização do social, como corolário dessa tentativa de controle. Nesse contexto, a nomeação prolifera de modo incessante (*bullying*, síndrome do pânico, dismorfofobia, infrator, etc.), visando à contenção, através do prender, do medicar ou do excluir. Ou seja, há excesso de controle onde falta regulação simbólica. Em outros termos, à carência de ordenação simbólica, a cultura responde com um acirramento de mecanismos alternativos de controle. Trata-se então de uma questão estrutural que traz uma marca do atual, daí seu caráter também contingencial. Assim, o excedente contido nessa tentativa de constrangimento, de normatização, de nomeação, termina por retornar no real, sob a forma de uma violência mais radical.

Desse modo, pode-se afirmar que, em relação ao pai e ao ideal, temos uma mudança, que resulta num retorno no real e numa pulverização das referências no plano simbólico.

5.3 O lugar do consumo

Nesse sentido, vemos que o lugar ocupado pelo sujeito parece afirmar-se e ser determinado na esfera do consumo. O que se vende e é proposto para o consumo é um objeto ilusoriamente capaz de realizar o desejo e de não mais causá-lo, fazendo assim a demanda confundir-se com o desejo (retornaremos a esse ponto posteriormente, (ver p. 78 et seq.). Vale ressaltar, entretanto, que sabemos que o marketing precisa provocar o desejo para que a demanda possa surgir, talvez possamos dizer que a diferença é que, no lugar da causa do desejo, instala-se a vontade de gozo, já que se trataria de um desejo obturado por um objeto específico, pronto para o gozo. Assim, diante desse fenômeno mercadológico, o sujeito regozija-se ao entrever a possibilidade, colocada ao alcance das mãos, de *extinguir* sua incompletude fundamental. A falta que lhe possibilitou constituir-se como ser desejante é posta então sob a ilusão da promessa de preenchimento.

É nesse contexto que os jovens, pressionados por essa cultura superficial e materialista, rendem-se ao consumo. Talvez tenhamos que partir disto: considerar que a sociedade impõe certas perdas, mas, ao mesmo tempo, oferece a mercadoria como algo supostamente capaz de substituir o que se perdeu. Em vez de se ter um circuito que o leve a desejar uma coisa ou outra, tem-se o acesso rápido ao objeto da demanda. Isso significa colocar alguma coisa no lugar da falta, tentar preenchê-la, ainda que ela não desapareça, porque o fenômeno do consumismo consiste justamente na repetição de uma fenda, de um buraco que não se fecha. Na adolescência, isso se torna ainda mais complicado e delicado, justamente por se tratar de um período já em si mesmo instável e de busca de respostas.

A configuração socioeconômica, longe de promover soluções menos devastadoras para seus conflitos, possibilitando-lhes vivenciar esse período de modo menos doloroso, acena justamente com o contrário, vendendo e promulgando a ideia dessa tão sonhada realização plena. Situa-se assim nossa intenção de destacar e reiterar o papel do

consumismo. Ou seja, em que medida, pela via do ter, do incorporar certos objetos, poder-se-ia aplacar e preencher essa lacuna constitutiva do sujeito de desejo? Ainda que isso de fato fosse possível, as consequências seriam devastadoras, pois teríamos que abdicar da própria noção de sujeito.

Lacan (1969-70/2003) chamava esses objetos de *gadgets*. Eles teriam por função satisfazer ilusoriamente o desejo, aplacando o mal-estar decorrente justamente da sua não satisfação que, entretanto, é condição de sua existência.

Guerra (2007) explica o *gadget* como uma espécie de acelerador inútil dos outros objetos, que se insere nos circuitos em que o útil e o simbólico se resolvem numa espécie de inutilidade combinatória. Assim, considerados como objetos descartáveis, quanto mais descartáveis melhor parecem cumprir essa função. Neles, o valor de signo sobrepõe-se ao valor propriamente operacional.

Baudrillard (1995) diz que, num primeiro momento, o signo reflete uma realidade. Num segundo tempo aparece para mascarar e perverter a realidade. Em seguida, mascara a ausência de uma realidade e, por fim, deixa de ter qualquer relação com a realidade, tornando-se seu próprio simulacro. Para ele, situa-se aí a sociedade atual, com a evidência do consumo, criada pela multiplicação de objetos e signos, na qual as relações entre os homens não estão mais centradas nos laços com outros homens, mas na recepção e manipulação de bens e mensagens.

O discurso capitalista não promove o laço social, antes, propõe ao sujeito a relação com um *gadget*, um objeto de consumo curto e rápido. Quinet (1999) explica que o consumo de *gadgets*, na sociedade capitalista, promove uma nova economia libidinal e diz que:

Por outro lado, ao colocar a mais-valia no lugar da causa do desejo, essa sociedade transforma cada um num explorador em potencial de seu semelhante para dele obter um lucro de um sobre o trabalho não contabilizado (...). Para consumir mais, mais objetos produzidos pelo capitalismo científico-tecnológico. Nesse ciclo, o lugar da mais-valia coincide com o dos objetos de gozo – gozo prometido e não alcançável por estrutura. “A mais-valia”, diz Lacan, “é a causa de desejo da qual uma economia faz seu princípio”. A ciência no discurso capitalista é a produtora dos objetos de consumo, que operam como causa de desejo. O saber científico nesse discurso é capitalizado para fabricar os objetos que possam representar os objetos pulsionais. (s/p)

Desse modo, o discurso capitalista não regula, antes, segrega, apartando os que têm dos que não têm acesso aos produtos e signos, em relação aos quais o sujeito

experimenta uma posição praticamente servil, devido, sobretudo ao gozo que proporcionam. A suposta liberdade promulgada pela posse desses objetos revela-se, portanto, falaciosa, sobretudo porque os jovens são obrigados a dar provas permanentes de sua capacidade de gozar. Decorre daí, paradoxalmente, não só a insatisfação, como também a sensação de impotência e de desamparo. Parece não haver nada capaz de acolhê-los nesse desamparo, ou mesmo de detê-los nessa busca desenfreada. Como salienta Kehl (2008):

Esta liberdade cobra seu preço em desamparo: os adolescentes parecem viver num mundo cujas regras são feitas por eles e para eles, já que os próprios pais e educadores estão comprometidos com uma leveza e uma *nonchalance* (*negligência*) jovem. (...) Quando os pais dizem: “Sei lá cara, faz o que você estiver a fim”, a rede de proteção imaginária constituída pelo que o Outro sabe se desfaz, e a própria experiência perde significação. (Kehl, 2008, p.12)

O sentido da vida também se esvazia com a desvalorização da experiência que, assim como a memória, dá consistência à subjetividade. Assim, podemos supor que, diante de tanta insatisfação, o jovem começa a agir de modo agressivo e intolerante. A imago social do pai falha, e uma nova ordem se estabelece, reforçando o ciclo de intolerância à insatisfação.

O imperativo do gozo, como vimos, leva à substituição infundável dos objetos e também das relações, que se tornam coisificadas, colocando o sujeito como objeto de gozo do outro. Não deixa de ser oportuno aqui, trazermos, a título de ilustração, um poema de Drummond que merece ser lembrado:

*(...)“Onde terei jogado fora
meu gosto e capacidade de escolher,
minhas idiossincrasias tão pessoais,
tão minhas que no rosto se espelhavam,
e cada gesto, cada olhar
cada vinco da roupa
resumia uma estética?
Hoje sou costurado, sou tecido,
sou gravado de forma universal,
saio da estamperia, não de casa,
da vitrine me tiram, recolocam
objeto pulsante mas objeto
que se oferece como signo de outros
objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial
peço que meu nome retifiquem.*

*Já não me convém o título de homem.
 Meu novo nome é coisa.
 Eu sou a coisa, coisamente.”
 (Drummond, Eu Etiqueta)*

Moreira et al (2008) observa que o sujeito, agente do ato violento, visa reduzir o outro, que sofre a agressão, à condição de coisa, afirmando assim o completo desrespeito à dimensão da alteridade. Sobre esse aspecto, Lacan (1976/2003) traz uma reflexão importante, referindo-se à segregação, que seria também uma dificuldade para lidar com a alteridade, ou, pelo menos, um modo específico de se lidar com ela. Lacan (1967/2003), ao falar sobre os campos de concentração, declara o seguinte:

Abreviemos dizendo que o que vimos emergir deles, para nosso horror, representou a reação de precursores em relação ao que se irá desenvolvendo como consequência do remanejamento dos grupos sociais pela ciência, e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz. Nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação. (p. 258)

A violência gerada pela segregação parece, assim, ser engendrada pela fragilização das relações afetivas, que declinam, dando lugar à usurpação e à indiferença. O ideal maciço exigido do sujeito impele à satisfação narcísica. Logo, numa sociedade que prega o hedonismo, não há lugar para a não satisfação. Zizek (2003), nesse sentido, ressalta que:

A injunção social diz: Goze de todas as maneiras! Goze sua sexualidade, realize seu eu, encontre sua identidade sexual, alcance seu sucesso, ou mesmo goze de uma ascese espiritual. Assim o que se torna culpado hoje, não é o fato de você transgredir alguma proibição sexual, mas ao contrário, o fato de você não transgredi-la, de você não gozar. (p. 05)

Maurício Tarrab (1998) também observa que houve uma mudança na relação entre a civilização e a satisfação pulsional. Com o declínio social da função paterna e a queda dos ideais, assistimos a uma diminuição da culpa. Como vimos, para Freud, o superego está relacionado ao senso de moralidade (ver pp. 31 et seq.). Quando o ego

experimenta a sensação de não ter atendido às exigências do superego, há uma tensão entre eles, que se expressa através do sentimento de culpa. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930[1929] 1996) afirma que tal sentimento é o mais importante problema no desenvolvimento da civilização. Sua intensificação, que também traz em si uma dificuldade no caminho da felicidade, é o que se paga pelo avanço civilizatório. Temos então novamente um paradoxo: diminui-se o sentimento de culpa, na medida em que o sujeito é obrigado a gozar. O superego, entretanto, ganha uma outra formatação, passando a exigir o gozo, lá mesmo onde ele o regulava ou o interditava.

De acordo com Tarrab (1998), então, o superego, em sua dimensão social, não estaria mais na origem do sentimento de culpa, mas sim do mais-de-gozar. O aumento da agressividade e da violência, nos espaços da cidade, revela, pois, modos de vida regidos pelo gozo, nos quais, muitas vezes, o que está em jogo é matar ou morrer.

Assim, pensamos que o dispositivo do ideal do eu – modelo de referência do eu, produto da identificação com as figuras parentais e seus substitutos sociais – ao cair, faz com que não haja pilares onde a pulsão possa conectar-se. Um dos efeitos dessa situação pode ser o retorno da violência, pela via dos atos e atuações. No *acting out*, como vimos (ver pp. 13 et seq.), há uma atuação endereçada ao Outro e, na passagem ao ato, há um modo radical de separação do Outro absoluto que aprisiona o sujeito e, ao mesmo tempo, convoca-o de modo imperativo a responder radicalmente, sem cálculo.

Observamos, nesse cenário, que as identificações parecem dar-se mais com o modo de gozo do que com o ideal. Não há mais um consentimento da renúncia à satisfação pulsional. Nesse sentido, Melman (2003b) observa que:

Se a vida se tornou o obstáculo profano à realização do gozo, é bem evidente que ela perde o seu valor e até se torna um obstáculo, quer dizer, um valor negativo. É desse modo que vemos ocorrer uma série de gozos que recusam considerar a preservação da vida, como um limite que se impõe, ou até mesmo estimam que a preservação da vida é um dano, tanto para si, quanto no caso da vida do outro. Colocando de outro modo, que a vida do outro, não mais que a minha, não tem nada de sagrado, e que eventualmente ela pode, ela mesma, se tornar um valor mercantil. Outrora, não faz tanto tempo assim, poderíamos sacrificar a própria vida por uma mulher, pela pátria, por um ideal, (...) hoje podemos sacrificar uma vida para assegurar o próprio gozo. (p. 187)

Logo, temos uma multiplicação de arranjos que dificultam a possibilidade de um laço social atrelado à lei. O recalque parece não mais operar e a palavra perde sua eficácia na mediação de conflitos. As instituições caem em descrédito e as leis não são

apenas relativizadas, mas também burladas sistematicamente. Para Fernanda Otoni de Barros (2005):

Nesse tempo do 'vale quase tudo', argumentos viáveis cumprem o propósito de desresponsabilizar o sujeito do grande processo civilizatório, produzindo um certo caos social e subjetivo. As instituições jurídicas, cada vez mais, são acionadas para regular caos, esse excesso que transborda por não haver uma delimitação das funções sociais, que opere satisfatoriamente. O Estado perde seu prestígio, a autoridade carece de legitimidade para fazer falar a lei. O nome, o pai e a lei não têm o mesmo valor simbólico ordenador do caos (...) o descrédito desses três registros da lei, na atualidade, aponta uma carência do simbólico em nossa sociedade. (p. 48)

Esse ponto permite-nos uma leitura contemporânea dos fenômenos da violência, sobretudo quando constatamos o desprestígio das instituições, que enfrentam enormes e sérias dificuldades para ordenar as relações, fazer valer a lei e garantir minimamente uma convivência pacífica entre os indivíduos. No que diz respeito à realidade brasileira, em especial, Maria Rita Khel (2008) observa que:

A miséria, o desamparo, o descaso com que o Estado veio descartando durante décadas sua responsabilidade em relação aos direitos elementares dos cidadãos atinge diretamente a parcela mais frágil da sociedade. Os outros, os capazes de se garantir através do poder econômico, não são violentados diretamente pela degradação de nosso espaço público. Mas mesmo que não percebam, também sofrem as consequências da desmoralização dos ideais coletivos, republicanos, que deveriam orientar e civilizar a sociedade toda. (p. 41)

Parece-nos que os novos tempos apontam para uma mudança ou substituição de valores tradicionais por novos valores, alicerçados nessa dinâmica que privilegia a supremacia do gozo, com a prevalência da pulsão de morte. Esse modo de organização apresenta, como valor maior, uma suposta liberdade individual, como afirma Machado (2004):

O sujeito sai da tradição do Pai para entrar na lógica do *self-made-man*, onde não conta com a baliza dos ideais que tinham como função mediar, substituir e derivar a satisfação pulsional. Os sintomas mais característicos de nossa época testemunham a busca da satisfação pulsional direta, sem mediação ou acordos (...) não há significante que nomeie o sujeito na esteira da tradição do Pai. Nessa nova configuração social, o Outro deixa de ser aquele que exige obediência à tradição e

passa a ser um Outro que impõe que o sujeito consuma para além de suas necessidades, um Outro inconsistente. (p. 04)

Essa transformação fez com que passássemos de uma economia psíquica à outra, ou seja, do adiamento do prazer, para o gozo inadiável. Maria Rita Kehl (2008, p. 16) vai mais além e afirma que a própria moral do *self made man* também já foi substituída pela moral do *body building*, na medida em que os corpos exibidos no mercado da imagem estão também submetidos a formas de disciplina, controle e repressão bastante rigorosas, para se oferecerem ao olhar crítico do Outro.

É interessante notar como a indústria cultural, que se expandiu nos anos 60 e 70, aproveitou-se da palavra contestadora dos jovens, fazendo dela o mote para a mensagem publicitária. Nesse sentido, Kehl (2008) também demonstra que “a contracultura orientou a produção de novos modismos, os impulsos sexuais recém-liberados forneceram a base imaginária dos desejos que move, hoje, a sociedade de consumo” (p. 22). Acrescenta ainda um questionamento tão valioso quanto contundente: “se o consumo é o bem maior, em nome de que outro valor se pede aos jovens que renunciem à plena satisfação pulsional?” (p. 22).

Nesse quadro, podemos aventar a hipótese de que o avanço da drogadicção e também da delinquência, entendidas como duas modalidades que visam à rejeição da castração em prol do mais-de-gozar, passa a amplificar-se no laço social contemporâneo, sobretudo junto aos jovens, que, de certo modo, estão mais suscetíveis a esses efeitos. Isso porque “os novos ideais” que parecem emergir revelam-se frágeis e impotentes para fazer com que o jovem consiga lidar minimamente com o mal-estar advindo da renúncia pulsional e da constatação de que não há completude possível. A corrida pela felicidade, pelo consumo e pela aquisição dos objetos sonhados pressupõe a inconveniência das regras que possam adiar ou impedir o consumismo, bem como a irrelevância de uma lei que ordene as relações. Trata-se do paradoxo que evidenciamos anteriormente (ver p. 75 et seq.), ou seja, por um lado, há uma exigência de gozo e, por outro, seu cerceamento. Não há mais uma regulação uniforme. Segundo Isabel Fortes (2004), nesse cenário, mesmo um outro ser humano:

... pode se tornar um objeto de consumo, servindo como mero instrumento para o prazer egóico do sujeito e sendo, portanto, rapidamente descartável. Ele só existirá enquanto reforçar a

autoexaltação narcísica do sujeito, como meio para alimentar seu eu e não uma verdadeira relação de alteridade. (p. 71)

Assim, o tempo parece ser o do “salve-se quem puder”, “vale tudo”, porque “é preciso levar vantagem em tudo”, chavões típicos que bem caracterizam a contemporaneidade. Desse modo, o jovem, ao se encontrar em dificuldades, passa a atuar para tentar dissimular ou escamotear seu desamparo. Moreira et al (2008) entende que “a vontade de consumir depende muito mais de uma ausência de ordem e de uma segurança faltosa que da sensação de que tudo está em seu devido lugar” (p. 1027).

Nesse sentido, assistimos o acirramento de uma competição desregrada, regida apenas pela busca e pela posse inadiável dos objetos, refratárias às tentativas de regulação social. Trata-se de um contexto contaminado pelo pragmatismo e pelo individualismo, que, além de gerar mazelas sociais, como a delinquência, a toxicomania, a bulimia e a anorexia, proclama perversamente o sucesso a qualquer custo. A selvageria desse modelo não poderia deixar de produzir e perpetuar a escalada da agressividade e da violência, visto que os laços sociais focalizam menos o sujeito do que os objetos, ou, ainda, confinam o sujeito a uma condição de objeto.

Melman (2003), numa postura mais radical, chega inclusive a observar um traço do que seria, para ele, uma nova economia psíquica, afirmando que:

Não há mais divisão subjetiva, o sujeito não é mais dividido. É um sujeito bruto. Falar de sujeito dividido é já dizer que ele se interroga sobre sua própria existência, que ele introduz em sua vida, em sua maneira de pensar, uma dialética, uma oposição, uma reflexão, uma maneira de dizer ‘não’. Hoje em dia quase não vemos a expressão do que seria a divisão subjetiva. (p. 27)

Todavia, sem desconsiderar o argumento de Melman, entendemos que não se trata da ausência da divisão subjetiva, que traz a marca do recalque, pois verificamos em vários níveis, não só a divisão subjetiva, mas também reflexões de ordem moral. Acreditamos que o significante Nome-do-Pai está estabelecido, como dissemos anteriormente (ver p. 33 et seq.), porém, o sujeito não consegue extrair dele recursos do que está estabelecido. Por mais que a força do capitalismo seja inegável e as mercadorias façam-se onipresentes, não há como falar no desaparecimento, extinção ou anulação do

sujeito, pois seria impossível, para a Psicanálise, acreditar na possibilidade de existir algo capaz de aplacar sua falta constitutiva. O que se vende é sempre uma ilusão.

Assim sendo, não é o Nome-do-Pai que sucumbe, mas é o uso social da função paterna que parece vacilar. Mesmo porque, não haveria sentido em falar de sujeito em uma estrutura na qual a função paterna tivesse desaparecido. Caso contrário, defenderíamos a possibilidade de uma passagem da neurose para a psicose, ou da psicose como efeito desse desarranjo do pai, mas não é disso que se trata. Embora saibamos que alguns autores psicanalíticos evocam uma noção de psicose generalizada no laço social para falar de uma certa forclusão do Nome-do-Pai e um apagamento do sujeito no mundo pós-moderno, acreditando na perspectiva de que todo mundo delira, ou todo mundo é louco, reforçando essa posição acerca de uma psicose generalizada - entendemos aqui que o sujeito, independentemente de sua época, constitui-se estruturalmente como psicótico, neurótico ou perverso como resultado de sua travessia pelo Édipo.

Rassial (1999) esclarece, a esse respeito, que:

Não se trataria de um apagamento do pai (...), mas, pelo contrário, da multiplicação e, portanto, da divisão das imagens paternas. Com efeito, e, como mostra Lacan, a metáfora paterna vem sustentar a ordem do Simbólico, então, o que estaria em causa não seria uma operação falha, como na psicose, mas a qualidade desse pai que não está imediata nem privilegiadamente associado ao pai da realidade. (...) O delinquente longe de desconhecer a função do pai, interroga-a, dissociando, diretamente, o pai real (o genitor), o pai imaginário (aquele que a mãe sustenta nesse lugar) e o pai simbólico (garante do nome e da identidade). Vê-se com bastante frequência jovens delinquentes projetarem, em várias figuras paternas dispersas (um tio, um juiz, um chefe de bando), cada uma dessas dimensões. Sobretudo quando o pai demonstra uma falha particular, quer seja real (invalidez, alcoolismo), imaginária (no discurso da mãe), ou simbólica (é estrangeiro, por exemplo). (p. 66)

Desse modo, reiteramos o que havíamos dito anteriormente a respeito das três dimensões do pai, bem como do seu declínio. Convém, entretanto, ressaltar que, no que se refere ao pai imaginário, Philippe Julien (ver p. 69) entende que ele vem do filho ou da filha, ou seja, da criança. Rassial (1999) vai considerá-lo como oriundo do discurso da mãe. Há, portanto, uma divergência entre eles nesse ponto. Para resolver esse impasse é necessário destacar que independentemente da origem dos registros simbólico, real e imaginário, o que conta é o efeito provocado no psiquismo da criança. Lacan chega a apresentar rapidamente essa problematização, diferenciando o que é o em-si da situação de um para-si, com todas as reservas que os usos desses termos lhe evocam. . O pai viria

como um quarto termo, considerando que a criança, a mãe e o falo inexistente compõem a situação *em-si* mesma. Ele considera o pai na medida em que ele deve estar ali na situação com os outros “independentemente do que vai ocorrer com o para-si do sujeito. (Lacan, 1956-57/1995, p.372). Ele espera, contudo poder formular mais facilmente “o termo no qual, não em si, mas para o sujeito, pode se inscrever a sanção da função do pai.”(Lacan, idem p,387). É portanto, aos efeitos subjetivos da entrada do pai no complexo de Édipo que os três planos, nos quais se desdobram sua função vêm possibilitar algum esclarecimento.

Prosseguindo, entendemos também que, no contemporâneo, há um ponto em que o sujeito, às voltas com as exigências e os imperativos superegóicos da civilização, vai precisar fazer um sintoma, como um modo de resistir. Podemos conceber a juventude tumultuada como “um sintoma da civilização e dos discursos sociais, o sinal de um apelo a outros” (Rassial, p. 68).

Nesse sentido, acreditamos que há sujeito, porque há sintoma, embora se trate de um sintoma que se apresenta sob um novo envelope formal. Obviamente, consideramos aqui o sintoma na perspectiva psicanalítica, pois, conforme esclarece Lima (1998):

Se por um lado a posição médica se refere à noção de harmonia como um objetivo a alcançar, quando estamos diante de um sintoma – este aparecendo como o que perturba e destrói a harmonia – o sentido do sintoma vai mudar, se não nos referirmos mais a uma harmonia que ele venha perturbar, mas sim a que ele é harmônico a uma falta, a um menos que, na psicanálise costumamos chamar de castração. J-A. Miller nos lembra que a palavra Sintoma tem no seu radical “sin” que quer dizer síntese, reunião, conjunto, mas também quer dizer o que vem junto, o que coincide. Desta forma, o sintoma é o que faz coincidir duas coisas, como já nos dizia Freud: a castração, que é “o ser do sintoma” e o que Lacan vem denominar de “envelope formal do sintoma” – o envoltório significante. (s/p)

Trata-se de um termo que Lacan (1966/1998) usou em seu texto *De nossos antecedentes* e que levou Miller (ano 1986) a produzir uma reflexão na qual observa que há, no sintoma, por um lado, um núcleo irreduzível, denominado castração – há um sofrimento que é “mais-de-gozo”, em consequência de um “menos-de-gozo” da operação significante –, e, por outro, uma mensagem que espera decifração e é endereçada ao Outro. Temos, portanto um sintoma, que porta um sentido e também veicula uma forma de gozo. O sujeito vive uma experiência de cunho sexual que ele próprio desconhece. Provém daí uma excitação que não ganha representação, gerando, portanto, um excedente

no aparelho psíquico. O recalque surge então separando a representação dessa experiência do afeto pulsional (Freud, 1915/1996). A cena vai então para o inconsciente e o afeto permanece gerando angústia no aparelho psíquico. Essa experiência tem uma força de catexia que impulsiona sua volta para a consciência, enquanto a consciência procura mantê-la recalçada por meio de uma anticatexia.

Decorre daí a produção de derivados, visando encontrar um substituto para o que foi recalçado, que, embora seja diferente, liga-se simbolicamente ao recalçado. A partir desse arranjo, a experiência pode então retornar à consciência. Ela pode produzir algum tipo de incômodo no nível do sistema, não atendendo, por exemplo, às exigências superegóicas, mas, por outro lado, satisfaz às exigências do ego. O conflito não se resolve, mas é substituído por outro, ou seja, o sintoma vincula a angústia a uma nova representação. Traz, portanto, a marca do sujeito, da divisão que testemunha seu inconsciente.

Lima (1998) esclarece o caráter conflitivo que constitui o sintoma dizendo que:

O sintoma, portanto, poderá ser definido como “o resultado de um conflito, que surge em virtude de um novo método de satisfazer a libido (*libidobefriedigung*). As duas forças que entraram em luta (que poderíamos aqui representar pelos dois movimentos: “não cessa de não se escrever” e “não cessa de se escrever”) encontram-se novamente no sintoma e se reconciliam, por assim dizer, através do acordo representado pelo sintoma formado”. Em outras palavras posso dizer-lhes que este “acordo” seria uma negociação feita de tal forma que o sujeito diria assim: “pago um preço para não saber que existe algo que ‘não cessa de não escrever’, e este preço é uma satisfação substitutiva que, ao mesmo tempo em que provoca um certo desprazer (*Unlust*), é onde posso obter minha satisfação”. O sintoma é, portanto, uma tentativa de criar uma harmonia ali, onde um menos se instalou provocando uma desarmonia.(s/p)

No que se refere ao contemporâneo, haveria alguma especificidade relacionada ao sintoma? Já sugerimos que ele se apresenta sob uma nova roupagem, contudo, ainda podemos nos perguntar como exatamente se manifesta essa mudança. Indo além, perguntamo-nos como a violência se manifesta nesse contexto.

5.4 Sintoma no contemporâneo

No contemporâneo, ocorre uma mudança na forma como o sintoma se apresenta, na medida em que ele veicula uma forma de gozo que parece prescindir do sentido. Não se trata aqui do retorno do recalcado, mas de um excedente produzido pela entrada do sujeito na linguagem, excedente esse que foi expulso do campo simbólico e que retorna em estado bruto na forma de um gozo sem tratamento. Referimo-nos aqui à *Austossung*, isto é, à negação primordial, constituída a partir do par afirmação/expulsão, que, ao mesmo tempo em que determina para o Eu todas as percepções boas e agradáveis, exclui dele aquelas desprazerosas, atribuindo-as ao não-Eu e expulsando-as da possibilidade de serem representadas.

Podemos dizer que essa operação configura uma primeira escrita simbólica, conforme Freud (1925/1996) esclarece:

Julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora que põe fim ao adiamento devido ao pensamento e conduz do pensar ao agir. (...) O estudo do julgamento nos permite, talvez pela primeira vez, uma compreensão interna (*insight*) da origem de uma função intelectual a partir da ação recíproca dos impulsos instituídos primários. Julgar é uma continuação, por toda extensão das linhas da conveniência, do processo original através do qual o ego integra coisas a si ou as expulsa de si, de acordo com o princípio do prazer. A polaridade de julgamento parece corresponder à oposição dos dois grupos de instintos que supusemos existir. A afirmação – como um substituto da união – pertence a Eros; a negativa – o sucessor da expulsão, pertence ao instinto da destruição. (p.268)

Essa expulsão, de acordo com Lacan (1985[1955-56]) é o que “constitui o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização” (p. 390)

No sintoma clássico, o sujeito goza do sentido, já no sintoma que se apresenta no contemporâneo, o gozo é sem sentido. No primeiro caso, não é difícil observar, no relato do sujeito em análise, a existência de um arranjo, uma harmonia ou mesmo um ponto de satisfação, justamente onde ele situa sua queixa. É justamente desse modo que ele se sustenta no mundo, através da construção desse enredo que lhe é particular e próprio. Já no segundo, notamos que essa particularidade do sintoma tende a desaparecer. Parece não haver enredo nem história. Vemos que, na sociedade contemporânea, marcada por uma visão hedonista do mundo, prevalece a ideia de que o

gozo é para todos, como se isso fosse possível. Parece não haver o que recalcar, ou ainda, o sintoma não adviria do recalque, inaugurando-se assim por outra via, na qual prevaleceria a vontade de gozo, que se evidenciaria mais do que o conflito subjetivo passível de interpretação. O que estaria em jogo seria uma satisfação pulsional resistente ao trabalho pela via da palavra.

Assim, estruturalmente, nas novas formas de sintoma, talvez possamos dizer que não se trata mais do retorno do recalcado, mas do que fora expulso do campo da representação e que retorna diretamente. Nessa configuração, o sem-sentido do real parece irromper de modo cada vez mais intenso. Não nos referimos, portanto, à *verdrangung*, mas a algo novo.

Lacan, num primeiro tempo de seu ensino, também entende que o sintoma tem um sentido passível de ser interpretado. Caberia ao analista possibilitar seu deciframento, articulando os significantes ofertados pelo sujeito, para produzir um saber, cuja revelação caminhará na direção da cura. Já num segundo momento, Lacan vai considerar o sintoma também como uma modalidade de gozo, proveniente de um elemento extraído do inconsciente, que estaria fora do discurso. Vale dizer que, embora sejam distintas, essas duas posições não se excluem.

Miller (1997), em seu seminário de Barcelona, desenvolve o argumento de que todo o ensino de Lacan gira em torno do par gozo e sentido do sintoma. Essa oposição também poderia, segundo ele, ser localizada na obra freudiana, em suas duas conferências sobre o sintoma.

Em ‘O sentido dos sintomas’, Freud enfatiza a vertente de sentido e praticamente não menciona o problema libidinal, em ‘Os caminhos da formação dos sintomas’ enfatiza a vertente de fixação libidinal, quer dizer, o gozo [...]. Esse é o caminho de Freud em seu segundo ciclo de conferências: vai do sentido ao gozo no sintoma. Este caminho – se lê em Freud em suas conferências populares dadas a um público de não analistas – é o caminho mesmo, se podemos sim dizer, da formação do ensino de Lacan. O binário ordenado, orientado vetorizado vai do sentido ao gozo. (Miller, 1997, p.13, tradução nossa)⁵

⁵En ‘El sentido de los síntomas’, Freud enfatiza la vertiente del sentido y prácticamente no menciona el problema libidinal, en ‘Los caminos de la formación de los síntomas’ enfatiza la vertiente de fijación libidinal, es decir, el goce. [...] Ese es el camino de Freud en su segundo ciclo de conferencias: va del sentido al goce en el sintoma. Este camino – se lee en Freud en sus conferencias populares dadas a un público de no analistas – es el camino mismo, si se puede decir así, de la formación de la enseñanza de Lacan. El binario ordenado, orientado, vectorizado va del sentido al goce. (Miller, 1997, p. 13)

O sintoma comporta, portanto, um *Sinn*, ou seja, um sentido inconsciente. Todavia, seu deciframento torna-se difícil, às vezes, porque o sujeito encontra nele também um gozo, uma satisfação pulsional. Assim, é a partir desse binarismo sentido/gozo no sintoma que Lacan apresenta as cinco operações pensadas a partir dessas duas vertentes, e que são apresentadas por Miller (1997) no seminário de Barcelona.

Na primeira operação, o modo de apreensão do sintoma é pela via da separação entre sentido e gozo. De um lado, o imaginário e, de outro, o simbólico. A dimensão da palavra é essencial, confere sentido, ou seja, o sentido nasce no eixo simbólico, ele precisa do significante do Outro, como interlocutor e como tesouro de significantes. Já no eixo imaginário está o que é da ordem da libido, da satisfação pulsional, que precisa ser descartada, pois o que interessa é decifrar o que há de real no sintoma pelo eixo simbólico, ou seja, traduzir o pulsional narcísico em simbólico. Nesse momento, para Lacan, o sintoma forma-se pela via do simbólico, embora se encontre obscuro para o sujeito por causa do imaginário. O sintoma, nessa operação, teria o sentido reprimido e, para decifrá-lo, seria preciso recorrer à vida do sujeito. Nas palavras de Miller (1997):

O sintoma aparece como um enigma. Se manifesta suportado por um significante cujo significado está reprimido, quer dizer, que foi comunicado a, ou aceito pelo, o Outro. Trata-se de um significante cujo significado está reprimido que constitui o sintomático. (p.16- tradução nossa)⁶

A segunda operação toma o sintoma de modo distinto: articula sentido e gozo, sendo que o sentido provém do outro, incluindo-se o gozo no sentido. O circuito pulsional articula-se ao semântico, incluindo a pulsão, porque a formação do sintoma não se dá somente pela via do simbólico. A dimensão da fantasia, com todo o campo do

⁶ “El síntoma aparece como un enigma. Se manifesta soportado por un significante cuyo significado está reprimido, es decir, que no há sido comunicado a, o aceptado por, el Otro. Se trata de un significante cuyo significado está reprimido que constituye lo sintomático.” (p. 16)

imaginário, também é retomada. O sintoma é o que possibilita a articulação entre sentido e gozo, constituindo-se numa via alternativa de satisfação.

Na terceira, depois de dividir e articular, Lacan propõe deduzir o gozo a partir do sentido, reconsiderando a noção de alienação. Na constituição do sujeito, incide um significante que vem do Outro. A separação complementa a operação de alienação. Diz Miller (1997): Primeiro há significante e sentido, é o que Lacan chama alienação; e num segundo tempo, há mais-de-gozar, é o que Lacan chama separação. (p.18, tradução nossa).

A quarta operação surge da terceira. Trata-se de produzir o mais-de-gozar. Lacan constrói o mais-de-gozar servindo-se da noção de mais-valia de Marx. Kaufmann (1996) esclarece essa derivação da seguinte maneira:

No discurso, o sujeito representa o significante junto a outro significante, representa o valor de troca junto ao valor de uso para acompanhar o modo como Marx trata da realidade econômica. Nessa falha entre o primeiro e o segundo significante, alguma coisa cai no alçapão resvala: a mais-valia, o mais-gozar. (p.223)

A quinta operação consistiria, finalmente, em enodar sentido e gozo. Segundo Miller (1997):

Nessa zona não tão articulada, não tão diferenciada como as outras, não se trata de equiparar identicas sentido e gozo. É o que Lacan chama o sentido gozado, mas, às vezes, opor de maneira radical sentido e gozo. É uma zona onde Lacan começou a discutir como tal a relação entre o sentido e o gozo. Provando muitas variações sobre isso. (p.18, tradução nossa)⁷

De que forma, então, podemos ler os atos agressivos e violentos presentes nas diversas manifestações dos jovens, na perspectiva do sintoma e considerando a relação entre as vertentes de gozo e sentido? Talvez pudéssemos responder essa questão propondo que tanto os atos agressivos quanto a violência são sintomas contemporâneos, nos quais, embora algum sentido possa ser encontrado, o que prevalece é o gozo.

⁷ “En esa zona no tan articulada, no tan diferenciada como las otras no se trata que equiparar, identificar sentido y goce. Es lo que Lacan lhama el sentido gozado. Pero, a veces, oponer de manera radical sentido y goce. Es una zona donde Lacan há empezado a discutir como tal la relación entre el sentido y el goce, probando muchas variaciones sobre eso.” (p. 18)

Desse modo, tomamos a violência como um sintoma. O sujeito não pode responder ao real, a não ser fazendo um sintoma. O sintoma é a resposta do sujeito ao traumático do real” (Laurent, 2004, p. 25). Célio Garcia (2004) adverte que “um discurso capitalista sem limite, sem ponto de impossível, leva ao retorno do real do que foi recalcado, retorno sem palavras entre reivindicação e violência” (p. 57). Parece que o que se busca é barrar em ato o que se apresenta como excessivo.

Não nos referimos exclusivamente ao mal-estar constitutivo da nossa condição de sujeito desejante, pois parece não haver tanto lugar assim para ele na pós-modernidade, mas a uma devastação provocada pelo excesso de gozo, que assola os jovens. Assim, na falta de tratamento do gozo, a dialética do desejo fica abolida e o objeto substitui o outro.

Assim, concordamos com Gutierrez (2003) quando ela afirma que “a violência e as relações afetivas fragilizadas denunciam esse imperativo, em que a relação com o outro se baseia na usurpação dos objetos e na indiferença afetiva” (p. 19). O que se vê e o que se vende é a ideia de que há sempre um jeito de se burlar as leis, desrespeitar as instituições, a partir do momento em que, o que está em causa é um benefício próprio. Não é a isso que os jovens estão expostos?

O sintoma carregado de gozo devasta o sujeito, exilando-o de seu desejo, que sobrevive, apesar de tudo, ainda que obstaculizado. Podemos situar aí a violência aparentemente gratuita, que mencionamos anteriormente, bem como as novas formas de apresentação do sintoma, insistindo sempre na ideia da presença de um sujeito.

O sujeito deve ser entendido aqui no sentido proposto por Lacan (1972-73/2008), tomado como ser de linguagem, que se representa entre dois significantes. Nesse sentido, observamos que o sujeito, na contemporaneidade, ao ser convidado incessantemente a não lidar com sua falta constitutiva, começa a atuar de modo violento e imediatista, ou seja, abrindo mão do simbólico, mas, ainda assim, resistindo, sustentando-se por essa via e apoiando-se precariamente nessa nova forma do sintoma.

Desse modo, consideramos essas manifestações, ainda que precárias, por trazer muito pouco do simbólico, como sintomas. Apostamos nessa discussão como meio de se pensar o laço social pelo tratamento do gozo, ofertando a proposição de investigar um novo modo de enlaçamento que trate da violência de outra maneira. Ou seja, por uma via alternativa à nomeação, à classificação e à punição como forma de equacionar o problema.

Desse modo, entendemos que, na contemporaneidade, os discursos veiculados pelo capitalismo e pela ciência tentam incessantemente, longe de acolher o sujeito em sua divisão, operar no sentido inverso, fazendo imperar a exclusão do sujeito de desejo, do sujeito do inconsciente. Desse modo, o rechaço do inconsciente parece produzir um tipo de sintoma que, como vimos, denuncia a prevalência da vertente da satisfação de um gozo que não porta nenhum sentido, no que se refere a uma mensagem inconsciente.

Isso porque a queda dos ideais é uma constatação marcante e evidente na atualidade. Não é difícil perceber que vivemos numa sociedade que parece não mais veicular, segundo Lebrun (2004), “a dimensão dos interditos fundadores, os do incesto e do assassinato, esses crimes que anulam em ato a distância que a lei da linguagem implica” (p. 120). Desse modo, permite-se evitar o confronto com a impossibilidade estrutural, já que o interdito não aparece. Nessa perspectiva, observamos a anterioridade do gozo em relação ao Outro da lei.

Mayer (2001) adverte-nos que “sem grandes sustentações afetivas nem identificações com papéis definidos e modelos confiáveis, tendo perdido a conexão com as raízes dadas pela tradição, pelos costumes e pela história, cada um deverá encarregar-se de preencher seu vazio com o que tenha ao alcance das mãos” (p. 97). A questão é, portanto, saber o que podemos ter ao alcance das mãos além da palavra.

É nessa vertente que nos propomos a considerar a violência junto aos jovens como um sintoma, uma resposta em ato, que evidencia uma nova modalidade de gozo, no contexto contemporâneo, marcado pelo capitalismo avançado e sua vertente consumista. Um excesso que transborda parece conviver paralela e paradoxalmente com um excesso de controle que tenta incessantemente contê-lo.

No próximo capítulo, pretendemos discutir se as tentativas de nomeação, classificação e sanção jurídica dessas novas modalidades de violência e atos agressivos podem traduzir um movimento social de contenção do real intratável, produzido por essa própria lógica de funcionamento contemporâneo.

6 SOBRE OS NOVOS SIGNIFICANTES

Levamos aqui a questão a respeito da função que significantes como o *Bullying*, por exemplo, entre outros, desempenham na relação que o laço social contemporâneo estabelece com os sintomas que proliferam como produtos do discurso, tal como definimos nos capítulos precedentes. Perguntamo-nos em que medida teriam sido forjados para tamponar um certo mal-estar contemporâneo, que tem assolado ainda mais os adolescentes, para além dos conflitos característicos dessa fase, levando-os a atitudes agressivas inusitadas e aparentemente gratuitas, desconectadas e caprichosas. A contemporaneidade parece, com isso, oferecer pseudossoluções para lidar com os impasses que ela mesma cria.

Assim, ao invés de desresponsabilizar ou vitimizar os jovens envolvidos com atos agressivos e violência, propomos a possibilidade de uma discussão mais ampla, que os considere como sujeitos de desejo às voltas com as dificuldades de se sustentar uma posição desejante. Nos dias atuais, várias ilusões são vendidas, fazendo com que o sujeito acredite na possibilidade de realizar plenamente seu desejo, confundindo-o através da multiplicação de demandas.

Quando a dimensão do Outro entra em cena, entretanto, não é apenas o objeto que está em questão. Ou seja, não se trata apenas do registro da demanda, mas de uma relação de amor, que não se dá apenas com o objeto. O que importa não é o objeto, e sim a mão que o dá. Quinet (2008) diz que:

É pertinente salientar que a busca do objeto perdido é o que constitui o desejo, sendo que este, a rigor, não tem objeto, pois o objeto do desejo é “aquele” que causa desejo e que nunca será satisfeito. O desejo não tem objeto como tal, ele tem uma causa, o objeto *a*, a causa do desejo. O desejo é articulado através da demanda, ou seja, é através das palavras que desliza o desejo. O enunciado é a própria dimensão da demanda, a qual não visa a um objeto e sim ao Outro a quem dirijo a minha fala: ela é um apelo ao Outro. O que caracteriza a demanda não é apenas a relação de um sujeito com outro sujeito, mas o fato de que essa relação se dá por intermédio da linguagem através do sistema de significantes. Isso leva Lacan a identificar a cadeia de significantes à demanda; assim, conseqüentemente, toda fala é uma demanda. (p. 89)

Por trás da demanda, encontra-se implícito o desejo. Mas, para que exista desejo, a falta se faz necessária. O desejo se mantém e se perpetua justamente por não encontrar seu objeto. Segundo Lacan(1998/1960):

O desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade: essa margem é a que a demanda, cujo apelo não pode ser incondicional, senão em relação ao Outro, abre sob a forma da possível falha que a necessidade pode aí introduzir, por não haver satisfação universal. (p. 828)

O desejo é, portanto, de acordo com a fórmula de Lacan, o resultado da subtração da necessidade em relação à demanda. Todavia, quando a contemporaneidade, numa tentativa de escamotear toda e qualquer falta, nomeia e rotula sintomas com o intuito de fazer deles objetos passíveis de tratamento, controle ou aprisionamento, torna-se ainda mais difícil escapar dessa armadilha, que visa, em última instância, aniquilar o desejo. Nega-se e desconsidera-se assim o valor das novas formas sintomáticas como possibilidades através das quais se poderia opor alguma forma de resistência à demanda avassaladora do mercado. Ainda que por vias incertas, problemáticas e arriscadas, o desejo mostra sua irredutibilidade à pura dimensão da necessidade.

É preciso escutar o que os jovens dizem e não apenas fazer com que se cale, punindo-os ou reprimindo suas manifestações. Se houvesse, de fato, alguma doença em questão, ela estaria muito mais do lado da sociedade do que do jovem. Trata-se de um vírus produzido principalmente pela conjuntura sociopolítica contemporânea, cuja vacina implicaria numa discussão bem mais ampla, que levasse em conta, sobretudo, o que é ofertado ao jovem para lidar com suas questões e mesmo para se proteger.

Assim, Foucault (1997) ajuda a esclarecer o que ocorre no contemporâneo, a partir de seu estudo sobre a loucura. Na sua obra *História da loucura*, ele constata que, na época do Renascimento, o louco vivia solto, errante, e vagava de cidade em cidade, participando da vida cotidiana. No campo das artes plásticas, as imagens da loucura fascinavam, por sua força trágica de revelação. Nelas, as ameaças, os segredos e o destino do louco ficavam expostos. Foucault analisa os quadros de Brueghel, nos quais aparecem figuras animais monstruosas, além de esqueletos que denunciam a desconstrução do humano, apontando para o trágico. São imagens que fascinam porque,

de certa forma, ocultam um saber, ainda que proibido e inacessível, senão aos loucos. A loucura assim compreendida detinha um saber, que dizia algo a respeito da verdade do homem, da sua natureza secreta, instaurando-se como experiência trágica.

Já nos campos discursivos literário e filosófico, Foucault (1997) percebe que a loucura recebia um tratamento diferente, na medida em que atraía, mas não fascinava. Nesse âmbito, a loucura é tratada como ilusão ou engano, nada tendo a dizer ao mundo e sendo contemplada apenas à distância. Apreendida desse modo, ela acaba por ser reduzida e transformada em objeto de escárnio. Assim, aos poucos, uma consciência começa a formar-se em torno dela, que, então, passa a ser inserida num universo moral e confiscada por uma razão dominadora.

Valendo-se do estudo de Foucault (1997), propomos uma analogia entre o que ocorreu com a loucura, no final do século XVIII, e o mal-estar, tal como o conceituou Freud (1930[1929]/1996) no mundo contemporâneo. A loucura sofre um processo de patologização, passando a ser estudada de forma mais ampla, contemplada por vários tipos de saber e entendida como um fenômeno que ocorre no interior do sujeito. Foi apenas a partir do século XVII que loucura e doença mental – duas configurações distintas – uniram-se e foram confundidas, sendo tomadas uma pela outra. Temos aí, portanto, o aparecimento de uma nova categoria patológica, a doença mental.

A loucura, então, não mais vista como desvio da ordem social, mas como um distúrbio mental, é aprisionada pelo saber médico, constituindo assim seu objeto de estudo. Passa assim a ser tratada por médicos e classificada pelos nosógrafos. O louco passa a não ser mais escutado nem considerado em sua subjetividade, de modo que seu discurso é negligenciado em prol de um discurso oficial sobre a loucura.

O que podemos conjecturar, a partir de tais constatações, é que, por mais que a loucura tenha sido dominada e tomada como objeto de estudo, ela também resiste e permanece, pois não há recurso nem recuo diante das trevas, da morte, do fim e da obscuridade. Em outras palavras, não há como dissociar enigma, loucura e tragédia, como nos mostrou Foucault (1997), mesmo que a medicina tente fazê-lo. O declínio da experiência trágica da loucura não pode ser negado, mas, mesmo que ela não tenha mais essa inscrição, ainda assim ela se faz presente. Ainda que se inscreva na doença ou em outros campos que estão postos na cultura, a loucura continua levantando para a razão questões que a razão não pode ou simplesmente não quer responder.

Se, para Foucault (1997), a loucura era a alteridade da razão no período clássico, hoje, a alteridade é o excluído, é o que está à margem. Desse modo, a loucura esvazia a obra que veiculava enquanto era alteridade da razão. Com a queda dos ideais, a razão deixa de estar no centro. Reduzida aos manuais classificatórios, a loucura torna-se, portanto, doença mental, perdendo seu valor simbólico de obra. Foucault (1964/2010) mesmo previu que um dia a figura da loucura se fecharia sobre si mesma, impossibilitando a decifração dos rastros que teria deixado. Também supunha que, embora a medicina pudesse fazer desaparecer a doença mental, valendo-se dos artifícios farmacológicos, algo permaneceria:

... a relação do homem com seus fantasmas, com seu impossível, com sua dor sem corpo, com sua carcaça da noite: uma vez que o patológico posto fora de circuito, a sombria pertença do homem à loucura será a memória sem idade de um mal apagado em sua forma de doença, mas obstinando-se como desgraça. (p. 211)

Como se pode ver, ele não aponta a loucura como alteridade da razão contemporânea. Ele sabe que ela vai ficar reduzida aos manuais classificatórios, transformando-se em doença mental e perdendo, portanto, seu valor de obra, seu valor simbólico. Em seu lugar, talvez encontremos novos substitutos. Ele ressalta também a contribuição de Freud, que descobrira, na loucura, não a identidade perdida de um sentido, mas a figura irruptiva de um significante que não é absolutamente como os outros, mas que comporta uma prodigiosa reserva de sentido. Foucault (1964), todavia, observa que:

Depois de Freud, a loucura ocidental tornou-se uma não linguagem, porque ela se tornou uma linguagem dupla (língua que não existe senão dentro dessa fala, fala que não diz senão sua língua) – quer dizer, uma matriz da linguagem que, em sentido estrito, não diz nada. Dobra do falado que é uma ausência de obra. (p. 216)

Todas essas considerações acerca da loucura parecem-nos pertinentemente aplicáveis ao mesmo processo de patologização que ocorre em relação ao mal-estar e à angústia que, parafraseando Lacan (1972-73/1985) *não cessam de não se escrever*. Parece não haver espaço para lidar com esses sentimentos, por isso, é preciso eliminá-

los a todo custo, valendo-se, sobretudo, de um controle medicamentoso, que representa uma tentativa radical de confiná-los no interior do discurso médico da doença mental ou dos transtornos psíquicos e de personalidade. A violência pode ser pensada aí como corolário desse arranjo, ou seja, como algo que acaba por irromper nessa tentativa frustrada de tudo tamponar, pela via do controle e da classificação.

Bispo (2011) explica que explica que a regulação do mal, ou mesmo a intenção de extirpá-lo é uma tarefa que transita do campo ético para o político por meio de uma variedade de práticas discursivas e mostra que. Birman (2007) destaca três ordens distintas de concepção do mal que comporiam um percurso histórico: ética, religiosa e terapêutica. Nesse sentido, cada modalidade discursiva comportaria um tratamento diferenciado para a questão do mal, que resultaria respectivamente em práticas orientadas para o ‘cuidado de si’, para a ‘salvação’ e para a ‘cura’.

“A convocação dos discursos da psicologia e da psiquiatria para se pronunciar numa avaliação psicológica do criminoso coloca o crime como potencialmente pertencente ao campo da saúde. Nesse caso, se o criminoso porta uma psicopatologia, o controle do mal que ele pode ocasionar ao laço social passa por uma necessidade terapêutica. Entretanto, essa convocação não elimina da cena social as outras duas possibilidades, ou seja, que o crime seja considerado uma degenerescência moral (ordem ética) ou uma afetação maligna (ordem religiosa).(...) Na ausência de uma psicopatologia explícita ou de uma psicose extraordinária, a primeira explicação para a prática mais ou menos recorrente de crimes violentos é uma estruturação perversa da personalidade (lógica que também está associada à noção de psicopatia). Ambos os pressupostos estão vinculados a uma expectativa social que se reflete numa demanda jurídica pela avaliação de uma suposta predisposição ao crime. A recente querela sobre a participação do psicólogo no exame criminológico ilustra bem essa interface. Quando se resolve proibir os psicólogos de realizar exame criminológico e de produzir documentos para subsidiar decisões judiciais durante a execução da pena do sentenciado (Resolução CFP N° 009/2010), o que se coloca em xeque é, dentre outros elementos, a possibilidade de avaliação da periculosidade de um indivíduo. Nosso argumento, no que toca o diagnóstico em psicanálise, sugere que nem toda perversão se caracteriza por uma propensão à criminalidade. A recíproca também é verdadeira: nem toda maldade é perversa.” (Bispo, 2011 s/p)

Prosseguindo, apesar de a sociedade contemporânea acenar com possibilidades infinitas de felicidade plena, convidando o sujeito a não lidar com sua castração, comercializando o segredo dessa suposta e almejada condição, não há como negar ser impossível extinguir a angústia e o mal-estar da cultura. O que notamos é que eles se expressam através de fenômenos como stress, depressão, episódios psicossomáticos, adição às drogas, síndrome do pânico, enfim, toda uma série vivências subjetivas que surgem acompanhadas de significantes que estão aí para nomeá-las. O poder discursivo

da medicina científica faz-se presente hoje no campo da vida de tal forma que se torna cada vez mais comum estabelecer-se um parecer ou um diagnóstico médico para quase todas as questões existenciais. Trata-se de uma perspectiva que visa identificar sempre uma explicação orgânica, ou mesmo genética, para todos os problemas vivenciais e emocionais do ser humano.

Goldemberg (2009) ressalta, a esse respeito, que o *DiagnosticandStatistical Manual of Mental Disorders (DSM) - IV*⁸,

... perfilando-se como um ilustrativo representante do nosso tempo (...), é o manual de um tempo em que a felicidade já pode ser diagnosticada como doença e remediada graças a drogas como Prozac e seus sucessores; em que a timidez, a compulsão a comprar, o desejo de fumar ou de transar com alguém do mesmo sexo são candidatos a entrar na lista da próxima versão atualizada, com outros tantos transtornos de conduta ou mentais, com um coquetel de remédios caros para corrigi-los. (...) Isso tudo resulta da cultura em que vivemos: são suas demandas sendo atendidas, constituindo um mercado de bens e serviços. (p.38)

Uma pesquisa recente realizou um estudo crítico do *DSM-V*, que deverá ser lançado em maio de 2013, concluindo que as diferenças clínicas, epistemológicas e éticas entre a abordagem do *DSM-V* e a da Psicanálise permitem explicitar as consequências dos propósitos dos formuladores do manual,

... de medir o que, desde Freud, foi situado como incomensurável: a quantidade de libido na formação dos sintomas. Para tais formuladores, a mensuração que lhes permite as escalas relacionadas às dimensões é um resultado do avanço da ciência. Porém, para a psicanálise, a incomensurabilidade em jogo na satisfação libidinal própria ao sintoma não é um sinal de pouco avanço científico, marca um real sem o qual o exercício da clínica torna-se mera ortopedia. (Laia et al, 2010/2011, p.66)

Trata-se, pois, do mesmo procedimento denunciado por Foucault (1997) em relação à loucura. Ou seja, propomos uma leitura que leve em conta esse estratagema, considerando suas repercussões e efeitos sobre o sujeito.

É nessa perspectiva que consideramos as novas expressões utilizadas para nomear os atos agressivos e de violência praticados e sofridos pelos jovens. Dentre

⁸ DSM: classificação dos transtornos mentais da Associação Americana de Psiquiatria.

outros, o significante *bullying*, criado para nomear tais atos, chama-nos a atenção. Como situá-lo no contexto do laço social contemporâneo e que tipo de leitura pode-se fazer desse fenômeno? Aventamos a possibilidade de tomá-lo como uma estratégia que, pela via da classificação, tratamento, controle e punição, visa a conter o que sempre esteve presente na adolescência, mas que, agora, adquire outras proporções e demanda novos tratamentos discursivos.

A modalização da violência e dos atos agressivos pode significar uma forma de denúncia velada dos jovens, imersos numa sociedade que parece não mais ofertar soluções para que possam lidar com a sensação de desamparo e desorientação diante das exigências da vida, que se tornam ainda mais intensas nesse período da adolescência. Agir dessa maneira poderia ser uma forma de se tentar suprimir o mal-estar ocasionado pela angústia, pensada com Lacan como um sinal da falta de falta. Lacan (1962-63/2005) propõe um conceito de angústia que difere daquele de Freud, que a concebe como um sinal de perigo de uma perda. Para Lacan, há angústia quando a ausência do objeto, necessária para causar o desejo, falta, fazendo com que o sujeito veja-se às voltas com um real inominável.

Segundo Roudinesco (2004), do ponto de vista clínico,

A angústia, quando se torna patológica, pode ser superada se o sujeito consegue desviar-se desse trauma real e distanciar-se do pavor da ausência, fonte de decepção. Ele pode, então, apreender seu significado, isso é, na terminologia lacaniana, designar o grande Outro, essa lei simbólica que o determina em sua relação com o desejo. Podemos compreender: a angústia é, ao mesmo tempo necessária à vida do desejo impossível de evitar, sob pena de engodo e, finalmente, relativamente controlável, *quando sua origem pode ser simbolizada*. [itálicos nossos] (p. 15)

Freud (1926[1925]1996), no que se refere à angústia, reformula sua teoria ao constatar que é a angústia que produz o recalque do desejo e não o contrário. Daí, podemos entender que o desejo constitui o remédio para a angústia. Lacan (1962-63/2005) afirma que a angústia não é sem objeto, ou seja, ela se refere ao objeto *a*, causa do desejo. Por conseguinte, quando Lacan se refere à falta da falta, isso significa que falta o desejo. Daí pensarmos de que modo a violência irrompe no cenário contemporâneo, onde cada vez menos há espaço para o desejo.

Assim, uma vez que a adolescência situa um tempo de atualização dos valores transmitidos na infância, bem como de colocação à prova dos ideais paternos recebidos,

as promessas sedutoras da propaganda capitalista tentam capturar os jovens, vendendo-lhes a ideia de que podem realizar-se a partir do momento em que adquirem certos objetos ou assumem determinadas condutas. Essa leitura vem então reiterar a ideia do consumismo como o grande ideal que emerge na contemporaneidade. Parece não mais haver lugar para a falta. O objeto, não mais cumprindo a função de causa de desejo, sustenta a ilusão de satisfazê-lo, dissimulando a angústia que, nem por isso, aplaca-se com esse engodo.

No seminário sobre a angústia, Lacan (1962-63/2005), ao falar da passagem ao ato e do *acting out*, considera-os como formas de resposta diante do encontro com o objeto *a*. Declara também, em outra ocasião (Lacan, 1959[1960]) que o objeto *a* é um significante que nomeia com uma letra algo que, embora desconhecido do sujeito, o constitui na medida em que é o objeto causa de desejo. Assim sendo, por mais que se tente, não há como substituí-lo definitivamente. Mesmo que o sujeito almeje encontrar seu equivalente na realidade empírica, isso é da ordem do impossível, pois os objetos da experiência sempre guardam uma defasagem em relação à causa do desejo. O objeto *a* é estrutural, ele é um operador, não há possibilidade de que ele seja encontrado no mundo dos objetos. Segundo Lacan (1959[1960]), o objeto *a* “como objeto parcial não é apenas parte ou peça desvinculada do dispositivo que aqui imagina o corpo, mas elemento da estrutura desde a origem e, por assim dizer, da distribuição das cartas da partida que se joga” (p. 689).

Voltamos assim à hipótese de que as manifestações agressivas e violentas dos jovens configuram-se como um novo sintoma que marca, portanto, a existência de um sujeito dividido. Diferentemente, pois, do que propunha Melman (2003), não se trata do apagamento da divisão subjetiva (ver discussão das pp. 77 et seq., acima). O consumo desenfreado, a violência e os atos agressivos podem servir como formas de tentar barrar a angústia. Algo novo, porém, imerso na profusão dos estilhaços simbólicos, retorna e insiste em aparecer como índice de um gozo em estado bruto. Diferente do sintoma clássico, no qual a *bedeutung* referida ao gozo estaria articulada a um *sinn*, isto é, a um sentido (ver exposição das pp. 81 et seq.).

Retomando, pois, essa discussão acerca do estatuto do sintoma na subjetividade, lembramos que, para Freud (1916-1917/1996), a Psicanálise estabeleceu que “os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente (...) têm uma conexão com a vida de quem os produz” (p. 265). Sabemos, com Freud, em *Algumas*

ideias sobre desenvolvimento e regressão (1916-17/1996), que os sintomas resultam de um conflito, que surge

... pela frustração, em consequência da qual a libido, impedida de encontrar satisfação, é forçada a procurar outros objetos e outros caminhos. A condição necessária do conflito é que esses outros caminhos e objetos suscitem desaprovação em uma parte da personalidade, de forma que se impõe um veto que impossibilita o novo método de satisfação, tal como se apresenta. A partir daí a formação dos sintomas prossegue seu curso (...). As tendências libidinais rechaçadas conseguem, não obstante, abrir caminho por algumas vias indiretas, embora, verdadeiramente, não sem levar em conta a objeção, submetendo-se a algumas deformações e atenuações. As vias indiretas são aquelas que tomam a formação dos sintomas; estes constituem a satisfação nova ou substituta, que se tornou necessária devido ao fato de frustração. (p. 353)

O sintoma constitui assim um recurso que se relaciona a uma insatisfação do sujeito, articulada a um impossível estrutural e advinda de um sofrimento, cujo objetivo visa garantir mínima e precariamente uma organização. O sujeito busca defender-se dos conteúdos inconscientes que o ameaçam. Por esse motivo, tende a recalá-los daí surge o sintoma, que faz com que uma representação recalçada torne-se mais suportável, ainda que a custo da manutenção do conflito. Em *Inibições, Sintomas e Ansiedade*, Freud (1926[1925]/1996) diz que “o sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de repressão” (p. 95) e, ainda, afirma o seguinte:

É do próprio sintoma que provém o mal, pois o sintoma, sendo o verdadeiro substituto e derivativo do impulso reprimido, executa o papel do segundo; ele continuamente renova suas exigências de satisfação e assim obriga o ego, por sua vez, a dar o sinal de desprazer e a colocar-se em uma posição de defesa. (p. 102)

Nesse sentido, o sujeito, ao fazer um sintoma, busca proteger-se de um sofrimento maior, ainda que pague um preço por isso. O sintoma funciona, portanto, como o substituto e o derivado do reprimido, daí a dificuldade para removê-lo. Traz algo da dimensão do “querer dizer”, uma intenção de significação, uma metáfora que envolve algo do sentido.

Dessa forma, retomando as duas vertentes do sintoma, lançamos a seguinte questão: o que é da dimensão de referência do sintoma – *bedeutung* – se o que temos em

suas duas vertentes é, de um lado, o recalcado, pela via de seu retorno e, de outro, a fantasia, como fixação de gozo? Considerando a *bedeutung* como fixação de gozo, isto é, como ponto de fixação da pulsão a um estágio anterior do desenvolvimento libidinal, tem-se com Lacan, a questão do entrincheiramento da satisfação – e da fixação, portanto – no objeto. Assim, a formulação do objeto *a* visa, em certa medida, à resolução do impasse desenvolvimentista com que Freud deparou-se, no sentido de pensar a pulsão a partir de estádios que se superam sucessivamente (ou que deveriam assim superar-se). O que a noção de objeto *a* permite pensar é que a parcialidade é constitutiva e estruturadora da pulsão, ou seja, não há superação completa dos estádios pensados por Freud. Há sempre um resto. A pulsão estará sempre ligada a uma dimensão parcial do objeto que alimenta as fantasias do sujeito. Desse modo, a *bedeutung* aproxima-se da fantasia e deve ser entendida como um véu que ao mesmo tempo mostra e esconde do próprio sujeito esse ponto de fixação, que é a marca do real propriamente dito do gozo

A angústia sinaliza o perigo e aciona mecanismos de defesa, proporcionando a formação de sintomas. Se não há sinal, o ego perde a barreira protetora frente aos estímulos, precipitando o aparecimento da angústia em ato.

Reiteramos então que algo novo apresenta-se no sintoma, algo que se localiza mais no campo pulsional do que na dimensão do sentido. Em outros termos, retomamos a discussão exposta anteriormente (ver pp. 80 et seq.) sobre a *Austossung*, que aponta para algo mais originário, anterior ao recalque, mas que se coloca como a própria condição de sua possibilidade e que funda o encontro do sujeito com a linguagem. Trata-se de um outro nível de violência e de organização estrutural. Se, no caso do sintoma clássico, temos, com a sublimação, um dos destinos da pulsão, uma passagem em estado bruto da energia, provocando um enlaçamento com o Outro, no caso do novo sintoma, entendemos que essa passagem em estado bruto se dá engendrando um desenlace que pode culminar na destruição do outro.

Miller no Seminário de Barcelona (1997), explica que Lacan no seminário XX enfatiza o gozo em sua não relação com o simbólico, e propõe um inconsciente cuja intenção não é mais a significação, mas o gozo. E diz também que para Freud, não existe oposição entre sentido e gozo. Ao contrário o que está suficientemente marcado em seu texto é a junção entre esses dois termos, ou seja, o fato de que a satisfação pulsional incide nas palavras e através delas, é que o objetivo último do *witz* – uma elaboração significativa que gera uma significação nova – é o ganho de prazer.

Logo, tendo como cenário o contexto contemporâneo, entendemos que o mal-estar presente na atualidade, engendrado pela carência de referentes consistentes, capazes de promover o apaziguamento das pulsões, tem produzido sintomas cada vez mais devastadores, sobretudo junto aos jovens. O sintoma, como vimos, é o que se infla de sentido, mas também é algo que pode ocultar o sujeito, embora não chegue a apagá-lo. Podemos dizer que, nos casos de manifestações de violência, o sintoma parece responder mais à exigência do gozo do que à sua renúncia. Daí, de acordo com Santos (2001) “a psicanálise não tem mais o que desrecalcar, o que decifrar, não se trata mais de um sentido a ser liberado, mas sim de fazer vacilar a convicção da satisfação” (p. 333).

Os novos sintomas apontam assim para a prevalência da satisfação, fixada em um modo que parece excluir qualquer sentido ligado a uma mensagem inconsciente. Neles, a vertente do ato é ressaltada. Consideramos esse ponto fundamental para o esclarecimento das novas formas sintomáticas dos adolescentes, plenas de gozo e esvaziadas de sentido, que podem ser tomadas como modos de se traduzir, ou mesmo de denunciar, um arranjo mais complexo. Não se trata de procurar um sentido em si, mas de fazer uma leitura capaz de comportar um sem sentido.

Nessa perspectiva, se temos, com Freud (1921/1996), que toda psicologia individual é também social, podemos falar de um “sintoma social”.

É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está inteiramente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (Freud, 1921/1996, p. 81)

Na noção de discurso proposta por Lacan, fica claro que não há singularidade fora do laço social, de modo que não há como excluir o sujeito das tramas da cultura. O que observamos na cultura incide em cada um de forma singular. Assim, destacando a relação do sintoma com a subjetividade e a contemporaneidade, podemos dizer que o sintoma social contemporâneo estaria ligado à busca por um objeto que supostamente acenasse, ou mesmo realizasse a promessa de um gozo pleno, sem falhas.

Freud (1940[1938]), em *A divisão do ego no processo de defesa*, explica que, diante de um conflito entre a manutenção de uma exigência pulsional e a proibição por parte da realidade, o sujeito pode rejeitar a realidade, recusando aceitar qualquer proibição. Pode também reconhecer o perigo da realidade, assumir o medo desse perigo como sintoma patológico e, em seguida, tentar desfazer-se do medo. Todavia, isso se dá às custas de uma fenda no ego, que aumenta à medida que o tempo passa. Nas duas saídas, ambas as partes envolvidas na disputa obtêm sua cota: por um lado, a pulsão conserva sua possibilidade de satisfação e, por outro, a realidade não deixa de ser levada em consideração.

Podemos, nesse sentido, considerar as atitudes violentas dos jovens como respostas à insatisfação decorrente da falta de acesso aos últimos objetos que devem possuir, na medida em que a vida e os valores têm se tornado reféns dos ditames do mercado. Na busca pela satisfação, parecem rejeitar a realidade e, assim, fica difícil conter a revolta que tem ganhado espaço, sobretudo nos lugares onde a aglomeração de jovens é maior, como na escola, onde cresce a intolerância por qualquer coisa ou pessoa que se oponha a essa lógica da satisfação imediata.

Não deixa de ser oportuno lembrarmos também do que Freud (1918[1917]/1996) nomeia como narcisismo das pequenas diferenças. São pequenas diferenças reais que faz com que o outro seja impedido de ser um perfeito semelhante, ocasionando um ódio que advém assim da proximidade e não da distância. Ou seja, a intolerância ao outro é exibida muito mais em relação às diferenças próximas, que revelam, por sua vez, uma tentativa de se excluir algo que também diz respeito a si próprio. Levado ao extremo, tal sentimento pode desembocar em atitudes hostis e segregatórias, que visam, portanto, eliminar toda e qualquer diferença. Na esteira desse raciocínio, Moreira et al(2008) acrescenta que “na base do mal contemporâneo encontra-se o narcisismo, tomado como condição em que se rejeita a alteridade, tendo por princípio determinante a supressão de tudo que é outro” (p. 1037). Podemos dizer que esse horror ao que não é familiar não deixa de contribuir também em favor de uma “normalização” da sociedade.

Ferrari (2007) lembra também que, se o discurso político pacifica, socializa, sua singularidade supõe exatamente, uma guerra contra o semelhante, já que, ao fabricar um Outro que pode garantir a identidade, acaba segregando pela via da homogeneização. Trata-se do caráter segregativo de uma sociedade que impõe conformismo,

previsibilidade de comportamentos e isolamento. Daí, “diante da inconsistência do Outro e imersos em falta de esperança, já que não podemos mais nos sustentar no Outro, somos enviados ao terrível real da segregação” (p. 276).

A esse respeito, Lacan (1967/2003) nos diz que “nosso futuro de mercado comum encontrará seu equilíbrio numa extensão cada vez mais dura dos processos de segregação” (p. 263), ou seja, da eliminação de tudo o que é diferente. O que advém daí é o crescimento das gangues, das tribos e dos bandos, como uma resposta consoante com essa lógica.

Nesse contexto, podemos pensar na importância da discussão a respeito das políticas de inclusão, como elas se dão e, mais ainda, o quanto, paradoxalmente, acabam por promover a exclusão. Isso é interessante justamente porque incluir é também consentir com a exclusão. Talvez fosse mais pertinente considerar o que diz o jovem quando, num aparente contrassenso, pede: “me inclua fora dessa”. Trata-se de um dizer que ultrapassa essa lógica inclusão/exclusão, que traz a marca da segregação. Observamos, por exemplo, o quanto o jovem de hoje que não se inclui nos rigores da tecnologia passa a ser discriminado, humilhado, chegando a sentir-se envergonhado por não conseguir acompanhar às determinações do consumo. Não deixa de ser interessante trazer aqui a observação de Rassial (1999) sobre o bando:

O que anima o bando, o que designa um Outro do chefe, isto é, o detentor suposto da lógica daquele socius, não deve ser localizado no interior do grupo, mas no exterior: é o inimigo do bando. (...) o chefe do bando, então, é aquele que se parece, o máximo possível com esse Inimigo, sendo ao mesmo tempo um ‘bom mestre’: isto, naturalmente, fracassa e anima as querelas internas do bando. (p. 73)

Ao mínimo de reprovação, agride-se o outro, já que poucos suportam ser criticados ou contestados. Assim, podemos pensar que a violência aumenta na proporção da frustração, em decorrência de um fracasso que é menos do sujeito do que da sociedade. Sabemos que o mundo em que vivemos é farto em exigências para gozar disso ou daquilo, na roda do mais de gozo alimentada pela frustração que o capital não elimina. E a segregação mostra sua careta, como a vingança do deus da globalização, da classificação, corrompendo amores e aumentando a solidão dos sujeitos” (Ferrari, 2007, p.275)

Nesse sentido, não podemos, por exemplo, considerar o *bullying* sem configurá-lo como um ou mesmo vários casos isolados, recusando os registros social e político aí implicados. Trata-se, antes, de um arranjo, uma nomeação que surge em resposta à civilização contemporânea. Assim, optamos por tomá-lo pela via do “sintoma social” sem nos esquecermos também de que se trata de uma posição subjetiva às voltas com o gozo. Ou seja, há uma dimensão sociopolítica, mas há também uma dimensão singular. Em outras palavras, é preciso considerar que se trata de um sintoma social, mas também de uma resposta singular, de modo que cada sujeito encontra, nesse sintoma social, uma solução particular para tratar do seu gozo.

Referimo-nos aqui também ao *bullying* praticado fora do ambiente escolar, que tem como alvo as minorias, e cujos efeitos, segundo Fleig (1999) atestam a falência moral, fazendo desaparecer a normatividade social, já que uma norma só tem caráter vinculante para o sujeito que se encontra referido por ideais compartilhados e valorizados pelo laço social. Com o rompimento dos laços com esses ideais, a dissolução do caráter vinculante da lei põe em risco a viabilidade do tecido social e, logo, a própria viabilidade subjetiva de cada um. Nas palavras de Fleig (1999):

“O sintoma social de nossa cultura se propõe como solução para os impasses do gozo e do mal estar da civilização pela promessa do preenchimento da falta através do encontro do objeto adequado ao gozo. Mas tal solução substitutiva produz um impasse específico: a realização do gozo buscado tende a coincidir com a efetivação da morte.”(s/p)

Os atos agressivos e violentos podem revelar tal tendência. Tudo isso nos instiga e convoca a pensar na possibilidade de considerar o significante *bullying* também como um recurso de que se vale a contemporaneidade, para, através da nomeação, promover seu tratamento, ou mesmo sua extinção, como se, desse modo, fosse possível extirpar o mal e a violência. Não consentir com o mal-estar, acreditando na possibilidade de erradicá-lo, configuraria uma solução?

Assim fortalecido, o significante ganha espaço na sociedade, corporifica-se e passa a circular nas mais variadas esferas, principalmente ao ser apropriado pela mídia. Não é difícil encontrar matérias e reportagens que versam sobre o tema nos principais jornais e revistas de circulação nacional e internacional.

No livro *Proteja seu filho do bullying* (Beane, 2010) enumera o que considera como sendo algumas causas comuns do *bullying*: *inveja*: comum entre meninas, pois garotas mais bonitas e/ou populares entre os homens podem ser vítimas de outras meninas; *medo*: todo mundo tem medo de ser piada, logo algumas pessoas consideram que atacar é a melhor defesa; *egocentrismo*: muitos atacam e provocam para ser o centro das atenções, e são incapazes de perceber a dor que causam nos outros; *confiança na própria superioridade*: as pessoas às vezes aprendem que são melhores do que as outras e que não devem se associar às perdedoras; *proteger a própria imagem*: algumas pessoas tentam controlar a sua autoimagem evitando que as pessoas diferentes (ou vistas como tal) façam parte de seu círculo de amizades; *violência na mídia*: algumas pesquisas mostram que a violência da televisão torna os jovens mais agressivos e menos solidários; *ambiente familiar ruim*: a falta de afeto em casa costuma aumentar a possibilidade de um jovem praticar *bullying*, bem como castigos físicos; *mentalidade de grupo*: para os grupos de pessoas, o ‘outro’ ajuda a criar identidade. Aquele que é diferente dá união ao grupo. (Beane, 2010)

É curioso perceber o quanto esses significantes, apresentados como responsáveis por causar o *bullying*, caracterizam o próprio período da adolescência. É difícil imaginar um adolescente que não padeça de inveja, medo, ou mesmo que não experimente dificuldades em relação à própria imagem. A questão da imagem corporal na adolescência é crucial, pois, além de sofrer mudanças, ela adquire um novo estatuto. Trata-se agora de um corpo imerso nas redes de relações com o Outro, que passa a ser o suporte do desejo, através do qual “o sujeito subjetiva seu estatuto de objeto para o Outro” (Rassial, 1999, p.128) Manifestações dismorfofóbicas são frequentes na adolescência, na medida em que a imagem corporal é ultrapassada pelas transformações da puberdade.

No que se refere às formações grupais, não podemos encontrar outro momento da vida em que elas se façam mais presentes, como vimos no capítulo sobre a adolescência (p. 50 et seq.). Quanto ao ambiente familiar ruim, seria preciso esclarecer melhor o que isso significa, por se tratar de uma questão complexa. Estabelecer parâmetros ou critérios para se identificar o que seria o “ruim” pressupõe uma lógica daquilo que seria o bom “para todos”, o que, na perspectiva psicanalítica, não se sustenta. A consideração precisa ser feita no caso a caso, no singular e não no particular, já que não se trata da ideia do “todo”. O particular tomaria “algumas” famílias que não

funcionam bem, em contraste com o todo do “todas as famílias” deveriam ser assim. O singular, por outro lado, contempla o laço específico estabelecido por um sujeito com seu Outro particular, atravessado pelo campo das significações que ele não pode expressar a não ser por sua própria fala, quando pode tomar a palavra.

No que se refere à violência na mídia, ela poderia ser inclusive um fator importante para propiciar o desencadeamento da violência. Hoje os grupos também se articulam através das redes sociais virtuais, que ganham importância fundamental nesse contexto, promovendo e incentivando várias modalidades de torturas, agressões ou insultos. De qualquer forma, porém, ainda temos que admitir que jogos e brincadeiras violentas sempre existiram em todas as épocas. Será que os rituais bárbaros da Idade Média, como a Inquisição ou mesmo os espetáculos de sacrifícios aos quais os cristãos eram submetidos na Roma antiga chegaram a ser responsáveis pelo aumento de violência na época? Talvez pudéssemos conjecturar que a diferença residiria no fato de que, nos rituais antigos de violência, haveria ainda um pressuposto simbólico que visava justificar ou mesmo avalizar tais atos. Agia-se em nome de um ideal, ou mesmo de alguém, ainda que isso pudesse parecer bárbaro e inumano. Hoje, entretanto, a violência adquire outros contornos, ou melhor, é difícil discernir-lhe bem os contornos. Tem aparecido de modo inusitado, surpreendendo por seu caráter de gratuidade e, por isso mesmo, tem causado tanto horror, como nos exemplos citados no início deste trabalho (ver p. 10 et seq.).

Supomos que não é a partir da detecção desses fatores, supostamente causadores das atitudes violentas nos casos de *bullying*, que o problema seria resolvido. Mesmo porque, como dissemos, eles são inerentes à própria condição adolescente. São elementos estruturais da adolescência e não há como erradicá-los. A ideia de se construir um discurso reeducativo a partir de tais constatações não parece eficaz. Detectar e tratar não são práticas suficientes, ou melhor, não se cura o sujeito dessas características, pois a adolescência não é uma patologia. A construção de propriedades taxativas dos atos agressivos comporta o efeito segregativo que destacamos anteriormente (ver p. 80 et seq.), na medida em que constituem classes imaginárias de sujeitos que devem ser excluídos. Mais que isso, exclui o sujeito na medida em que ele próprio é tomado por uma classe abstrata. Não é mais necessário escutar o sofrimento desse jovem, na medida em que tudo o que se precisava saber sobre ele já teria sido dito pela nomeação “*bullying*”. Ou seja, se o adolescente apresenta qualquer dessas

manifestações listadas, ele deve, segundo esse discurso classificatório, ser combatido. O que termina por tornar-se um mecanismo de controle tão violento quanto o próprio fenômeno que pretende controlar.

Rassial (1999) observa que:

Ao avaliar em primeiro lugar tanto nossas impotências quanto nossas impossibilidades – por exemplo, de permitir-lhes “a felicidade” – que deixamos alguma chance ao adolescente delinquente. Pois apenas somente uma possibilidade pode lhe ser aberta: a possibilidade de compartilhar alienações banais e comuns, não acentuando o recalque para suprimir o sintoma, mas usando esse sintoma na invenção possível de um discurso onde seu desejo não seja mais fechado por passagens ao ato, sempre decepcionantes em seus efeitos, quando não dramáticas. (p. 83)

Discutir amplamente com os adolescentes suas questões, abrindo espaço para que eles possam falar por si mesmos de suas próprias aflições, ainda que pareça utópico, pode ser uma possibilidade. Mesmo determinado por um discurso que o antecede, tomado como “aborrecente”, imerso numa “intensa crise de autoafirmação”, considerado como “rebelde sem causa”, faz-se interessante, para, além disso, que o adolescente possa posicionar-se frente ao que o determina. Ou seja, não se deve adotar apenas uma posição condescendente, procurando justificar sempre as ações do sujeito a partir do significado do Outro, daquilo que supostamente poderia vir a determiná-lo. Isso por que é na dimensão da fala que algo que é próprio de cada adolescente pode ser elaborado. É no campo da palavra que pode ser realizada toda a digestão dos significados que a cultura disponibiliza para os sofrimentos que lhes acometem nessa fase de transformações.

A esse respeito, vale lembrar os versos de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa (1935/1990), para ilustrarmos a condição do adolescente:

Começo a conhecer-me. Não existo.
Sou o intervalo entre o que desejo ser e os outros me fizeram
Ou metade desse intervalo, porque também há vida
Sou isso, enfim...(413)

Logo, é preciso não apenas continuar ofertando significantes para que ele continue a se alienar (vítima ou algoz do *bullying*, anorético, bulímico, portador de

síndrome do pânico...), mas, antes, é importante permitir que ele se descubra nesse intervalo, ou seja, como um ser que se reapresenta no intervalo entre dois significantes, que é a dimensão real da vida, “porque também há vida”, ainda que não se possa saber dela toda.

Em uma reportagem, com o título *Bullying, a violência cresce nas escolas*, publicada no jornal *O Globo*, de 23 de maio de 2010, no Caderno *Ciência e Saúde*, a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, que recentemente lançou um livro com o título *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado*, com mais de 400 mil exemplares vendidos, afirma que isso se trata de um problema que os pais e educadores têm o dever de solucionar:

De quem é a responsabilidade? Sem aliviar a psiquiatra é categórica: dos adultos, isto é, dos pais, dos profissionais da escola, inclusive nos casos de cyberbullying, em que há dificuldade de acessar o mundo frequentado pelo adolescente. Pais e educadores precisam descobrir se a criança é vítima de bullying, se é praticante ou espectadora, e depois devem elaborar uma estratégia para combater o problema. (Silva, 2010b, p.38)

Indo mais além, de acordo com a reportagem, a psiquiatra defende inclusive que sejam adotadas políticas concretas para se combater o *bullying* no espaço escolar, sugerindo a instalação de câmeras nos espaços onde as crianças passam o recreio, alegando ser esse o momento em que as agressões são mais frequentes. No que se refere à privacidade das crianças, ela argumenta:

Sinceramente, que privacidade a criança precisa ter na hora do recreio? A escola é um espaço para se ensinar ética e cidadania. Ela também pode trabalhar o tema de várias formas, premiando a vítima, como montando uma peça de teatro “anti-bullying”, ou propondo um concurso para o melhor vídeo feito pelas crianças sobre o assunto. É nessa hora que o agressor se retrai – garante. (p. 38)

Uma primeira leitura dessa reportagem remete-nos às reflexões trazidas por Foucault (2003) em *As verdades e as formas jurídicas*. Tanto a punição quanto a vigilância constituem, para ele, poderes destinados a educar as pessoas, e se fazem presentes não só nas escolas, mas também nas prisões e hospitais. Diz Foucault (1973/2003):

Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão – e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar, quanto de constituir sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. (p.88)

Destaca o sistema chamado Panóptico que é um centro penitenciário ideal desenhado pelo filósofo Jeremy Bentham (2000) em 1785. O conceito do desenho permite a um vigilante que se coloque na torre central, num espaço circular, para observar todos os prisioneiros, sem que eles consigam divisar o observador.. A ideia é a de que, para a economia do poder, torna-se mais rentável vigiar que punir. Foucault (1987) esclarece que: “cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado” (1987, p.170). Faz então uma crítica à escola, como um espaço entendido como um aparelho ideológico a serviço da normalização.

Vemos hoje que as técnicas e estratégias de evitação ou de contenção dos problemas dominam a cena social, em nome de uma pretensa segurança. Toda estratégia, porém, que visa conter, já carrega consigo a denúncia de que a contenção não elimina o fluxo. Conter significa exatamente manter em certos limites; impedir de avançar; refrear; mas não extinguir. Logo, o efeito pode ser contrário ao que se espera. Uma barragem pode romper-se pela pressão que sofre, caso não haja vertedouros, ou caso sejam insuficientes para promover um bom escoamento. Os danos decorrentes dessa situação podem ser muito mais graves. Desse modo, vemos que esse tipo de controle não é tão eficaz quanto possa parecer.

Na última lição do *Segurança, Território e População*, Foucault (1977-78/2008) fala do controle horizontal e a céu aberto. A disseminação de tecnologias como câmeras, celulares e internet, visando a um controle mais eficiente dos indivíduos, dá testemunho disso. É como se um olho que tudo vê nos acompanhasse em toda parte.

Esse é o campo da disciplina dos corpos, do qual, sem dúvida, a escola acaba por fazer parte, sendo uma instituição que vigia e pune. A escola tende então a tornar-se cada vez mais atravessada pela lógica do controle social. Daí a proposta de câmeras, onde antes outros mecanismos simbólicos, como a nota, o desempenho e a avaliação eram suficientes para garantir a gestão do controle e a punição. Hoje se demanda que haja um controle permanente, inclusive entre pares. A solução proposta pela psiquiatra, de colocar os próprios jovens para representarem situações de *bullying*, vem ainda criar

um mecanismo adicional de controle. Além do controle vertical, institui-se o atravessamento da gestão do controle horizontal, ou seja, um jovem vigiando o outro.

É fundamental evitar que a escola se torne um espaço ainda mais excludente e segregador, alicerçado em lógicas estritamente corretivo-adaptativas. É preciso suportar o mal-estar que se produz, para que algo diferente possa acontecer, pois, como observa Tânia Ferreira (2001):

Quando uma instituição ou seus componentes deliberam por saturar o mal-estar de seus clientes – seja o mal-estar de seu sintoma ou o mal-estar de sua inserção na cultura – a exclusão, a perturbação da ordem, as dificuldades de laço social – a instituição torna-se, ela mesma fonte de mal-estar. (...) Uma instituição pode funcionar no lugar do fantasma, cuja lógica sutura a divisão do sujeito, não permitindo que o sujeito possa advir como resposta do real, do impossível de suportar. Isso quando no lugar da pergunta do sujeito, aparece a resposta da instituição. Não há lugar para o desejo. Não há lugar para a pergunta que o sujeito deveria se fazer diante do impossível de suportar. A resposta é antecipada. (p. 109)

Desse modo, ao agredir e humilhar o diferente, o jovem expressa uma dificuldade para lidar com a alteridade e mesmo para suportá-la. Ou seja, parece não conhecer outra via para construir ali um laço social. Daí a necessidade de fazer com que ele se interrogue sobre isso e trate suas questões com a mediação da fala e da linguagem, implicando-se no destino que dá a elas. É preciso lembrar que suportar a diferença implica suportar a própria castração, pois a alteridade está relacionada com a posição do sujeito frente ao Outro. Quando sua posição desejante vacila, ele tende a obturar sua divisão, não consentindo com a castração. Decorrem daí os embaraços para se lidar com o Outro.

Para a Psicanálise, não se trata de modelar o eu a partir de um lugar de saber que possa interessar ao sujeito, ou seja, um saber do Outro sobre ele. Isso significaria eximilo da responsabilidade diante de suas decisões e aliená-lo duplamente. Como propõe Ferrari (2007) “Preferir o caminho do não saber que implica não ser agente de discurso instituído e, conseqüentemente, de juízo prévio diante do outro, é o que possibilita localizar a verdade do sujeito, na psicanálise pura ou aplicada.” (p.6)

A cartilha lançada pelo CNJ, que mencionamos no início desse trabalho (p.11) contendo instruções sobre como identificar e se proteger do *bullying*, tem sido distribuída em todas as escolas. Não temos o intuito de negar que, de fato, os casos de agressões precisam ser considerados e até controlados. É justamente por entendermos

que se trata de uma questão complexa e não pouco delicada que não nos furtamos a discuti-la. Todavia, o que propomos, com a Psicanálise, é procurar desvelar o que estaria por trás dessa estratégia, tanto do lado dos jovens quanto das autoridades.

No início deste estudo, apontamos algumas estatísticas a respeito do crescimento da violência junto aos jovens na atualidade. Nosso intuito era apenas mostrar que, de fato, trata-se de uma realidade que não podemos desconsiderar. Entretanto, convém dizer que questionamos aqui a função da estatística como instrumento a serviço do controle e da dominação, na medida em que é através desse recurso que a classificação é desencadeada. Celio Garcia (2008) faz menção à crítica feita pelo filósofo Ian Hacking (2004-05), sobre a classificação como operação de engessamento das pessoas, que, em nosso entendimento, merece ser considerada.

Trata-se de um artigo “*Neuf Impératifs des sciences qui classifient les gens*”⁹ que compõe uma série intitulada de “*Façonner les gens*”, que se encontra publicado no site eletrônico do Collège de France. O próprio autor, Hacking (2004/05), justifica o título dizendo que “*façonner* é um verbo antigo, cuja origem remonta em torno do ano de 1175, e que, de um modo geral, significa “trabalhar uma matéria para lhe dar uma forma particular” (tradução nossa, p.15).¹⁰ É também empregado para indicar uma ação positiva sobre uma pessoa: *façonner* alguém pode equivaler a formar, educar, incitar um comportamento, incutir certas maneiras ou qualidades.

Pesquisando a história da estatística, Hacking (2004-05) observa que a política dos números constitui um aspecto daquilo que Foucault denominou como biopolítica, e ressalta também o que designa como poder das palavras e magia dos nomes:

Dê um qualificativo comum a alguém: bonito ou feio, e ele pode se tornar bonito ou feio. A consciência desse fato banal transparece na observação de Nietzsche que o *nome das coisas* importa infinitamente mais do que o que elas são. No aforismo de Nietzsche, não se encontra exatamente a constatação de que os nomes são mais importantes que as coisas. Nietzsche coloca antes um problema que uma constatação. A relação paradoxal entre os nomes e as coisas lhe causa ‘a grande dificuldade’. A dificuldade, diz ele, é de se dar conta disso. As relações entre os nomes dos tipos de pessoas e as pessoas são, também para nós, uma enorme dificuldade. Em princípio – como bons positivistas conscienciosos – dizemos que as coisas são mais importantes que seus nomes, mas devemos admitir – às vezes com uma certa consternação – que os nomes das

⁹ Nove Imperativos que classificam as pessoas

¹⁰Le verbe *façonner* est ancien. Son origine remonte aux alentours de 1175. Il a le sens général de « travailler une matière pour lui donner une forme particulière »

categorias de pessoas são frequentemente muito importantes, e que são importantes, mesmo na concepção que os indivíduos têm de si mesmos. (tradução nossa, p. 03)¹¹

A leitura desse estudo de Hacking levou-nos a pensar numa articulação ou mesmo num diálogo com a Psicanálise. Ressaltamos a importância de uma interlocução com outros campos de saber, conforme salientamos em nosso capítulo sobre a metodologia. Notamos, sem grandes dificuldades, o quanto as pessoas hoje parecem ávidas por encontrar um significante que possa nomear e diagnosticar qualquer tipo de incômodo que experimentam. Isso não é sem consequência, pois pode levar o sujeito a alojar-se confortavelmente sob a égide desse significante, de modo passivo e sem se interrogar e implicar-se nas suas próprias questões. Por outro lado, para a sociedade, isso tem se tornado muito importante e não menos eficaz, sobretudo porque é por essa via que tanto o controle quanto a dominação se efetivam. Assim, proliferam manuais classificatórios, que, a cada nova edição criam inúmeras categorias diagnósticas, quase a ponto de haver uma categoria para cada traço específico de sofrimento. O *DSM-V* que será lançado em breve ilustra e testemunha o que acabamos de dizer.

Hacking (2004-05) diz ainda que a questão da nomeação tem um efeito tão forte que, inclusive, pode fazer com que a pessoa possa ser forjada a partir dele. Seu estudo visa assim a entender a interação entre as classificações científicas e as pessoas classificadas. É justamente esse ponto que – com a Psicanálise – nos propomos a interrogar, fazendo vacilar e não nos comprometendo com a lógica do “para todos”. Desse modo, a contribuição de Hacking tem para nós grande relevância. Ele lembra que, desde a Idade Média, já havia classificações das pessoas, de suas características e comportamentos. Exemplifica mostrando como a teoria da influência dos planetas pôde ser corroborada pela crença vigente de que o normal, para uma pessoa nascida sob o signo de saturno, era ser triste, de modo que de nada lhe adiantaria tentar procurar o

¹¹ « Donnez un qualificatif commun à quelqu'un, laid ou beau, et il peut devenir laid ou beau. La conscience de ce fait banal transparait dans la remarque de Nietzsche, que *le nom des choses* importe infiniment plus que ce qu'elles sont. Dans l'aphorisme de Nietzsche, on ne trouve pas exactement *le constat* que les noms sont plus importants que les choses. Nietzsche pose un problème plutôt qu'un constat. Le rapport paradoxal entre les noms et les choses lui cause « la plus grande difficulté ». La difficulté, dit-il, est de s'en « rendre compte ». Les rapports entre les noms des types de gens, et les gens, sont pour nous aussi une très grande difficulté. En principe, en bons positivistes consciencieux, nous disons que les choses sont plus importantes que leurs noms, mais nous devons admettre – avec parfois une certaine consternation – que les noms des catégories de gens sont souvent assez importants, et qu'ils sont importants même dans la conception que les individus ont d'eux-mêmes. »

caminho da felicidade. Desse modo, engessada por um determinismo impresso por um significativo, a única opção seria consentir com o destino.

Queremos mostrar assim que, na perspectiva da Psicanálise, o que interessa é denunciar esses arranjos que, ao identificar e rotular o sujeito, em nada contribuem para que ele consiga lidar com sua condição essencialmente desejante que o constitui. Antes, pelo contrário, cria maiores dificuldades e obstáculos, deixando-o na condição de “assujeitado”, alienado aos significantes da civilização. Hacking (2004-05) cita e critica os nove imperativos do que denomina as “ciências que classificam as pessoas”, que será interessante mencionar resumidamente, na medida em que, para a Psicanálise, trata-se exatamente do contrário, ou seja, de uma prática que é preciso suspender.

O primeiro deles diz que devemos sempre definir, para que possamos criar classificações precisas e possibilitar o surgimento de outras novas. O segundo proclama a necessidade de contar e correlacionar. O terceiro imperativo diz que é preciso quantificar, transformar qualidades em quantidades. Ele explica, por exemplo, que “quando as qualidades tornam-se quantitativas, a corpulência, por exemplo, torna-se obesidade, definida pelo índice de massa corporal”.¹² (Hacking, 2004/05, p.13 tradução nossa), e logo pode ser mensurável. O quarto impõe a medicalização, o que requer a distinção entre o que é doença ou não. O quinto estabelece a normalização, que pressupõe a definição de normas mensuráveis a partir do delineamento do normal ou do são, e do anormal ou patológico. O sexto defende a biologização. Faz-se necessário encontrar a origem biológica das características dos transtornos e dos comportamentos humanos. O sétimo demarca a importância de se tornar genético, ou seja, de procurar sempre uma resposta na genética. O oitavo insiste que devemos burocratizar, adaptando as classificações às necessidades administrativas. E, finalmente, o último imperativo consiste em se tomar posse da identidade atribuída na classificação. Hacking observa que essa autoapropriação de uma classe pelos seus membros é um processo muito eficaz nos dias de hoje.

Nosso intuito aqui, ao expormos esses imperativos, consiste, sobretudo, em rechaçá-los, desacreditando totalmente na perspectiva que aposta na importância e eficácia desses procedimentos para ofertar algum tratamento. A cartilha do *bullying* citada anteriormente deixa entrever alguns desses recursos. O que observamos, desde

¹² « Quand les qualités deviennent quantitatives, la corpulence, par exemple, devient l'obésité, définie par l'Indice de Masse Corporelle »

que esse significante passou a circular, ganhando inclusive um estatuto jurídico, é a quantidade de pessoas que já fazem uso dele para se colocar principalmente na posição de vítima, abrigando-se nele. Vemos assim o quanto a questão é complexa, embora para as ciências classificatórias pareça bastante simples, bastando fazer uso dos imperativos enumerados por Hacking.

Numa primeira leitura notamos, além disso, que em nenhum desses imperativos o sujeito é contemplado, ficando sempre relegado a uma posição de objeto, refém do olhar clínico do médico, dos números do estatístico, do *gen* dos geneticistas, do atestado comprobatório do burocrata, ou do elemento que o constitui no grupo.

Agamben (2010) também constata essa exclusão do sujeito do campo da política, operada pela reafirmação cada vez mais contundente da biopolítica. Segundo ele, esse movimento resulta numa expansão do poder soberano sobre os corpos, que entram nos cálculos da biopolítica esvaziados justamente de todo o caráter político que a vida (*bíos*) poderia comportar. Ele afirma que esse movimento se desloca “para as zonas sempre mais amplas da vida social, nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito, com o sacerdote” (p. 119). Isso significa, no caso dos adolescentes, que estes passariam a ser tomados como simples corpos (vida nua), aos quais os saberes médico, jurídico ou científico, por exemplo, seriam aplicáveis em vista do controle social (que pode, aqui, aproximar-se da função que poder soberano assume na citação de Agamben). É o que ele chama de uma “incompreensível intrusão de princípios biológico-científicos na ordem política” (p. 119).

Célio Garcia (2007) explica que a lógica que sustenta o irregular é a não predicativa. Hacking (2004-05) observa que o fato de se aplicar uma categorização aos indivíduos pode afetá-los de maneira direta, sobretudo quanto ao tipo de relação que se estabelece com eles. Há instituições cujo objetivo é regularizar, vigiar, numerar, controlar, reformar, verificar, curar, confinar, internar – enfim, normalizar. Nesse contexto, os professores e funcionários da educação distinguem-se como a maior classe de normalizadores. No caso do *bullying*, podemos ver as iniciativas visando a essa normalização, inclusive com a elaboração da cartilha que mencionamos anteriormente, que contou com a ajuda de educadores. A classificação parte assim do pressuposto de que, pela elaboração de critérios, seria possível um conhecimento objetivo do ser humano, passível então de ser agrupado em determinada categoria.

Hacking (2005-05) chama a atenção ainda para o fato de que a criminologia emerge concomitantemente à sociologia quantitativa, com a publicação de estatísticas criminais pelo Ministério de Justiça da França. Sua origem se encontra na estatística e nas teorias que acreditam num determinismo biológico ligado à delinquência, remontando à antropologia criminal de Cesare Lombroso. Assim, pelas mãos de Lombroso, o criminoso tornou-se uma espécie particular de ser humano, cujo reconhecimento se daria através da medição de suas características antropométricas.

Sabemos que, atualmente, tais argumentos são consensualmente tidos como estúpidos e mesmo ultrapassados. Entretanto, por outro lado, ainda hoje a construção de perfis psicológicos e criminais, não somente são aceitos, como também amplamente utilizados. Como esclarece Hacking (2004-05):

Falar de propensão criminal deveria parecer ao mesmo tempo grotesco e arcaico. Arcaico não: é um discurso bem vivo. Assim podemos ler em um texto de 1990 ‘nossa primeira tese é a de que a repartição dos indivíduos quanto aos traços latentes da propensão ao crime segue uma distribuição normal’. (p. 20, tradução nossa)¹³

Concordamos com o autor quando ele entende que um criminoso é alguém que comete um crime e não um tipo ou espécie de indivíduo, embora, desde o nascimento da criminologia, o criminoso passou a ser considerado como um tipo particular de ser humano, com isso o ‘comportamento criminal’ não é apenas comportamento, mas também uma propensão. Passa-se, por exemplo, da violência à impulsão, caracterizada como uma tendência comportamental proveniente de diagnósticos psiquiátricos, encontrada em manuais como o DSM IV e CID 10. Desse modo, temos o esboço da fabricação de tipos humanos biológicos ou biologizados, que comportam uma mistura complexa de critérios químicos e clínicos.

¹³ « Parler de propension criminelle devrait paraître à la fois grotesque et archaïque. Archaïque, non : c’est un discours bien vivant. Ainsi peut-on lire, dans un texte de 1990 : « notre première thèse est que la répartition des individus quant aux traits latents de la propension au crime suit une distribution normale »

A importância de Foucault e Goffman também é ressaltada por Hacking (2004-05). O primeiro por mostrar como foram criados os asilos, manicômios e hospitais gerais. O segundo pela análise do modo como tais instituições são capazes de estigmatizar as pessoas como anormais.

Assim, qualificar o comportamento de um jovem de delinquente faz parte do que faz dele um delinquente. É nesse sentido que o estudo de Hacking não deixa de ser pertinente para pensarmos os efeitos das nomeações, bem como para criticar a proliferação de transtornos e síndromes presentes na atualidade.

Nesse contexto, um estudo realizado recentemente por uma equipe da Universidade de Rockefeller, nos EUA, coordenado pelo cientista Yoav Litvin (2011) e publicado na *Revista Physiology & Behavior* de março de 2011, chamou-nos a atenção. Trata-se de uma pesquisa com o objetivo de analisar o comportamento e a anatomia de camundongos submetidos a uma situação de estresse social crônico, semelhante à pressão sofrida pelos alunos vítimas de *bullying*. A conclusão a que chegaram, ao término da pesquisa, é a de que todos os animais que foram submetidos a tal estresse apresentaram mudança de comportamento. A partir daí, procedeu-se a uma investigação e uma análise do cérebro dos animais, registrando-se um aumento dos receptores de vasopressina, especialmente na região da amígdala, área considerada como o centro emocional do cérebro.

Tal pesquisa ilustra bem o papel da ciência no contemporâneo, que, como vimos, ultrapassa o sujeito, desconsiderando-o totalmente. Como responder a isso? Longe de negar que, de fato, algo possa a vir ocorrer no cérebro das pessoas que passam por experiências, boas ou ruins, a ponto de interferir em sua química, queremos propor outra via, que permita ao sujeito ultrapassar essa condição estritamente biológica, quando se trata de questões intimamente relacionadas com algo da ordem do psiquismo e dos laços sociais. Os efeitos de tal pesquisa podem inclusive promover desdobramentos inusitados, talvez, por exemplo, com a descoberta de um medicamento capaz de restituir a química cerebral, eliminando assim os efeitos estressores provocados pelo *bullying*.

Na perspectiva científica, o conhecimento a respeito do homem tem se tornado um tipo de saber articulado ao poder, a serviço do controle e da adaptação a certos valores vigentes. A pretensa hegemonia do saber tende assim a criar categorias fechadas e não menos limitadas para referir-se à experiência humana. Leite (2011) sugere que:

Essas categorias prévias, ao oferecerem explicações para o comportamento, recobrem o real do sofrimento e diminuem a angústia que emerge diante do não-saber sobre esse sofrimento, o que explica a adesão maciça do público a essa nova forma de explicação. E reduzem ou mesmo impedem que o próprio homem, a partir de uma experiência singular, encontre as respostas para a sua vivência, que construa, a partir da experiência pessoal, um sentido para o seu sofrimento e sua vida (p. 30)

Podemos supor também que o discurso médico, atrelado ao procedimento classificatório, tem se tornado hegemônico ao proporcionar um certo alívio, a partir da nomeação de algo enigmático para o próprio sujeito. “Essa nomeação, no entanto, acaba por excluir o próprio sujeito e sua responsabilidade sobre o sintoma. A inquietação é silenciada, mas também as possibilidades de inscrição do sujeito e do seu desejo são perdidas. (Leite, 2011, p. 36)

O saber científico pode assim ser convocado pelo sujeito para definir-lhe traços. Entretanto, essa imputação pelo Outro do saber não é sem consequências. No caso do *bullying*, não se trata de um traço, mas de um signo, um nome produzido pela cultura que pode deixar marcas no sujeito, uma vez associado a uma dificuldade de lidar com a alteridade.

Esse ponto para nós é fundamental. Lacan (1968/2003) alerta para o fato de que o discurso da ciência reforça a segregação, como vimos (ver pp. 109 et seq.) – e aqui também incluímos as modalidades classificatórias – e que o desenvolvimento tecnológico só pode ocorrer em detrimento do sujeito. Desse modo, não mais desavisados, temos a possibilidade de nos valermos dessas constatações para escutar os efeitos desses arranjos e o modo como eles incidem na subjetividade dos jovens, no caso a caso. Quais as repercussões e o modo como cada um deles lida com isso? No caso do *bullying*, é curioso ouvir alguns jovens dizerem que, se antes agiam de forma violenta com os colegas, agredindo-os, era porque não sabiam que isso era *bullying*, isentando-se da responsabilidade. É como se o crime só passasse a existir depois da lei (se pudéssemos falar em crime nesse caso). Por outro lado, os que sofrem as agressões encontram agora justificção para suas dificuldades. Faz-se necessário, portanto, um movimento que permita aos jovens recusar a associação entre esse rótulo, essa nomeação – *bullying* – e a comunidade de gozo à qual ele poderia remetê-lo.

Mais importante ainda, porém, é ressaltar que praticamente todos esses rótulos usados para as classificações de comportamentos ou patologias excluem a dimensão

subjetiva. Não há referência à palavra, à cadeia significativa, mas aos traços e características do sujeito.

A reflexão trazida por Ferreira (2001), ao avaliar a situação dos meninos que vivem nas ruas, pode também contribuir para pensarmos a questão da agressividade e da violência dos adolescentes no ambiente escolar. O próprio título do livro, *Os meninos e a rua*, em vez de *Os meninos de rua*, deixa entrever o cuidado da autora em não fazer desses meninos uma classe segregadora. A autora salienta o seguinte:

Um programa para ‘menino de rua’, fundado nos traços da trajetória desse menino, não viria perpetuar a tirania desse significante? Todos serão atendidos, desde que sejam ‘de rua’. Se deixarem de ser, não terão mais lugar ali, junto àqueles com os quais conseguiu fazer um laço afetivo. Se todos são ‘de rua’, já não se pergunta mais o que é ser ‘um’. O significante ‘menino de rua’ marca o corpo e a história dessas crianças e adolescentes, perpetuando sua condição. Nesse significante cravado no corpo estão presos, pois nele crêem. (p. 20)

Ela entende que os dispositivos criados para tratar dessas crianças que estão nas ruas precisam contemplar três dimensões: a educativa, a clínica e a política. Pensamos também ser importante considerar essas três dimensões nas intervenções com os adolescentes. Assim, justificamos que uma dimensão educativa torna-se importante para propiciar aos jovens a produção de um saber, a partir daquele que eles já possuem, que possa promover um engajamento subjetivo em seus próprios atos. Uma dimensão política também é importante, visto que seus atos não estão desconectados do contexto socioeconômico contemporâneo em que vivem, e, portanto, não deixam de interferir na subjetividade desses jovens. Finalmente, uma dimensão clínica é fundamental, com a oferta da escuta e da palavra, pois a passagem pela adolescência traz embaraços, dificuldades e também coloca em causa o laço social, “não apenas em seu nível mais microcósmico, a família, mas também nos princípios constitutivos da sociedade” (Rassial, 1999, p.201). Entendemos a importância de que um espaço seja sustentado, onde a palavra de cada um tenha lugar na construção de possibilidades, de saídas ou soluções. Um lugar onde fosse possível “de um lado, inscrever o mal-estar produzido pela cultura e, de outro, o sintoma, texto do sujeito” (Ferreira, 2001, p.23).

Nessa perspectiva, pretendemos suscitar o debate, contribuindo para que as novas modalidades de violência e atos agressivos dos jovens sejam discutidas e contempladas na dimensão do sintoma, ressaltando-se os arranjos contemporâneos de

controle e segregação, que visa contê-los através da classificação e da nomeação. Sem esquecer a recomendação de Laurent (2010) de que “um psicanalista que não souber se orientar na sociedade onde trabalha e vive, nos debates que a agitam, não estaria apto para se encarregar dos destinos da instituição psicanalítica” (p. 37). O que nos leva a crer na importância da consideração do contexto sociopolítico no qual estamos inseridos.

7 CONCLUSÃO

É assim que apostamos na importância da Psicanálise, ou seja, no modo como ela opera sobre o sintoma pela via da palavra, fazendo com que a subjetividade se constitua, na medida em que coloca o sujeito diante do que ele fala, como ser de linguagem, no intuito de evocar algo da dimensão da verdade, da enunciação, e até mesmo do desejo. Embora estejamos imersos na história, na cultura, não raro os arranjos da sociedade contribuem para que isso fique esquecido e para que o sujeito deixe de se interrogar sobre o seu desejo, rendendo-se ao imperativo do gozo, que inviabiliza o julgamento crítico.

Daí a importância constante de uma interlocução entre a Psicanálise e os outros campos de saber, bem como de uma leitura crítica das conjunturas política, econômica, cultural e ética do mundo contemporâneo, que podem trazer especificidades relevantes para um diálogo com a clínica, fazendo avançar a teoria. Pois, de todo modo, o sintoma não deixa de ser um produto do laço social, embora seja na singularidade do caso a caso que a invenção de um novo modo de enlaçamento ao Outro precisa ocorrer. A perspectiva do *não-todo*, ao invés de levar o sujeito a apostar no vale tudo, deveria inspirar uma lógica de abordagem do sujeito do inconsciente, a partir da dimensão do desejo.

Daí também a importância e a atualidade da Psicanálise, em sua função de apostar na linguagem como uma saída ética, por meio da qual o sujeito pode responsabilizar-se por seus atos e por seu desejo. Lacan (1950/2003), ao falar sobre a criminologia, entende que, “se ela é capaz de humanizar o tratamento do criminoso, só o faz a despeito de um declínio de sua humanidade, ao supor que o homem se deixe reconhecer por seus semelhantes pelos atos cuja responsabilidade ele assume” (p. 127).

Podemos dizer, com a Psicanálise, que existe um determinismo inconsciente que faz parte da nossa constituição desde as origens. Contudo, por outro lado, sabemos também que a experiência psicanalítica, ao fazer com que nos defrontemos com esse saber, permite-nos escolhas singulares. Laurent (2010) diz que:

Os significantes mestres circulam entre as gerações mais além dos indivíduos. Lacan podia falar da transmissão de uma bofetada entre várias gerações. Produzi-los consiste em liberar o sujeito de sua ingenuidade e de sua perplexidade e em recorrer ao labirinto de gozo onde se enodam a repetição, a culpa, a agressividade, a depressão, a agitação violenta. Será preciso isolar os significantes familiares que, na sua contingência, contribuem à formação e estabilização dos modos de satisfação que constituem o fantasma. (p. 39)

Passar da clínica do universal para a clínica do sujeito. Ofertar ao jovem a possibilidade de um laço, uma conexão para que ele invente um modo de vida diverso, onde possa alojar seu gozo e sustentar seu desejo, sem fazer uso de práticas de ruptura e exclusão, que envolvam atos agressivos e violentos. Acreditamos na produção de um saber extraído sob transferência, pelo enlaçamento dos significantes do sujeito, que o retire do gozo solitário, ou mesmo que faça com que ele seja abalado e renovado.

Célio Garcia (2004) esclarece que o sujeito é efeito de um ato,

Ele vem depois do ato. Tal como o sujeito em outras circunstâncias, já que o sujeito não precede o ato; suas intenções, eventualmente bem intencionadas, não saberiam ser garantia de uma resposta cujas determinações fizessem parte de um saber fora do seu alcance. (p. 56)

A afirmação lacaniana de que somos sempre responsáveis por nossa posição de sujeito evidencia a posição da psicanálise no que diz respeito à responsabilidade.

Em seu texto sobre a responsabilidade dos jovens, Barreto (2004) diz:

“Miller, na sua carta *A ternura dos terroristas* se endereça à opinião esclarecida, acentuando que o inconsciente não exonera a humanidade, ao contrário, instala uma espécie de ‘decifra-me, ou te devoro’, imperativo ético, exigindo a responsabilidade pelas consequências que nos pesam. Logo, a responsabilidade estende seu império para mais além da intencionalidade. É preciso destacar aqui que o psicanalista não é um juiz, não trata da imputabilidade e sim da responsabilidade. Ou seja, de tomar o sujeito como agente da sua própria vida e suas escansões singulares.” (p. 82).

Nesse sentido, entendemos que escutar o adolescente torna-se imprescindível e urgente, para impedir que o impulso ao hedonismo, que contamina a sociedade, não inviabilize que se recolha a singularidade do sintoma de cada um. Entra aí também a educação, como um meio de propiciar-lhe recursos simbólicos para lidar com o outro

sem se opor a ele, sem discriminá-lo. É preciso possibilitar-lhe a construção do campo significativo que irá representá-lo diante do Outro.

Apostamos na palavra como o lugar onde o curso do destino pode ser alterado, pois, de outro modo, infelizmente, será apenas através de atos e atuações que tanto a verdade quanto a dor poderão expressar-se. A psicanálise aposta assim no sujeito, como um ser submetido às leis da linguagem, e, logo, sensível ao poder da palavra.

Entendemos finalmente a importância de não recuarmos frente ao insuportável, ao real, desnudando a verdade do sintoma e abrindo espaço para o desejo que ele mascara. Somente o saber sobre a verdade da causa do desejo pode levar o homem a ser capaz de fazer suas escolhas e produzir transformações em sua própria vida. Portanto, nossa intenção com este trabalho foi trazer reflexões e provocações que pudessem contribuir para a inauguração de um novo modo de convívio entre os homens, que prescindia de atos agressivos, bárbaros e violentos, tão frequentemente banalizados no contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, G. (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2ª Ed.). Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Alberti, S. (2008). O sujeito entre psicanálise e ciência. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 14(2), 47-63.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Areguy, E. (2000, 14 de outubro). Inventar novos caminhos [Caderno de Cultura]. *Estado de Minas*, p. 3.
- Badiou, A. (1995). *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Barreto, C. (2004). A responsabilidade dos jovens. In: M. S. Mezencio & C. P. Mattos (Org.), *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas do corpo, os modos de vida* (pp. 82-90). Belo Horizonte: EBP-MG.
- Barros, F. O. (2005). *Do direito ao Pai: A paternidade no tribunal e na vida*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2011). Estranhas aventuras da privacidade (3). In: *44 cartas do mundo líquido moderno* (pp. 44-47). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos.
- Beane, A. (2010). *Proteja seu filho do bullying*. Rio de Janeiro: Editora BestSeller.
- Bentham, J. (2000). *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Birman, J. (1994). *Psicanálise, Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Birman, J. (2003). *Mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2006) Tatuando o Desamparo. A Juventude na Atualidade. In: M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes* (pp. 25-43). São Paulo: Editora Escuta, Biblioteca de Psicopatologia Fundamental.
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal: Agressividade, violência, crueldade*. Rio de Janeiro: Record.

- Bispo, F. S. (2011). Criminalidade e Psicopatologia: toda maldade é perversa? In: *I Congresso Latino-Americano de Psicanálise na Universidade (CONLAPSA)*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência* (Folha Explica). São Paulo: Publifolha.
- Campos, A. (1990). Começo a conhecer-me. In: F. Pessoa, *Obra Poética* (vol. único). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. (Poema original escrito em 1935)
- Chauí, M. (1980, janeiro). Ideologia e educação. In: *Educação & Sociedade* (5, pp. 24-40). Campinas, SP: Cortez/Autores Associados/Cedes.
- Coelho dos Santos, T. (2001). *Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Costa, A. & Poli, M. C. (2010). Sexuação na adolescência: um ato performativo. *Revista de Psicologia Política*, 10(19), 141-150.
- Cunha, A. G. et al. (1982). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro.
- Debieux Rosa, M. (2004, setembro). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: Metodologia e fundamentação teórica. *Revista mal-estar e subjetividade (Fortaleza)*, 4(2), 329-348.
- Drummond, C. (2005, junho). A orientação do objeto. *Revista Curinga (EPB-MG)*, 21, 81-86.
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In: S. Alberti & L. Elia, *Clínica e pesquisa em psicanálise* (pp. 19-35). Rio de Janeiro, RJ: Rios ambiciosos.
- Farias, F. R. (1996). A pesquisa em psicanálise: o cogito cartesiano e o inconsciente freudiano. In: F. R. Farias (Org.), *Freud: o interesse científico de uma filosofia inquieta* (pp. 19-39). Rio de Janeiro: Revinter.
- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e Violência. *Revista de Psicologia Clínica (Rio de Janeiro)*, 18(2), 49-62.
- Ferrari, I. F. (2007, setembro). Realidade social: a violência, a segregação e a falta de vergonha. *Revista Mal Estar e Subjetividade (Fortaleza)*, 7(2), 269-284.
- Ferreira, A. B. H. (1987). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Nova fronteira: Rio de Janeiro.
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a rua: uma interpelação à Psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC.

- Fleig, M. (1999). Metapsicologia do sujeito moderno [Versão eletrônica]. *Psicologia, Reflexão e Crítica [online]*, 12(3). Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721999000300014&script=sci_arttext.
- Fortes, I. (2004). O sofrimento na cultura atual: Hedonismo versus Alteridade. In: C. A. P. Junior (Org.), *Formas de subjetivação* (pp. 69-94). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir - nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1997). *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Foucault, M. (2003). *A verdade e as formas jurídicas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nau. (Conferência original proferida em 1973)
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes. (Curso original ministrado no Collège de France em 1977-78)
- Foucault, M. (2010). Lacan, o “Libertador” da Psicanálise. In: M. B. da Motta (Org.), *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (3ª ed.), Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Texto original escrito em 1981 - Ditos e escritos I)
- Foucault, M. (2010). A loucura, a Ausência da Obra. In: M. B. da Motta (Org.), *Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (3ª ed.), Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Texto original escrito em 1964 - Ditos e escritos I)
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)* (J. Salomão, trad., Vol. 1, pp. 335-454). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950, escrito em 1985)
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 04, pp. 15-363). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 10, pp. 11-275). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1996). O tabu da virgindade. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 11, pp. 197-215). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (1996). Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 12, pp. 137-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Recordar, Repetir e Elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 12, pp. 157-171). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

- Freud, S. (1996). Totem e tabu. In: *ESB* (E. A. M. de Souza, trad., Vol. 13, pp. 65-145). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Algumas Reflexões sobre a Psicologia do escolar. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp. 243-250). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). Sobre o Narcisismo: Uma Introdução. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 14, pp. 77-108). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise - Conferência XVII- O sentido dos sintomas. In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 16, pp. 265-279). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise - Conferência XXI - O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 16, pp. 325-342). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise - Conferência XXII - Algumas ideias sobre desenvolvimento e regressão - Etiologia. In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 16, pp. 343-360). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (1996). A negativa. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 19, pp. 261-270). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1996). Mais Além do Princípio do Prazer. In: *ESB* (J. Salomão, Vol. 18, pp. 11-76). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 79-156). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (1996). Inibições, Sintomas e Ansiedade. In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 20, pp. 79-172). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (1996). O mal estar na civilização. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 21, pp. 65-148). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1996). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise - Conferência XXXI A dissecação da personalidade psíquica. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 22, pp. 63-84). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (1996). Por que a guerra? In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 22, pp. 191-208). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (1996). Esboço da Psicanálise. In: *ESB* (J. Salomão trad., Vol. 23, pp. 153-221). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940)

- Freud, S. (1996). A Divisão do Ego no Processo de Defesa. In: *ESB* (J. Salomão, trad., Vol. 23, pp. 289-296). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940).
- Garcia, C. (1997). *Clínica do Social*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Mestrado em Psicologia.
- Garcia, C. (2004). Modos de vida na periferia das grandes cidades. In: M. S. Mezenio & C. P. Mattos (Org.), *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas do corpo, os modos de vida* (pp. 55-57). Belo Horizonte: EBP-MG.
- Garcia, C. (2007, julho a dezembro). A irregularidade da Clínica. *Almanaque on-line – Revista eletrônica do IPSM/MG*, 1(1), pp. 1-7. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/textos/Irregularidade%20da%20Cl%C3%ADnica%20-%206%20laudas-.pdf>
- Garcia, C. (2008, abril). Estamira una nueva forma de existencia. *Consecuencias – Psicoanálisis Arte y Pensamiento. Revista Digital del Departamento de Psicoanálisis y Filosofía*, 1, Centro de Investigaciones del Instituto Clínico de Buenos Aires/Argentina.
- Goldenberg, R. (2009). DSM-IV e nós. *Trivium - Estudos Interdisciplinares - Psicanálise e Cultura*, 1(1).
- Guerra, A.M.C. (2007). A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência. Tese de doutorado. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Andrea_Guerra.pdf
- Gutierra, B. C. (2003). *Adolescência, Psicanálise e Educação: O Mestre “Possível” de Adolescentes*. São Paulo: Avercamp.
- Hacking, I. (2004-2005). Neuf impératifs des sciences qui classifient les gens. *Façonner les gens*, 1-23. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://www.college-de-france.fr/media/historique/UPL33227_2_ih_2005_2_.pdf
- Iglesias, E. L. (2001). Que pai é esse. *Cogito [online]*, 3, pp. 25-28. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792001000100003&lng=pt&nrm=iso
- Intrator, S. (2010, 23 de maio). Bullying, a violência cresce nas escolas [Caderno Ciência e Cultura, Entrevista com a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva]. *Jornal O Globo*.
- Jerusalinsky, A. N. (2000). Metodologia de pesquisa em psicanálise. In: R. Lerner & M. C. M. Kupfer (Org.), *Psicanálise com crianças: Clínica e Pesquisa*. São Paulo: Fapesp/Escuta.

- Kaufmann, P. (1993). *Dicionário enciclopédico de Psicanálise: O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kehl, M. R. (2008). *A fratria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água.
- Lacadée, P. (2003). *Le malentendu de l'enfant: des enseignements psychanalytiques de la clinique avec les enfants*. Paris: Psyqué Éditions Payot/Lausanne.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio; ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacan, J. (2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 29-90). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1938)
- Lacan, J. (1998). Agressividade em psicanálise. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 104-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Relatório teórico apresentado ao XI Congresso dos Psicanalistas de língua francesa reunido em Bruxelas em meados de maio de 1948)
- Lacan, J. (2003). Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 127-131). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Resumo das respostas fornecidas por ocasião do debate sobre o relatório "Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia" - XIII conferência de psicanalistas de língua francesa, 29 de maio de 1950)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Conferência original proferida em 1953)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Lições originalmente pronunciadas em 1955-56)
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Lições originalmente pronunciadas em 1956-57)
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-58)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Lições originalmente pronunciadas em 1957-1958)
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: "Psicanálise e estrutura da personalidade". In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 653-691). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959)

- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1959-1960)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Conferência original proferida em 1960)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1962-63)
- Lacan, J. (1998). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1964)
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Estenografia da aula de abertura do seminário realizado no ano de 1965-66)
- Lacan, J. (1998). De nossos antecedentes. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 69-76). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2003). Proposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 243-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968)
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1969-70)
- Lacan, J. (2003). Radiofonia. In: J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 400-447). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Conferência original proferida em 1970)
- Lacan J. (2008). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1972-73)
- Lacan, J. (1973-1974). Séminaire XXI – Les non-dupes errent [O Seminário, livro 21: Os não-tolos erram]. [Versão eletrônica]. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://gaogoa.free.fr/Seminaires_HTML/21-NDE/NDP19031974.htm
- Laia, S., Santiago, J., Mandil, R., Rubistein A., Naparstek, F., Agüero, J., Luchelli, J., Sauvagnat, F., Maleval, J. C., Perrin, M. (2010). Rumo ao DSM-V – Estudo crítico da classificação e dos diagnósticos referentes aos transtornos mentais. In: *Anais do IX Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade FUMEC*, Belo Horizonte.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1998). *Vocabulário da Psicanálise*. Martins Fontes: São Paulo.
- Laurent, E. (2004). O trauma ao avesso. *Papéis de Psicanálise*, 01(01), pp. 21-28. Belo Horizonte, Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais.

- Laurent, E. (2007). *A sociedade do sintoma a psicanálise, hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.
- Laurent, E. (2010, 22 de julho). A ordem simbólica no século XXI - Consequências para o tratamento. In: *Papers I - VIII Congreso - Asociación Mundial de Psicoanálisis - 23 al 27 de abril de 2012, Buenos Aires*, pp. 35-41. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de <http://pt.scribd.com/doc/56829261/4/A-ordem-simbolica-no-seculo-XXI>
- Leite, S. (2011). *Angústia* (Coleção Passo-a-Passo). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lesourd, S. (2005). O pai é sempre prematuro: do real do pai ao pai real. In: M. Decat de Moura (Org.), *Psicanálise e Hospital 4 - Novas versões do pai: reprodução assistida e UTI* (pp. 35-52). Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC.
- Lima, C. R. (1998, 6 de outubro). Da queixa ao sintoma analítico. *Ornicar? Digital*, 8. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://membros.multimania.fr/jlacan/ornicar/ornicardigital/Articles_d_Ornicar_digital/Da_queixa_ao_sintoma_analitico_Celso_Renno_Lima_71098.htm
- Lipovetsky, Gilles. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo* (M. L. Machado, trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Machado, O. (2004). Trauma e Sintoma na contemporaneidade. *Textos na Biblioteca Online da EBP*. Recuperado em 13 de fevereiro de 2012, de http://www.ebp.org.br/biblioteca/pdf_biblioteca/Ondina_Machado_Trauma_e_sintoma_na_contemporaneidade.pdf
- Mayer, H. (2001). Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In: M. R. Cardoso (Org.), *Adolescência reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU Editora/FAPERJ.
- Mendes, E. R. P. (2000). O adolescente contemporâneo e a crise dos ideais. In: L. R. Marzagão; M. L. M. Afonso; P. R. de Carvalho (Orgs.), *Psicanálise e Universidade - temas contemporâneos: Percepção, Lei e Vínculo Social*. Belo Horizonte: Passos.
- Melman, C. (2003). *O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Melman, C. (2003b). *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC Editora.
- Milner, J. C. (1996). O doutrinal de ciência. In: J. C. Milner, *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia* (pp. 28-62). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Miller, J.-A. (1986). Reflexions sur l'enveloppe formel du symptôme. *Actes D'École*, 9, 67-71.
- Miller, J.-A. (1987). *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Miller, J.-A. (1997). Seminário de Barcelona sobre Die Wege der Symptombildung. *Freudiana, 19 - Revista da Escuela Europea de Psicoanalisis*.
- Moreira, J. O., Rosário, A. B., & Costa, D. B. (2008, dezembro). Criminalidade juvenil no Brasil pós-moderno: Algumas reflexões sobre o fenômeno da violência. *Revista Mal-estar e Subjetividade, 7*(4), 1021-1046.
- Pacheco, L. V. (2004). Ficar invisível: um modo de vida. In: M. S. Mezencio & C. P. Mattos (Orgs.), *Jovens em análise: o encontro com o sexo, as marcas do corpo, os modos de vida* (pp. 63-66). Belo Horizonte: EBP-MG.
- Pellegrino, H. Pacto Edípico e Pacto Social. In: L. A. Py (Org.), *Grupo sob grupo* (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Rocco.
- Pimenta Filho, J. A. (2004, 30 de abril). Tocar no paciente o sujeito adormecido para não preservá-lo na posição de enfermo. In: *XIV Congresso Brasileiro de Medicina Psicossomática*. Belo Horizonte, MG: Associação Médica de Minas Gerais. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=pimenta%20filho%20tocar%20no%20paciente%20o%20sujeito%20adormecido%20para%20n%C3%A3o%20preserv%C3%A1-lo%20na%20posi%C3%A7%C3%A3o%20de%20enfermo&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ebp.org.br%2Fbiblioteca%2Fpdf_biblioteca%2FJorge_Pimenta_Tocar_no_paciente_o_sujeito_adormecido.pdf&ei=qk06T-W2D4bHtgfyot35Cg&usg=AFQjCNEhWFrkMx6uEq3VRS3-EMH-7-ddA
- Pinto, J. M. (2007). Psicanálise e universidade: mais ainda. In: A. C. Lo Bianco (Org.), *Freud não explica: a psicanálise nas universidades* (pp. 29-38). Contra Capa: Rio de Janeiro.
- Pinto, J. M. (2009). Uma política de pesquisa para a psicanálise. *Revista CliniCAPS, 7*, 8-26.
- Quinet, A. (1999). *A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade*. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de http://lacanian.memory.online.fr/AQuinet_Ciencia.rtf
- Quinet, A. (2008). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rabinovich, D. S. (1989). *Uma Clínica de la pulsion: las impulsions*. Buenos Aires: Manantial.
- Rassial, J. J. (1999). *O adolescente e o Psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ruffino, R. Adolescência e Modernidade. *Análises: Ser Pai*. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de <http://www.pailegal.net/ser-pai/analises/307-adolescência-e-modernidade>
- Safate, V. (2007). *Um supereu para a sociedade de consumo*. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de http://dc147.4shared.com/download/InL_O2LP/Vladimir_Safate_-_Um_Supereu_.pdf
- Silva, A. B. (2010). *Bullying - Mentas Perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Editora Fontanar.
- Silva, A. B. (2010). *Bullying: Cartilha 2010 - Projeto Justiça nas Escolas* (S. D. Martins, coord. D. Issler, & R. C. T. Carvalho, orgs.). Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de http://www.4shared.com/get/fflqL8Kc/CARTILHA_DO_COMBATE_AO_BULLYIN.html
- Stevens, A. (2004) “Adolescência, sintoma da puberdade”. In :In: Revista CURINGA, n°20. Belo Horizonte:EBP-MG, nov. 2004. (p.27-39) (artigo originalmente publicado na revista “*LesFeuilletesduCortil*”, *Le Désir et lafaim*, mars 1998, p.79-92).
- Souto, S. O. (2005, junho). O futuro de uma desilusão. *Revista Curinga EBP-MG*, 21, 87-91.
- Tarrab, M. (1998). Uma experiência vazia. In: M. Tarrab (Org.), *O Brilho da Infelicidade* (pp. 82-87). Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria.
- Teixeira, A. (2000). Sujeito sem qualidades, ciência sem consistência. In: A. Teixeira & G. M. Rocha (Orgs.), *Dez encontros entre psicanálise e filosofia*. Belo Horizonte: Opera Prima.
- Voltotini, R. (2000). Metodologia de pesquisa e psicanálise. In: R. Lerner & M. C. Kupfer (Orgs.), *Psicanálise com crianças: Clínica e Pesquisa*. São Paulo: Fapesp/Escuta.
- Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: J. M. Oliveira & F. K. Net (Orgs.), *Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na Universidade* (pp. 11-23). Barbacena, MG: EdUEMG.
- Zafiropolous, M. (2009, janeiro - julho). Nossa arqueologia da obra de Lacan: Lacan e as ciências sociais, Lacan e Lévi-Strauss. *Estudos Lacanianos*, 1(3), 31-43.

- Zenoni, A. (2007, junho). Versões do Pai na psicanálise lacaniana: o percurso do ensinamento de Lacan sobre a questão do pai. *Psicologia em Revista*, 13, 15-23.
- Zizek, S. (2001, 15 de maio). Sujeito Incômodo [Ilustríssima]. *Folha de São Paulo*.
- Zizek, S. (2003, 30 de novembro). A paixão pelo real [Caderno Mais! Entrevista concedida a Vladimir Safatle]. *Folha de São Paulo*, pp. 5-7.
- Zizek, S, & Daly, G. (2006). *Arriscar o impossível. Conversas com Zizek* (Vera Ribeiro, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Waiselfisz, J. J. (2010). *Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil*, São Paulo: Instituto Sangari. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de <http://www.sangari.com/midias/pdfs/MapaViolencia2010.pdf>
- Wolfart, G. (2008, 04 de agosto). O Pai continua sendo necessário?. *IUH online - Revista do Instituto HumanitasUnisinos*, 267 [Entrevista com Philippe Julien]. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao267.pdf>